



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Mestrado em Museologia e Patrimônio

MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA (1963-1985)

***Contribuições para a institucionalização de
um campo de atuação profissional.***

Natália de Figueirêdo Biserra

UNIRIO / MAST - RJ, julho de 2017.

MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA (1963-1985)

*Contribuições para a institucionalização de um
campo de atuação profissional.*

por

Natália de Figueirêdo Biserra,
*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia*

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Ivan Coelho de Sá

UNIRIO/MAST - RJ, julho de 2017.

B621 Biserra, Natália de Figueirêdo
Memória da Associação Brasileira de Museologia
(1963-1985): Contribuições para a institucionalização
de um campo de atuação profissional. / Natália de
Figueirêdo Biserra. -- Rio de Janeiro, 2017.
164 p.

Orientador: Ivan Coelho de Sá.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio, 2017.

1. Museu. 2. Museologia. 3. Memória da Museologia
no Brasil. 4. Associação Brasileira de Museologia.
5. Museólogo. I. Sá, Ivan Coelho de , orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA (1963-1985)

Contribuições para a institucionalização de um campo de atuação profissional

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof.^a Dr.^a Neusa Fernandes – Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (membro externo)

Prof.^a Dr.^a Helena Cunha de Uzeda - UNIRIO, PPG-PMUS UNIRIO/MAST (membro interno)

Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá - UNIRIO, PPG-PMUS UNIRIO/MAST (orientador)

Rio de Janeiro, julho de 2017.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita desse documento foi atravessado por diversas intercorrências na minha vida pessoal. A parceria com Prof. Ivan me inspirou e me fez cumprir esse compromisso acadêmico, essa dissertação não teria se realizado sem a compreensão e apoio dele, a quem guardo profundo agradecimento e carinho.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, agradeço pela oportunidade de cursar o Mestrado. Aos colegas e professores, agradeço o convívio, os debates e as trocas acadêmicas e pessoais. À Professora Doutora Helena Cunha de Uzeda e à Professora Doutora Neusa Fernandes, pela compreensão, pelas contribuições e pela disponibilidade de participar da banca examinadora dessa dissertação em um calendário acadêmico tão exíguo.

Agradeço à bibliotecária do Museu Histórico Nacional, Eliane Vieira da Silva, pela presteza em me atender. À Associação Brasileira de Museologia, nos nomes de Adua Nesi e André Angulo, agradeço por permitir acesso ao acervo da instituição e a cessão de documentos para análise, na época da elaboração de meu trabalho final de graduação, o que foi fundamental para a realização também deste trabalho.

Agradeço vivamente à Professora Doutora Alejandra Saladino, não somente por me estimular com indicações de leitura para esse trabalho, mas, sobretudo, por sua amizade e por me fazer acreditar que a Universidade pode ser um ambiente instigante e de boas parcerias.

Aos meus amigos, agradeço a compreensão pela minha ausência que já se fazia imperiosa e demasiada devido ao momento pessoal vivido. Agradeço, especialmente, a Pamela de Oliveira Pereira e a Cristiane Martins Leandro, que se fizeram presentes com conversas e abraços carinhosos. A Alba Bispo, agradeço por sempre ampliar meus horizontes para além das margens do editor de texto e me lembrar de contemplar o céu e as paisagens em suas diversas dimensões. A Lygia Ayres, agradeço por me ajudar a inventar novas sensibilidades e uma “nova doçura” na minha vida. A Guima, pela poesia dos bons encontros e por sempre acalmar meu espírito ao me fazer ouvir Juçara Marçal.

Agradeço à minha família pela incansável paciência.

A memória é uma ilha de edição.

Waly Salomão

RESUMO

BISERRA, Natália de Figueirêdo. Memória da Associação Brasileira de Museologia: contribuições para a institucionalização de um campo de atuação profissional. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017. 170p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

Esta dissertação de mestrado se vincula à Linha de Pesquisa Museu e Museologia do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST (PPG-PMUS), especificamente no projeto de pesquisa Memória da Museologia no Brasil, haja vista seu objeto de estudo se dedicar à memória da profissão de museólogo no Brasil. A conformação dessa investigação tem por foco relevância dos processos de articulação, constituição e institucionalização do campo de atuação do museólogo, inicialmente Conservador de Museus, no Brasil no período entre 1962 e 1985, mediante a construção de uma memória da Associação Brasileira de Museologia, um dos agentes que conformaram o campo profissional da Museologia. Essa pesquisa identificou diversas ações empreendidas pela ABM para estruturação e organização da profissão de museólogo no Brasil, bem como para a configuração do espaço de institucionalidade do campo profissional da Museologia no Brasil.

Palavras-chave: Museu, Museologia, Associação Brasileira de Museologia, Memória da Museologia no Brasil, Museólogo.

ABSTRACT

BISERRA, Natália de Figueirêdo. Memory of the Brazilian Association of Museology: contributions to the institutionalization of a professional field. Dissertation. Postgraduate Program in Museology and Heritage UNIRIO / MAST, Rio de Janeiro, 2017. 170p. Advisor: Ivan Coelho de Sá.

The present dissertation is linked to the Line of Research Museums and Museology of the Postgraduate Program in Museology and Heritage UNIRIO / MAST (PPG-PMUS), specifically regarding the research project Memory of Museology in Brazil, once its object of study is dedicated to the memory of the museologist career in Brazil. The conformation of this research is centered on the processes of articulation, constitution and institutionalization of the field of action of the museologist (formerly known as Museum Curator) in Brazil, between 1962 and 1985, through the construction of a memorial of the Brazilian Association of Museology (ABM), which is one of the conformative agents for the professional field of Museology. This research identified several actions undertaken by ABM for the structuring and organization of the museologist occupation in Brazil, as well as for the configuration of the institutional space of the professional field of Museology in Brazil.

Key words: Museum, Museology, Brazilian Association of Museology, Memory of Museology in Brazil, Museologist.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1:	LOTAÇÕES DO CONCURSO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1940	54
Quadro 2:	LOTAÇÕES DO CONCURSO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1950	55
Quadro 3:	MEMBROS FUNDADORES DO COMITÊ NACIONAL DO ICOM	68
Quadro 4:	CONGRESSOS NACIONAIS DE MUSEUS.....	75
Quadro 5:	SÓCIOS FUNDADORES DA ABM.....	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Fotografia. Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, MAM Rio de Janeiro, setembro 1958	36
Figura 02:	“Primeiro concurso de conservadores de museus”. <i>O Globo</i> , 3 jan. 1940	53
Figura 03:	Fotografia. Reunião do Comitê Nacional do ICOM, Museu Imperial, 07/06/1955.	69
Figura 04:	Fotografia. I Congresso Nacional de Museus, Ouro Preto, 1956	70
Figura 05:	Fotografia. I Congresso Nacional de Museus, 1956	71
Figura 06:	I Congresso Nacional de Museus e o I.B.E.C.C.. <i>Correio do Povo</i> , 03 de agosto de 1956	72
Figura 07:	“Em Ouro Prêto, reuniram-se os museologistas brasileiros”. <i>Correio da Manhã</i> , 02 de agosto de 1956.....	74
Figura 08:	Fotografia. Reunião de fundação da ABM, MNBA, 1963	81
Figura 09:	Fotografia. Reunião de fundação da ABM, MNBA, 1963	81
Figura 10:	Fotografia. Fundação da ABM, 5 de novembro de 1963.....	90
Figura 11:	Capa do primeiro estatuto da ABM, 1963.....	91
Figura 12:	“Nível universitário, querem os Conservadores de Museus”. <i>O Globo</i> , 06 de agosto de 1964	104
Figura 13:	“Museus estão sem Conservador: último concurso foi em 1950”. <i>Diário de Notícias</i> , 21 de junho de 1966	105
Figura 14:	“Museóloga pede conservadores”. <i>Jornal do Brasil</i> , 28 de abril de 1969.....	106
Figura 15:	Cartaz do I Encontro Nacional de Dirigentes, Recife, 1975	119
Figura 16:	“Museólogos, salões e afins”. <i>Folhetim</i> , 1981.....	122
Figura 17:	“Museus, um cabidão de empregos”. <i>Senhor</i> . 1981	124
Figura 18:	“Carta do Rio”. <i>Jornal do Commercio do Rio de Janeiro</i> , de 16 e 17 de agosto de 1981	126
Figura 19:	“Mesa do encontro ABM e UNIRIO”. <i>O Globo</i> , 31 de março de 1982.....	127
Figura 20:	Fotografia. VIII Congresso Nacional de Museus, Brasília, 1983	133
Figura 21:	Fotografia. VIII Congresso Nacional de Museus, 1983	134
Figura 22:	Carta de São Paulo, 1985	137
Figura 23:	Cartaz do X Congresso Nacional de Museus, Ouro Preto, 1987	141

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABM	Associação Brasileira de Museologia/Associação Brasileira de Museologistas
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CFE	Conselho Federal de Educação
CNM	Congresso Nacional de Museus
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COREM	Conselho Regional de Museologia
CTLS	Comissão de Trabalho e Legislação Social
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
ICOFOM	Comitê Internacional para a Museologia
ICOFOM-LAM	Subcomitê Regional para a Museologia da América Latina e do Caribe
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICTOP	Comitê Internacional para o Treinamento de Pessoal
ISS	ICOFOM <i>Study Series</i>
FAMMARO	Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon
FESP	Fundação Escola de Sociologia e Política
FINES	Faculdades Integradas Estácio de Sá
FUNARJ	Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
MAM	Museu de Arte Moderna
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHN	Museu Histórico Nacional
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
MuWoP	<i>Museological Working Papers</i>
NUMMUS	Núcleo da Memória da Museologia no Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PDS	Partido Democrático Social
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSP	Partido Social Progressista
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SNM	Sistema Nacional de Museus
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Precedente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

OIM	Escritório Internacional de Museus. Em outras traduções: Agência Internacional de Museus (POULOT, 2013). Contudo, como o trabalho de referência nesta pesquisa foi o de Cruz (2008), escolhi manter o termo por ele utilizado.
ONICOM	Organização Nacional do ICOM – Comissão Nacional do ICOM, também chamado: Comitê Nacional do ICOM, Comitê Brasileiro do ICOM e ICOM-BR.
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA	18
1.1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	18
1.2. METODOLOGIA	22
2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO NO BRASIL NO COMEÇO DO SÉCULO XX	27
2.1. O CURSO DE MUSEUS DO MHN: UMA MATRIZ INTELECTUAL	27
2.2. ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO “MUSEÓLOGO” NO BRASIL DAS DÉCADAS DE 1930 A 1960	45
3. ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL NO CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO: O CASO DA ABM	64
3.1. CONTRIBUIÇÕES DO ICOM BRASIL PARA ARTICULAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE MUSEUS NAS DÉCADAS DE 1940 A 1960	64
3.1.1. <i>Os congressos nacionais de museus</i>	70
3.2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA	79
3.2.1. <i>A formação de um habitus</i>	80
4. A ABM E A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO NO BRASIL	97
4.1. SITUAÇÃO DA PROFISSÃO DE CONSERVADOR DE MUSEUS/MUSEÓLOGO NAS DÉCADAS DE 1940 A 1960: O ENQUADRAMENTO JUNTO AO DASP	97
4.2. OS PRIMEIROS ANTEPROJETOS: FORMULAÇÕES E ARTICULAÇÕES DA ABM	107
4.3. BREVE PANORAMA DA PROFISSÃO NA CONJUNTURA DA DÉCADA DE 1970	114
4.4. O VII CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS: CARTA DO RIO	124
4.5. DÉCADA DE 1980: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI E TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL	128
4.6. O VIII CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS	133
4.7. SANÇÃO DA LEI 7.287/1984	135
4.8. O IX CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS: CARTA DE SÃO PAULO	136
4.9. SANÇÃO DO DECRETO 91.775/1985	138
4.10. O X CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS: CARTA DE OURO PRETO	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado se vincula à Linha de Pesquisa 01: Museu e Museologia do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST (PPG-PMUS) e se insere especificamente no projeto de pesquisa Memória da Museologia no Brasil. A conformação dessa investigação se detém especificamente no interesse sobre a memória da profissão de museólogo no Brasil, com ênfase na relevância dos processos de articulação, constituição e institucionalização do campo de atuação desse profissional por meio da Associação Brasileira de Museologia.

Comemoraram-se, em 2015, os trinta anos da regulamentação da profissão de museólogo no Brasil. É dispensável dizer que a Museologia brasileira não começou a se estruturar nessa data, a da sanção da lei. Também é dispensável dizer que não há um *locus* fundador, um início retumbante, mas um processo que se instalou lenta e gradualmente, conforme as exigências sociais e as confluências de novos e velhos saberes, descobertas e oportunidades.

O processo de institucionalização do campo museológico no Brasil mostra o surgimento de oportunidades reivindicadas por seus profissionais, que desenvolveram uma atividade voltada, sobretudo, para preservação do patrimônio museal, bem como promoveram a regulamentação do profissional museólogo e contribuíram para a legitimação acadêmico-institucional da Museologia, caracterizada pela formação especializada, pela produção de conhecimento em nível de mestrado e doutorado e pelo conseqüente contexto de circulação de ideias em torno desse campo.

Orientados por essa perspectiva e pelo entendimento de que as fontes de outras épocas repropõem questões sobre o presente, buscamos entender a formação da identidade profissional do museólogo legitimada pela sanção da Lei 7.287/1984. Assim, partimos do pressuposto de que o objeto desta pesquisa coexistiu com a ação individual, coletiva e institucional traduzida pela articulação de interesses comuns entre os profissionais que atuavam em museus, o Estado, instituições e sociedade. Os elementos que constituíram esses processos podem ter gradativamente seus sentidos aprimorados como forma de estabelecer limites e criar novas condições para compreensão do desenvolvimento da formação profissional do campo museológico.

Foi eleito um recorte para esse trabalho, no qual foi tomada como pano de fundo a mobilização dos profissionais de museus em torno de uma associação corporativista - a Associação Brasileira de Museologia (ABM), no período de 1963 a 1985, pois sugerimos dois

marcos para o entendimento desse processo: (1) Fundação da ABM, em 05 de novembro de 1963; e, (2) Sanções da Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e do Decreto 91.775, de 15 de outubro de 1985, que regulamentam a profissão de museólogo.

Apesar de estabelecer e ter por foco os dois marcos supracitados, foi necessário, para a composição dessa pesquisa, um breve entendimento de outra baliza na institucionalização do campo, a formação, haja vista que esta foi responsável por uma estruturação do campo, mediante a conformação de uma matriz intelectual, isto é, de um capital simbólico comum entre diversos agentes.

A construção do tema foi viabilizada pelas colaborações estabelecidas com o Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS), projeto coordenado pelo Professor Doutor Ivan Coelho de Sá, na UNIRIO. Ali, constituiu-se o encantamento pelo enriquecimento da construção de uma memória do campo museológico e de seus profissionais, por meio do conjunto de registros abrigados pelo Núcleo, que concentra documentos sobre o Curso de Museus, alguns estabelecimentos museais, sobre a ABM e atuações de alguns profissionais – que, por meio de doação, confiam ao NUMMUS a guarda de documentos e objetos relacionados à sua vida profissional, e que produzem precisamente a correlação objetiva da memória especificamente humana que é a memória coletiva e transgeracional de que Pomian nos fala. A observação por meio da experiência vivencial que compreendeu o tratamento técnico das coleções do NUMMUS permitiu a percepção da possibilidade de diálogos entre as categorias temáticas encontradas. Diante disso, os registros ali preservados possibilitam a construção de diversas narrativas históricas sobre a Museologia no Brasil. Compuseram o horizonte de análise, também, os acervos disponíveis pelos arquivos do Museu Histórico Nacional (MHN), da Associação Brasileira de Museologia (ABM) e da Câmara dos Deputados.

Um segundo momento da estruturação metodológica e de desenvolvimento do olhar sobre as fontes compreendeu o trabalho de conclusão de curso “Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos: alguns itinerários para a regulamentação da profissão no Brasil”. Nessa monografia de conclusão de curso, foram suscitados questionamentos sobre a trajetória da regulamentação da profissão de museólogo no país, desde a formação desse profissional à constituição de associações de classes, mais especificamente a ABM, e à articulação dessas em prol da regulação do seu exercício profissional. Nessa pesquisa, procurou-se entender as mudanças do que se entendia por museólogo ao longo do século XX no Brasil, haja vista que, no decorrer do processo para regulamentar a profissão, as definições de museólogo sofreram alterações significativas.

Para tanto, foi preciso identificar, nesta pesquisa, os agentes institucionais e profissionais que interagiram nas décadas de 1930 a 1980 para conformação do campo até o

estabelecimento do diploma universitário e do registro profissional como elementos de distinção para o exercício profissional de museólogo. Assim, considerando que, somente após a regulamentação da profissão, o diploma de bacharelado ou pós-graduação *stricto sensu* em Museologia e o registro profissional no Conselho Federal de Museologia constituíam os elementos de distinção do profissional habilitado. E assim, interrogaram-nos quais foram os elementos de distinção desse profissional até obter a regulamentação de sua profissão?

No primeiro capítulo, é apresentada a fundamentação teórica e a metodologia que orientaram esse trabalho. No segundo capítulo, buscou-se entender o contexto que propiciou a formação de um *habitus* por meio da fundação da ABM, assim contextualizamos o associativismo desses profissionais e suas contribuições para a conformação do campo de atuação profissional da Museologia nas décadas de 1960 a 1980. Tendo isso em vista, no terceiro e no quarto capítulos, dentre as diversas ações desenvolvidas pela ABM, esta pesquisa destacou sua atuação em prol dessa regulamentação, considerando que essa Associação foi um dos agentes estratégicos para a sua realização. Destarte, foram identificadas as ações administrativas e políticas da ABM em prol da regulamentação, objetivando entender seu papel na configuração do espaço de institucionalidade do campo profissional da Museologia no Brasil.

Em síntese, esta pesquisa buscou explicações sobre a trajetória profissional do campo museológico no país e pretendeu contribuir para a compreensão deste campo como espaço institucionalizado de profissão no Brasil, ao construir um estudo tendo por foco uma memória da participação da Associação Brasileira de Museologia nesse processo.

CAPÍTULO 1
FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

Além de textos referentes à formação e ao campo disciplinar da Museologia, a fundamentação teórica se estruturou em textos vinculados à Sociologia e à Memória Social que permitiu uma breve compreensão dos conceitos de memória, institucionalização, *campus* e *habitus* necessários para orientar a investigação e análise das fontes primárias, bem como a sistematização do desvelamento da articulação social desse grupo e compreensão da institucionalização da prática profissional do museólogo.

1.1. Fundamentos teóricos

A memória está inserida num campo de lutas e de relações de poder. Maurice Halbwachs estabelece o conceito de memória coletiva, no início do século XX, para tentar responder o problema da coesão social, isto é, o que faz com que indivíduos construam laços sociais ou coletivos com uma certa perenidade. Halbwachs define que a construção dos quadros sociais da memória se apresenta em razão dos interesses emergidos no presente, ou seja, no momento dessa intenção em [re]construir o passado. O autor também admite que há tantas memórias quantos grupos existem, e a lembrança estaria na encruzilhada para onde confluem diversos caminhos (HALBWACHS, 1990). Interessamo-nos, então, pela compreensão do *glutinum mundi*¹ que Halbwachs aponta, mas também os afrontamentos que ocorrem no e entre os diversos caminhos.

Bosi (2003), permeada pela compreensão de Simone Weil de que o vínculo com o passado é um Direito Humano, indica que é dele que se extrai a força para a formação de identidade. Assim, entende-se que a memória das gerações que precederam à atual pode ser trabalhada como um mediador entre a presente geração e os testemunhos do passado. Admite-se, hoje, que a memória é uma construção a partir de relações sociais e não a verdade do que se passou ou do que é. Ela não nos conduz a uma reconstituição do passado, mas sim [re]construí-lo (COSTA, 1997) com base nas questões elaboradas. O que nela se encontram são os jogos de força, as disputas, os desejos e interesses agindo e reagindo diante de outros em tensão permanente. Costa (1997, p. 131) em sua tese de doutorado sobre memória institucional, esclarece ainda que:

No processo de [re]construção do passado, somos impelidos a lançar mão dos mecanismos que dão suporte à memória e vamos buscar as lembranças onde quer que estejam registradas: seja na consciência, no inconsciente, nos materiais da memória - os documentos, arquivos, relatos de outras pessoas que tenham partilhado experiências comuns.

¹ Um sistema de valores que unificam determinados grupos – familiares, religiosos, de classe.

Como essa pesquisa tem por objetivo entender as contribuições da ABM para a institucionalização do campo museológico, foi necessário buscar pelos termos “institucionalizar” e “institucionalização”. Sua origem é do verbo latino *instituere*, que significa “colocar em; estabelecer, construir, preparar, fundar, regulamentar”. Etimologicamente, significa a coisa estabelecida, portanto. Barbier (1985) e Lourau (1996) chamam a atenção para a imprecisão do conceito no uso cotidiano que é comumente utilizado para designar um estabelecimento, como uma escola ou um museu.

Esses mesmos autores e outros como Georges Lapassade, Felix Guatarri e Gilles Deleuze, do chamado “movimento institucionalista” (BAREMBLIT, 1996; LAPASSADE, 1989) alertam para outras formas mais complexas que se denominam de instituição ou outras formas organizativas não materiais que também são chamadas de instituição, como a instituição da justiça, do trabalho, etc. Afirmam a instituição como sendo a forma assumida pela produção e reprodução de relações sociais em um dado modo de produção, como um reflexo da organização das relações de produção nessa sociedade. Costa (1997, p. 37) ao discorrer sobre os processos de institucionalização das relações sociais, entende que:

as instituições trazem embutidos mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta, que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de sua manutenção. A instituição reproduz um ritual que deve ser repetido, por força do hábito e com apoio da memória. As instituições lutam para preservar a sua regularidade.

Percebe-se, portanto, o conceito de institucionalização na perspectiva de uma intervenção sobre a realidade. Assim, considera-se que os movimentos pela institucionalização trazem consigo a visão de mundo dos seus idealizadores e os determinantes do contexto no qual estão inseridos. Destarte, a institucionalização constitui um processo histórico e social, concretamente povoado por agentes que disputam interesses. Ainda segundo Costa (1997, p. 33):

[...] jamais haveria instituição como fenômeno individual, pois é da natureza da instituição ser coletiva. A instituição é algo que se desprende de um fundo comum – acontecimento - e, em seguida, retorna para esse fundo comum já agora modificado e, a partir de então, se repete e vai entrar no terreno do mesmo, funcionando como evidência. Descontinuidade num primeiro momento e regularidade em seguida.

Além do conceito de instituição e institucionalização, para a argumentação e construção do recorte temático desta pesquisa, levam-se em conta, também, como referencial teórico, os conceitos de: *campus* (BOURDIEU, 2013) e *habitus* (BOURDIEU, 2007). Planejou-se entender a trajetória e a construção da prática profissional museológica e, por meio das

categorias analíticas de Pierre Bourdieu, foram indagados: quem foram os atores sociais que conformaram um campo profissional museológico? Que capital apresentavam? Como se articularam dentro do campo social?

A compreensão da conformação da ABM pode ser auxiliada pelo conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu, no sentido que o *habitus* se encontra no princípio das afinidades imediatas que coordenam os encontros e as aquisições sociais. Para Bourdieu (2007), o processo de construção do *habitus* é coletivo e, ao mesmo tempo, individual, pois depende do processo de interação que se estabelece. Assim, a noção de *habitus* exprime e condensa duas ideias consideradas opostas: a teoria do sujeito inconsciente ou teoria objetivista – na qual o ser humano seria mero reprodutor das estruturas histórico-sociais; e a teoria do sujeito consciente ou teoria subjetivista – em que o ser humano rege suas atitudes e comportamentos.

O *habitus* pode ser entendido como um conjunto de disposições (atitudes e comportamentos) oriundas do meio familiar, escolar e de classe social (condições materiais) incorporadas pelo indivíduo, orientando sua conduta individual e social, sua visão de mundo, de modo a fazê-lo interferir e contribuir para a [re]construção de seu espaço social (BOURDIEU, 2007). Quando certas práticas e posições adquirem a condição dominante no espaço das posições sociais, elas passam a servir de critério (com seus princípios de avaliação e relações de força simbólica) para a dispersão de práticas distintivas por todo o espaço social e pelos diversos mercados simbólicos que nele são produzidos cotidianamente.

Nessa perspectiva, a noção de *habitus* se desenvolve sobre basicamente dois elementos: as estruturas estruturadas, que são as condições materiais ou do entorno preexistentes aos indivíduos e absorvidas ao longo da vida; e as estruturas estruturantes, que são as condições materiais reinterpretadas e reestruturadas pelos indivíduos após terem sido assimiladas, ou seja, o *habitus* é, em última análise, a interiorização do exterior e a exteriorização do interior, e entende o ser humano como produto e produtor do meio social em que vive. Por meio do conceito de *habitus*, compreende-se que um indivíduo eleja preferencialmente grupos que compartilham das mesmas escolhas, agrupando-os a partir do capital que eles dispõem e constitui uma ferramenta para identificar a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Nesse processo, a família e a escola têm um papel fundamental, pois são detentoras de um conjunto de capitais (econômicos, simbólicos, culturais e sociais) que precisa de algum modo “transmitir” às novas gerações.

A relação entre reprodução e transformação é um dos aspectos que Bourdieu (2013) enfoca ao analisar os campos. Na perspectiva do autor, um campo é o resultado da relação entre diferentes agentes, em torno de um contexto específico, com regras próprias, e em

permanente tensão entre transformação e reprodução. Para o autor, a sociedade se configura por vários espaços dotados de relativa autonomia e que são regidos por regras próprias. De acordo com Bourdieu (1989), citado por Azevedo (2003, p. 2), “os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vistas referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar”. Constituiria uma esfera autônoma de organização, de produção e de circulação de “bens simbólicos”, bem como é “campo de concorrência” (LIMA, 2008) entre os diversos especialistas de um determinado conhecimento.

Entre muitas tensões - a criação das instituições museu, a formação do ensino superior, a constituição de uma classe profissional e a regulamentação do exercício da profissão -, foi se conformando uma área de atuação profissional da Museologia e se materializando sentimento de classe. A atividade museológica começa a refletir sobre uma nova realidade, converte-se em objeto de trabalho (capital social) e passa a figurar na base para a determinação do campo.

Essa pesquisa pressupõe a existência de um campo museológico. O entendimento da Museologia como campo disciplinar é objeto de estudo de diversos trabalhos acadêmicos, como se pode constatar na produção de Suely Ceravolo, Diana Farjalla Correia Lima, Bruno Brulon Soares e Tereza Scheiner, dentre outros autores do campo. Assim, interessamo-nos por essa produção, sem nos deter a ela, a fim de contextualizar o espaço permeado de disputas e apropriações simbólicas conformadas pelas instituições e seus agentes na constituição do campo museológico, haja vista que, por não dispor de limites pré-determinados, são constantes as disputas a respeito de quem está dentro ou fora dele, onde o poder de autoridade – pelo qual se atribui legitimidade, sendo um dos motivos da luta simbólica que se dá entre as posições que atuam pela reprodução ou para a transformação daquilo que está instituído (BOURDIEU, 1996).

As contribuições da ABM nos processos de institucionalização do campo museológico no Brasil, bem como o papel por ela exercido entre 1963 e 1985 para a demarcação do campo de atuação profissional do museólogo, ainda carecem de pesquisa. O processo de regulamentação da profissão de museólogo no Brasil também é pouco discutido em trabalhos acadêmicos na Museologia e é um tema fundamental para a compreensão da institucionalização do campo profissional museológico no Brasil.

Sobre a ABM, não foram encontrados trabalhos acadêmicos que apresentem a sua trajetória e espectro de atuação. Sobre algumas ações da ABM em prol da regulamentação da profissão de museólogo, foi encontrado um trabalho de conclusão de curso intitulado “Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos: alguns itinerários para a

regulamentação da profissão no Brasil”, de Natália de Figueirêdo Biserra, orientado por Ivan Coelho de Sá e apresentado à Escola de Museologia da UNIRIO, em 2013. Neusa Fernandes, professora, doutora e museóloga, publicou em dezembro de 2014 o livro “A ABM e a regulamentação da profissão de museólogo”, uma edição comemorativa aos 30 anos da regulamentação pertencente à Coleção Memória e preservação da Museologia no Brasil: História. E a tese de doutorado “Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)”, apresentada, em 2015, ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO por Priscilla Arigoni Coelho, que tem por objeto de estudo a memória do processo de institucionalização do campo de conhecimento da Museologia no Brasil, de 1932 a 1985, na qual a autora delineou a rede de atores envolvidos na criação dos cursos de Museologia no Brasil ao longo do século XX, bem como analisou as representações metafóricas como indicativo da identidade desse grupo de profissionais. Nessa tese, além dos cursos de formação, a autora mapeou iniciativas de associativismo no campo museal brasileiro.

É precisamente a configuração do espaço de institucionalidade do campo profissional da Museologia no Brasil, a partir da atuação da Associação Brasileira de Museologia, no período entre 1963 e 1985, que se pretende compreender por meio dessa pesquisa.

1.2. Metodologia

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a construção do processo de regulamentação profissional do museólogo e a configuração do espaço de institucionalidade do campo profissional da Museologia no Brasil, a partir da atuação da Associação Brasileira de Museologia, no período entre 1962 e 1985. A questão que se buscou compreender foi o processo de articulação dos museólogos, por meio da ABM, na trajetória de elaboração e estruturação da Lei 7.287/1984, que regulamenta a profissão e constitui um marco para o exercício profissional do museólogo no Brasil. Contudo, não foram encontrados trabalhos especificamente sobre a memória da ABM e seu papel e contribuições na institucionalização do campo profissional da Museologia no Brasil.

Esse é um tema pouco explorado em trabalhos acadêmicos, e a defasagem da literatura sobre esse tema específico da regulamentação da profissão repercute no conhecimento histórico sobre a própria consolidação da Museologia como campo. Acredita-se que este tema precise ser revisitado com o intuito de compreender melhor as contribuições da ABM para a construção de um espírito de classe, a regulamentação da profissão e os processos de institucionalização do campo profissional da Museologia. Por meio da construção de uma memória da ABM, tenciona-se então contribuir para a compreensão e o

debate sobre o processo de construção do campo de atuação do museólogo, sua prática e seu papel na sociedade brasileira, bem como para o fortalecimento da memória dessa profissão no país.

A memória é um complexo campo de disputa de sentidos, em que a circulação dos discursos e as representações são utilizadas com intensidade e possibilidades diferentes. Entende-se que a memória oral revela as lateralidades das instituições e pontos de vista contraditórios que constituem essa complexidade, e apesar de ser uma metodologia adequada para esse trabalho, haja vista que dela seria possível se fazer emergir uma visão de mundo, não se pode proceder com coletas de registros orais de museólogos que atuaram na ABM e contribuíram para a elaboração da Lei 7.287/84. O prazo exíguo com a mudança do tema de pesquisa limitou o empreendimento de esforços de sistematização dos depoimentos orais com o rigor necessário, destarte, foram utilizados então documentos escritos e imagens.

Desta maneira, a metodologia utilizada na realização dessa dissertação consistiu basicamente na pesquisa e análise de fontes documentais primárias presentes nos arquivos institucionais do Museu Histórico Nacional e da Associação Brasileira de Museologia (ABM), no acervo constituinte do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS), nos Diários do Congresso Nacional e do Diário Oficial da União, bem como periódicos e jornais da época. Longe da neutralidade e de constituírem uma verdade em si mesma, os registros muitas vezes serviram como pistas, que apontaram um caminho para onde conduzir a pesquisa, haja vista que:

A distância temporal torna o acontecimento irremediável: é inútil tentar tocá-lo e modificá-lo, como inútil imaginavam os antigos ser o desejo de abraçar as sombras do Hades. Isso não impede que, mesmo assim, queiramos abraçar as sombras: e o que corresponde a esse abraço é a compreensão. (...) No estudo dos documentos, de algum modo, o tempo fugaz se detém. Aquilo que na vida em ação mostra-se por um breve momento e logo deixa de existir aqui se coloca aos nossos olhos sem outros limites a não ser a nossa vontade de entender e a capacidade de resposta dos documentos. Capacidade, porém, limitada, pois o documento é apenas uma pista, um indício, um sinal. (...) A natureza do sinal é ser manifesto; a natureza do significado é ser oculto. (PROSPERI, 2011, p. 26-27)

A pesquisa realizada na biblioteca do Museu Histórico Nacional foi estruturada para o entendimento de dois tópicos de interesse dessa pesquisa: a formação e a regulamentação da profissão, haja vista que essa instituição abrigou inicialmente o então Curso de Museus. No MHN, também ocorreram as primeiras discussões desse grupo social sobre a regulamentação de sua profissão, assim buscamos em seu acervo documentos pertinentes a esse momento e foram disponibilizados os anteprojetos para regulamentação da profissão na década de 1960 no Brasil, documentos fundamentais para o mapeamento dos agentes envolvidos e compreensão do fator que os agregava.

Foi obtido acesso à coleção da ABM abrigada em sua sede no Rio de Janeiro, que, apesar de não dispor de um inventário que se pudesse consultar, está organizada por eventos realizados pela Associação, em ordem cronológica. Na ABM, verificaram-se os estatutos, boletins e livros de atas de reuniões da ABM entre 1963 e 1972, bem como as atas do Conselho Deliberativo no período compreendido entre 1976 e 1992. Após uma análise qualitativa do material disponível, foi possível anotar, sistematizar e destacar ações empreendidas pela ABM no período compreendido por essa pesquisa, e nele amparamos as discussões e o processo da organização da ABM, haja vista o parco material disponível sobre a Associação e a inviabilidade devido aos prazos de utilização de outros recursos metodológicos, como o registro oral nessa pesquisa.

Ao participar da organização das coleções abrigadas no NUMMUS, foi possível compreender sua formação e separá-las em grupos de temas que interessavam a essa pesquisa. Após uma breve varredura das coleções, sistematizamos as fontes primárias em grupos, basicamente constituídos de documentos sobre a formação em Museologia pelo MHN/FEFIERJ/UNIRIO, trajetória profissional de vários museólogos que contribuíram para a regulamentação da profissão, concursos realizados para área, alguns anais dos Congressos Nacionais de Museus. Ao se comparar as informações nesses documentos, destaca-se o Curso de Museus nessa dissertação devido à sua contribuição para a formação de um *habitus* e de um capital simbólico comum a um grupo que constituiria os Conservadores de Museus, pois os egressos desse Curso atuaram como Conservadores de Museus e começaram a se organizar para obter um reconhecimento social para sua profissão.

Os Diários do Congresso Nacional foram consultados pela Internet. Primeiramente, procuramos os Projetos de Lei apontados nos livros de atas da ABM e, ao consultá-los na página eletrônica da Câmara dos Deputados, foi encontrada remissão aos documentos envolvidos nos projetos, e assim reunimos essas evidências e analisamos sua estrutura, da qual obtivemos dados sobre os grupos sociais envolvidos nesse processo. Os Diários do Congresso constituíram um material fundamental para mapear e destacar os agentes envolvidos, bem como a articulação dos museólogos com a classe política para obtenção da regulamentação da profissão.

Tentamos então lembrar-nos de que os documentos são sempre frutos da ideologia de que o produziu, destarte, percebemos que o grupo social abrangido pelas nossas fontes documentais era composto essencialmente de egressos do Curso de Museus, o que nos fez tentar identificar outros agentes para compreender não somente os consensos, mas também os dissensos e disputas para a construção da nossa narrativa.

Os Anais de Congressos Nacionais de Museus são um material essencial para compreender as discussões e articulação de uma incipiente classe profissional, entretanto,

não foi encontrado um fundo que os reúna. Na pesquisa realizada no NUMMUS e na ABM, dispomos de alguns registros desses Anais, e assim começamos a reuni-los e a sistematizá-los por ano, entidade organizadora e lugar onde o evento ocorreu, e, quando possível, foram anotados os temas discutidos. Assim, organizamos uma tabela dos eventos que conseguimos mapear com essas entradas e procedemos com uma análise qualitativa dos dados, comparando-os com as discussões dispostas na bibliografia utilizada.

Essa dissertação amparou-se em uma pesquisa bibliográfica sobre a formação em Museologia no Brasil, como as publicações de Araújo (1995), Santos (2008), Bruno (2009), Chagas (2009), Siqueira (2009), Sá (2007; 2013), Desvallées e Mairesse (2010; 2011); Lima (2013), Scheiner (1988; 2013), Costa (2013), Soares, Carvalho e Cruz (2014) para auxiliar na contextualização histórica e teórica do campo, bem como para a compreensão do perfil dos profissionais de Museologia no Brasil, o que estrutura o capítulo primeiro desta dissertação.

Além de textos referentes à formação e ao campo disciplinar da Museologia, buscamos o aporte de alguns textos vinculados à Sociologia e à Memória Social para auxiliar na compreensão dos conceitos e noções de memória, campo, *habitus* e institucionalização. Esse recurso bibliográfico amparou a discussão que se propôs para os três capítulos de desenvolvimento da dissertação ao contribuir também para a sistematização do desvelamento da articulação social do grupo social estudado e para a compreensão da institucionalização da prática profissional do museólogo na análise dos projetos e da legislação para regulamentação dessa profissão.

Esse foi o ponto de partida na tentativa de identificação e mapeamento de alguns dos processos de institucionalização do campo museológico, pois, como se pode ver, a organização da ação de institucionalização do campo se originou ora por meio de indivíduos e entidades, ora pelo Estado. E na ausência de uma compreensão histórica, talvez fôssemos impelidos a afirmar que a institucionalização do campo teria sido herdeira exclusivamente da ação deste ou daquele agente, a despeito do foco de nossa pesquisa ser um agente específico – a ABM, que age em relação aos demais. O desafio foi tentar evidenciar em quais momentos esta ação se originou e migrou do Estado para a sociedade civil e desta para aquele. Essa iniciativa favoreceu uma apreensão adequada do processo de formação de identidade e dos elementos que passaram a constituir o campo de atuação profissional do museólogo no Brasil.

CAPÍTULO 2
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO
MUSEOLÓGICO NO BRASIL NO COMEÇO DO
SÉCULO XX

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO NO BRASIL NO COMEÇO DO SÉCULO XX

O Curso de Museus do MHN, criado em 1932, inaugurou uma área de atuação profissional ao formar os agentes que a disputariam e a conformariam no Brasil no decorrer do século XX. Foi possível identificar momentos e movimentos significativos desta história, destacando-os como elementos essenciais para a compreensão desses processos. Ao identificar a matriz intelectual, por meio de uma abordagem histórica relativa à implantação do primeiro curso voltado à profissionalização na área, pretendeu-se contextualizar a formação de diversos agentes que atuaram profissionalmente no campo museal e fundaram a ABM, sem dissociá-los da sua visão de mundo. Ao compreender a formação, nos intrigou entender onde e como atuariam esses egressos do Curso de Museus, portanto, investigamos nas fontes documentais disponíveis quais seriam estes.

2.1. O curso de museus do MHN: uma matriz intelectual

O século XIX contou com a criação de alguns museus em território brasileiro. Rússio (2010a, p. 88) atribui ao período imperial o “fortalecimento, a consolidação do movimento construtor, no que diz respeito às organizações culturais” e esclarece que “o Museu antecede, no Brasil, em cerca de uma década, a criação dos cursos jurídicos e, em cerca de 120 anos, a das Universidades”, e que durante esse período foi “praticamente, o único centro de investigação científica de que a nação dispôs”. Ainda segundo a autora (2010a, p. 88):

As sociedades particulares de caráter científico e cultural assumem, então, importante papel. Limitando-nos a aspecto museológico e, para citar alguns poucos casos, lembraremos que são desse período o Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro (1838), que mantinha em anexo um museu; em Belém do Pará, a Sociedade Filomática (1866) possuía um “gabinete de História Natural e Etnografia”, fundado por Domingos Soares Ferreira e reformulado, posteriormente, por Emílio Goeldi, que também ampliaria a exposição (hoje, Museu Paraense Emílio Goeldi); da mesma forma nasce o Museu Paranaense, oficializado em 1883, mas surgido e entidade particular (1876).

Pode-se destacar ainda o Museu do Exército (1864), o Museu da Marinha (1868), o Museu Paulista (1892) e o Museu Julio de Castilhos no Rio Grande do Sul (1903), dentre outros poucos fundados na época. Schwarcz (2001) afirma que, no Brasil, no fim do século XIX, com o início da produção de ciência, os museus começaram a ser fomentados, haja vista a redução de pesquisadores e viajantes de fora do país.

Entretanto, esses estabelecimentos museais ainda estiveram limitados em termos de

profissionais especializados em técnicas museográficas. Neles atuaram agentes cuja formação esteve relacionada às profissões ou ocupações constituídas no Brasil ao longo do século XIX sem formação ou habilitação específica para lidar com o processamento técnico das coleções abrigadas em museus. Esses profissionais se formaram somente pela prática.

E não poderia ser diferente. Não havia cursos que em seu escopo desenvolvesse tais conteúdos até o final do século XIX. Mesmo na Europa, onde o campo museal fora incrementado no bojo das Revoluções Industrial e Francesa, e passou a ser percebido como ferramenta para a educação de um público de diferentes classes sociais. Nesse período, os museus foram palco da formulação das identidades nacionais e atendiam como dispositivos de poder e de propaganda do Estado, além de espaço para a “reificação” de uma história oficial (POULOUT, 2009).

A Revolução Industrial impulsionou a criação de museus oficiais nos países europeus que a conduziram, como Alemanha, Inglaterra e França, considerando-se a missão “civilizatória” de que se incumbiram. Na corrida neocolonialista e imperialista europeia travada no século XIX, a institucionalização da memória foi um instrumento para a afirmação dos valores burgueses. Disputou-se, além de territórios, conhecimento sobre o passado da humanidade para a construção de uma identidade nacional, bem como para a promoção de um ideal de civilização. A fim de buscar referências pretéritas ao período monárquico – cujos resíduos ideológicos e identitários deveriam ser destituídos e ressignificados juntamente com o Regime deposto -, foram empreendidas escavações no Mediterrâneo e no Oriente Médio (SÁ, 2013). O espaço museal se tornou então um cenário estratégico para fomentar tal ideologia e para guardar os concorridos despojos dos antigos impérios.

Na França, por exemplo, os Conservadores de Museus se ocuparam de “repatrimonializar” o legado cultural da monarquia deposta, que passou a compor o arcabouço ancestral da nação, a fim de colocá-los sob a ótica dos ideais burgueses. Museus como o do Louvre foram forjados por esse espírito. Levaram a cabo o programa de pensamento do Racionalismo cartesiano do século XVII, o método científico basilar, bem como do Iluminismo no século XVIII, expresso pelo enciclopedismo, pela sistematização na organização do conhecimento e pela preocupação com a circulação deste para atender à missão “civilizatória”.

Nesse contexto de criação de museus e ampliação da demanda de trabalho voltado para a preservação dos acervos que começaram a se estruturar, estudiosos de diversas áreas, sobretudo arqueólogos, historiadores da arte, naturalistas, etc., se ocuparam do patrimônio cultural depositados nos museus oficiais. Além dos estudos desenvolvidos por esses profissionais, urgiu também a necessidade de tratamento técnico às coleções

apreendidas. Contudo, ainda não havia formação específica para profissionais de museus:

Ainda que os museus tenham se convertido em laboratórios para o desenvolvimento da antropologia, da arqueologia e da própria Museologia, a ideia de investir em formação de conservadores de museus, como eram denominados os profissionais encarregados da parte técnica das coleções, é bastante tardia, provavelmente porque os museus, nas suas várias tipologias, fossem considerados campos de atuação de arqueólogos, naturalistas, antropólogos, historiadores da arte, helenistas, orientalistas etc. e também porque estes profissionais estavam ainda em processo de definição e de construção de bases científicas de seus campos de saber (SÁ, 2013, p. 34).

O autor ainda diz que a *École des Chartes*, criada em 1821, em Paris, para a formação de arquivistas-paleógrafos, contribuiu para fomentar os estudos nessa área, haja vista que “seu currículo lançou as bases da formação científica e influenciou muitos outros cursos afins, na França, na Europa e em todo o mundo”, ao sistematizar conhecimentos eruditos na forma de ciências auxiliares da História e de antiquariato. Essa sistematização do ensino influenciou os cursos da *École du Louvre*, criada em 1882, no próprio museu. Entretanto, somente em 1924, a *École du Louvre* implantou o Curso de Museografia, voltado especificamente para a formação técnica de Conservadores do Patrimônio e dos Museus, cumprindo, no que diz respeito aos museus, o papel desempenhado, em relação às bibliotecas e arquivos pela *École de Chartes*. Benoist (1971, apud Rússio 2010d, p. 249) endossa essa perspectiva sobre o ensino referido à profissão museal:

É na França que este ensino foi fundado, em 1822, com a Escola do Louvre. Um curso de museologia foi ali inaugurado, em 1927, por meu primeiro mestre Gaston Brière. Desde 1941, a Escola do Louvre cumpre, no que diz respeito aos museus, o papel desempenhado, em relação às bibliotecas e aos arquivos, pela Escola de Chartes.

Chagas (2009) esclarece que, apesar das transformações, no século XIX, o panorama museal no Brasil ainda era pouco expressivo. O autor argumenta que, no século XIX, a criação de museus esteve atrelada à construção de um projeto de nação, assim como ocorreu na França no século anterior, quando os museus foram parte de um projeto de Estado para a construção de símbolos, rituais e fixação de memória (CHAGAS 2006, p. 41). Compara-se ainda a situação brasileira com a francesa, que encerrou o século com estimados 600 museus, enquanto que aqui não se passava a casa das duas dezenas (CHAGAS, 2009, p. 69).

O autor afirma que, no século XX, constituiu-se o cenário museológico brasileiro, com expressivo aumento do número de instituições, o que esteve relacionado às transformações culturais e políticas com início dos anos 1920. Rangel (2011) corrobora a perspectiva de Chagas ao entender que “podemos afirmar que no Brasil o século dos museus é o século XX” (p. 303). Para este autor, além de compartilharem da efervescência intelectual que se observou em organismos internacionais, os museus brasileiros se desenvolveram em

quantidade “na esteira da modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos de educação, de saúde e de cultura” (RANGEL, 2011, p. 303).

Sob o entusiasmo nacionalista em terras brasileiras, nas décadas de 1920 e 1930, os museus começaram a esboçar uma expansão para atuarem como agente promotor desta ideologia. Nesse contexto, o Museu Histórico Nacional, idealizado desde 1911 (SANTOS, 2006), foi criado por iniciativas de Gustavo Barroso, mediante o Decreto 15.596, de 02 de agosto de 1922, para concretizar e disseminar estes ideais, tornando-se a primeira instituição museal voltada especificamente para a história da nação (SÁ, 2007).

O Curso de Museus previsto na criação do MHN, mas que não foi logo implantado, se concretizou mediante o Decreto 21.129, de 07 de março de 1932², o qual seria então o primeiro curso com formação especificamente voltada para a área museal no país, no qual as ideias e correntes de pensamento sobre museus disseminadas pelo Escritório Internacional de Museus por meio da publicação *Mouseion*, bem como o modelo da Escola do Louvre, exerceram forte influência, haja vista que foram balizas para a construção do arcabouço curricular realizada por Gustavo Barroso. O Curso seguiu os moldes do Curso Técnico esboçado em 1922 e se destinou “[...] ao ensino das matérias que interessavam àquela instituição [...]” (BRASIL, 1922), e deveria ser constituído por disciplinas que seriam distribuídas entre as instituições já existentes (Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional) e o recém-criado Museu Histórico Nacional, cuja duração prevista seria de dois anos³.

O Curso de Museus entrou em funcionamento com um lapso temporal de uma década em relação à publicação do primeiro Decreto, ao que Tanus (2013) atribui questões de “ordem humana e estrutural”, levando-se em conta que não se dispunham no Brasil de recursos materiais, escolas e professores direcionados para área. Sá (2007, p. 12) também considera que a implantação do curso voltado para profissionais de museus “[...] equivalia a um investimento na formação de técnicos absolutamente insólita para a realidade brasileira da época, sobretudo se considerarmos a inexistência de uma tradição museológica”.

Embora tenha sido implantado para o desenvolvimento de atividades técnicas na instituição onde fora criado, foi enquadrado no ensino superior do Brasil, pois foi exigida dos candidatos a conclusão do ensino secundário (SÁ, 2014). Essa condição se manteve na primeira reforma que ocorreu no curso, em 1934. Pelo Decreto 24.735, de 14 de julho de 1934,

² O Decreto 15.596/1922, de implantação do MHN, do artigo 55 ao 71, previa também a criação de um “curso técnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e ao de amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional”, propósito este que não vingou naquele ano.

³ Caberia ao Arquivo Nacional ofertar as disciplinas Cronologia e Diplomática, História Política e Administrativa do Brasil; à Biblioteca Nacional, as disciplinas Bibliografia, Cartografia, Epigrafia, História Literária, Iconografia e Paleografia; e ao Museu, as disciplinas Arqueologia e História da Arte, Numismática e Sigilografia (BRASIL, 1922).

que aprova um regulamento para o MHN, no capítulo 5º, que trata do Curso de Museus, foi mantida a exigência de conclusão do ensino secundário, em relação à matrícula:

a) certificado de aprovação nos exames da 5ª série do curso secundário prestados em estabelecimento oficial ou equiparado, ou diploma de formatura de qualquer escola superior, escola normal ou instituto de educação, instituto técnico, faculdade de letras etc. (BRASIL, 1934).

A natureza do Curso de Museus do MHN foi alvo de discussões desde sua criação até seu ingresso na UNIRIO, em 1977. Sá (2014) atribui a dúvida que pairava em torno da natureza do curso ao fato de “não haver, na época, uma legislação claramente definida relativa ao ensino superior”. Contudo, o Curso de Museus esteve contemplado na parca legislação então vigente, isto é, pelo Decreto-Lei 421, de 11 de maio de 1938, que regulou os estabelecimentos de ensino superior⁴. Segundo Siqueira (2009), o caráter universitário do Curso “fora preconizado desde sua criação”. A autora atribui tal afirmação à entrevista do professor de Arqueologia do curso, Anygone Costa, para *O Jornal*, “Como se formam técnicos de museus no Brasil”, de abril de 1934, na qual Anygone Costa afirmou que “é um curso universitário, de extensão cultural especializada”. Segundo Rússio (2010e, p. 254):

É necessário lembrar que em 1932 o Brasil possuía vários cursos superiores em escolas, institutos e faculdades, mas não contava, ainda, com uma universidade. Era também um período no qual, em escala mundial, surgia a valorização dos cursos de ensino médio, inclusive como solução adequada à realidade de então e também como reparação das necessidades imediatas dos profissionais. Por isso, não podemos interpretar a caracterização dos cursos de Museologia em nível médio e escola técnica profissionalizante senão como resultado, em seu tempo, de uma visão avançada.

O entendimento oficial sobre o caráter de curso superior do Curso de Museus ficou explicitado na conclusão do Parecer 455/948, de 14 de outubro de 1948, do Conselho Nacional de Educação, pelo qual foi definido que “o Curso de Museus era de nível superior” por exigir como condição de matrícula, a preparação secundária comprovada, sendo os diplomas ou certificados expedidos pelo Curso de Museus do MHN então registrados junto à Diretoria de Ensino Superior (SIQUEIRA, 2009).

Ainda em 1944, foi realizada a primeira grande reforma do Curso de Museus, tendo sido mantida a exigência de conclusão do curso secundário na matrícula e o vestibular instituído como forma de ingresso quando o número de candidatos ultrapassasse o número de vagas. O curso também passou a ter uma administração própria com a criação do cargo de Coordenador. Além disso, tornou o conteúdo mais genérico com a oferta de novas

⁴ A Diretoria de Ensino Superior nos anos de 1930 esteve vinculada ao Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, criado em 1930 por Getúlio Vargas. No Estado Novo, fora transformado em Ministério da Educação e Saúde e novamente modificado, em 1953, para Ministério da Educação e Cultura, com a criação do Ministério da Saúde (SÁ, 2014).

disciplinas, bem como foi proposta a ampliação do tempo da formação que passou de dois para três anos ou séries: a Parte Geral (formação básica) ministrada nos dois primeiros anos; e a Parte Especial, no último ano. Na Parte Especial, os alunos podiam optar entre duas especializações: Seção de Museus Históricos e Seção de Museus de Belas Artes ou Museus Artísticos, nas quais, ao final do segundo ano, o aluno escolhia se habilitar, sendo-lhe facultado, posteriormente, cursar a outra habilitação (SÁ, 2007).

Nessa reforma, foi oficializada a figura do bolsista, que, segundo Sá (2014), já ocorria informalmente desde 1942. As bolsas se destinaram a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da capital do Estado do Rio de Janeiro e foram oferecidas, preferencialmente, aos servidores estaduais e municipais com exercício em museus. Assim, a formação no Curso de Museus começou a ampliar seu público e a esboçar uma disseminação da formação em museus para além da então capital federal. Dando prosseguimento à reestruturação e organização do curso, em 1943, o Ministério da Educação e Saúde determinou que os diplomas e certificados emitidos pelo MHN fossem registrados na Diretoria do Ensino Superior.

Ainda em 1951, a natureza de nível superior atribuída ao Curso de Museus foi utilizada com argumento para solicitar o reenquadramento da profissão de Conservador de Museus/Museólogo⁵ junto ao DASP. Essa natureza do Curso de Museus e, posteriormente, a outorga do mandato universitário constituíram um atributo relevante para o processo de regulamentação dos profissionais que se dedicavam aos museus. Apesar de constituir um curso superior, não foi um curso universitário. Essa situação começa a se modificar em 1951, quando foi conferido, pela Universidade do Brasil⁶, o Mandato Universitário ao Curso de Museus, e os diplomas passaram a ser registrados naquela instituição. Contudo, o Curso se manteve atrelado institucional e financeiramente ao MHN. Nesse período, foi facultada aos alunos da última série e aos já diplomados uma nova possibilidade de aperfeiçoamento profissional por meio de estágios nas cinco seções do MHN (SIQUEIRA, 2009).

Nessa época, o Curso de Museus se voltou para a formação de Conservador de Museus. Segundo o Manual de Instruções para Matrícula do Curso de Museus (Mandato Universitário), de 1956, o Curso de Museus teve por finalidade:

- a) preparar pessoal para as funções de Conservador de Museus históricos e artísticos ou de instituições análogas;
- b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;

⁵ Costa (2013, p.23) elucida que no Brasil, antes da regulamentação da profissão de Museólogo, também se verificou, o emprego de três termos diferentes: conservador, museologista e museólogo e, até mesmo a ausência de uma titulação para os primeiros formandos do Curso de Museus do MHN.

⁶ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional.

Desvallés e Mairesse, em *Conceitos-chaves de Museologia* (2009), esclarecem o termo *Conservateur*. Segundo os autores, a atuação do *Conservateur*, surgido no século XVIII, primeiramente, é associada aos conceitos de Conservação e de Preservação, e ao estudo das coleções de história da arte, de ciências naturais, dentre outras. Nas décadas de 1960/70, quando se esboçaram as estruturas dos princípios da Nova Museologia, em oposição à Museologia tradicional, o campo de atuação dos museólogos começou a se diferenciar dos *Conservateur* e a extrapolar os espaços dos museus (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2009)⁷. Segundo Rússio (2010b, p. 225):

O termo Museólogo (*muséologue, museologist*) vem se firmando cada vez mais e se impondo em muitos países, mesmo naqueles em que outras designações eram tradicionalmente consideradas mais vigorosas, como as palavras Curador (*curator*) e Conservador (*conservateur*). A nova terminologia não decorre de um modismo acidental, mas tem a ver com as profundas e rápidas mudanças sofridas pela sociedade, pela Ciência Museológica e pelo seu principal espaço científico, a instituição museal. Na medida em que se passou da mera observação, da mera descrição do cenário museológico (entendido preponderantemente como espaço expositivo), transitando pelo ainda sumário conjunto de técnicas descritivamente transmitidas, para a Museologia como conhecimento específico, dessa maneira se alterou o conceito e conseqüentemente a nomenclatura que designa o *profissional de Museu* (pelo menos o profissional das atividades fins do Museu) e o *cientista da área museológica*.

Na década de 1960, o debate acerca da terminologia foi acompanhado de alterações curriculares no Curso de Museus. Em 13 de julho de 1966, realizou-se mais uma reforma do curso, mediante aprovação do Regimento do Curso de Museus do MHN publicado pelo Decreto 58.800/1966. Nessa reforma, foram mantidas as duas habilitações: Museus Artísticos e Museus Históricos, sendo previsto o diploma de museólogo na conclusão do curso. Aparece, então, pela primeira vez, na legislação brasileira, segundo Costa (2013), o termo *museólogo*, apesar de o termo *conservador de museus* continuar a ser utilizado.

O uso deste termo somente se tornou oficial na década de 1960, por meio do Decreto nº. 58.800 de 13 de julho de 1966, que “Aprova o Regimento do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional”, onde se lê no Artigo 3o: “os alunos que concluírem o Curso de Museus receberão diploma de museólogo”. Ficando, assim, estipulada a diplomação de Museólogo para o exercício da função “conservador de museus históricos e artísticos, ou instituições análogas”. Esta mudança permitiu que caminhasse para se colocar o título no certificado concedido aos alunos de maneira diferente do que fazia o Curso nas primeiras décadas de seu funcionamento, porque não havia designação ou título específico para os concluintes [...] Esclarecemos que o termo Conservador e que aparece na descrição de cargo a ser ocupado

⁷ Desvallés e Mairesse (2009) apontam que não há apenas uma profissão relacionada aos museus e sim, várias, conformando uma gama de atividades, e, para tanto, o ICOM utiliza o termo “profissional de museus”, na identificação do pessoal que trabalha com o patrimônio musealizado, ao qual se inclui o museólogo. Segundo Peter Van Mensch (1987), esse termo apareceu pela primeira vez em 1965 na 7ª Conferência do ICOM em Nova Iorque.

pelo Museólogo no referido Decreto 58.800/1966 é remanescente da documentação do primeiro concurso de “Conservador do Ministério da Educação e Saúde”, 1940, que, ao denominar desta maneira os concursados, tornou usual o termo conservador para se referir aos técnicos que trabalhavam em museus e eram formados pelo Curso de Museus do MHN, já que, naquele tempo, este era o único curso desse caráter no Brasil (COSTA, 2013, p. 29-30).

Destarte, a década de 1960 assistiu a uma discussão acerca do termo *museólogo*, no mercado linguístico⁸, que o campo museológico estava constituindo - e que havia sido inaugurado pelo termo *museografia* na década de 1920, com a incorporação dos museus de ciência ao escopo de atuação do ICOM (SOARES et al., 2014).

A Museologia, no Brasil, começou a se estruturar em um cenário de trocas internacionais desde Gustavo Barroso, haja vista que ele não esteve imune às influências estrangeiras, quando, em 1919, foi designado secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz, em Versalhes⁹. Destacou-se também a influência do Escritório Internacional de Museus e suas publicações nos currículos do Curso de Museus. Essa relação foi mantida no contexto pós Segunda Guerra Mundial, por meio do intercâmbio com o então recém-criado ICOM, uma nova versão do antigo Escritório, que foi um fomentador da realização dos Congressos Nacionais de Museus (CNM), no Brasil, e contou com a participação de diversos brasileiros, sobretudo de Conservadores de Museus, com formação obtida no curso do MHN.

Desde o primeiro CNM, temas que apresentassem ênfase na educação em museus ou no papel social das instituições, tiveram destaque e despertavam o interesse da maioria dos profissionais de museus brasileiros. A preocupação com o caráter educacional pode ser atribuída à mudança de interesses e perspectivas das instituições museais existente no país. Paulo Knauss atribui essa inflexão no panorama museal na década de 1940 à ampliação do público que frequentou, e passou a frequentar os museus. Segundo Knauss (2011, p. 583):

Os museus mais antigos do Brasil, (...), tinham como foco a pesquisa e, por isso, não era de surpreender que não tivessem horário de visita, pois recebiam apenas pesquisadores agendados. (...). Nos anos de 1940, porém, todos os museus tendiam a combinar o interesse pelo tratamento técnico das peças com a missão educativa dos museus.

Em 1958, foi realizado no MAM Rio de Janeiro o Seminário Regional da UNESCO

⁸ “Existe um mercado linguístico em que a competência funciona como um capital, que possibilita um sistema de trocas simbólicas dentro do universo social. A competência dominante funciona como capital linguístico assegurando um ganho de distinção na sua relação com as outras competências, na medida em que os grupos que a detêm são capazes de se impor como únicos, os legítimos, nos mercados linguísticos legítimos”. CRUZ, Maria de Lourdes Otero Brabo. *Bourdieu e a linguística aplicada*. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3859/3555>. Acesso em: 20 jun. 2017.

⁹ Segundo Mário Chagas (2009, p. 82), “essa função foi uma oportunidade especial para ampliar e solidificar sua rede de relações, para intensificar laços de amizade e para conhecer melhor algumas instituições museais europeias, canadenses e estadunidenses”.

sobre a função educativa dos museus, organizado pelo então diretor do ICOM, George Henri Rivière. Esse seminário possibilitou discussões entre representantes de museus de todo o mundo, suscitando reflexões e contribuindo com o intercâmbio de ideias acerca de diversas questões relativas aos museus, tais como comunicação, Museografia, inovações arquitetônicas, entre outros.

Foi destacado também o papel das exposições como vínculo entre essas instituições e a sociedade (CURY, 2005) e se buscou uma revisão das questões relativas aos museus, sua função técnica e o próprio conceito que define a instituição. A publicação do guia “Recursos Educativos dos Museus Brasileiros”, de Guy Holanda, com apoio do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, foi um dos frutos desse seminário. Scheiner (1988, p. 19) afirma a importância do evento para os 142 museus existentes no Brasil naquela ocasião, ressaltando que “datam dessa época a produção de diversos trabalhos de museólogos brasileiros em defesa da modernização dos museus no país e, ainda, as primeiras tentativas de trabalhar teoricamente a museologia”.

Os debates terminológicos travados nesse seminário contribuíram para estabelecer novas compreensões sobre os termos “Museologia” e “Museografia”, como “o conjunto de técnicas em relação com a Museologia”, segundo Rivière (1960, apud SOARES et al., 2014, p. 252). Nesse período, começou a se estruturar e se intensificar as discussões acerca da configuração do incipiente campo disciplinar, sobretudo por meio do entendimento da Museologia como ciência (SCHEINER, 1988), isto é, compreendida então como “a ciência que tem como fim o estudo da missão e organização do museu” e ainda como “o ramo do conhecimento ligado ao estudo dos objetivos e organização de museus” (CARVALHO, 2011, p. 149).



Figura 01: Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus¹⁰, MAM Rio de Janeiro, setembro de 1958.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Ficaram registradas na definição de Museologia, redigida por Georges Henri Rivière, no seminário da UNESCO de 1958, quando se consagrou a separação entre uma “via prática (a Museografia) e seus aspectos teóricos (a Museologia)” (MAROEVIC, 2007). Essa dissociação entre teoria e prática permeia os debates sobre a natureza e constituição do campo até os dias atuais. A Museologia concebida inicialmente como “prática dos museus” e vinculada, sobretudo, aos objetos e coleções, passou, em meados do século XX, a ser compreendida separada da Museografia. Até meados da década de 1960, se deu uma percepção da Museologia como ciência aplicada, derivando de um conjunto de métodos, bem como um trabalho prático de natureza técnica vinculado às funções básicas dos museus: investigar, documentar, conservar, administrar.

Nos anos 1960/70, segundo Rússio (2010d), começaram as tentativas de alinhar a Museologia a outros campos do conhecimento, isto é, perceber a Museologia como parte integrante da Ciência da Informação ou como ciência auxiliar da Antropologia, da História, da Sociologia e da Educação, mas também a ser travadas discussões sobre a Museologia

¹⁰ Sentados: F. dos Santos Trigueiros, Raymonde Frin, Paulo Miranda Ribeiro, Geraldo Pitaguary, Clóvis Bornay. De pé: Octávia Correa dos S. Oliveira, Regina Real, Carmen Quadros, Ecylla Castanheira Brandão, Grace L. McCann Morley, George Henri-Rivière, Teresita Bertot Valdés, Lygia Martins Costa, Heloísa Alberto Torres, Gilda Marina de Almeida Lopes, Elza Ramos Peixoto, Jenny Dreyfus, Solon Leontsinis e Paulo Olinto de Oliveira.

constituir uma ciência independente com teoria e metodologias específicas, a ser percebida como um campo disciplinar.

Dentro dessa paisagem, a organização museal é questionada em sua forma e estrutura, em sua filosofia e ação prática; ao mesmo tempo em que a interdisciplinaridade se afirma como urgência seja para o exercício e a formação profissionais, cada vez mais se torna patente a profissionalização como uma necessidade que, entretanto, não encontra reconhecimento em muitos países, sobretudo nos chamados periféricos. Apesar disso, se faz uma intensa discussão em torno dessa profissionalização, e se verifica, mesmo sem um esclarecimento mais lúcido sobre o seu próprio âmbito, o trânsito da Ciência da Museologia para as Ciências Museológicas. Quanto à Museologia propriamente dita, tem recebido várias conceituações, dentre as quais podemos lembrar: “é uma ciência em formação, hoje em fase inicial, mas que, em futuro ainda indefinido, será um ramo da ciência”, de Zbynek Stránský, que acrescenta: “A concentração consciente de nossa atenção nas bases metateóricas da Museologia torna-se, hoje, uma necessidade urgente. Esta é favorecida pelos esforços atuais para o desenvolvimento de uma ciência das ciências”, e mais: “a Museologia apoia-se sobre uma base teórica do ponto de vista gnosiológico e metodológico, pois só assim ela pode cumprir sua missão, não apenas em relação à prática museal, mas também, dentro do próprio sistema da ciência (RÚSSIO, 2010d, p. 249-250).

Autores como Maroevic e Stránský apontaram para a constituição de mudança do estatuto da Museologia entre as ciências a partir do fim dos anos de 1960, quando Stránský¹¹ propôs um sistema de Museologia que a explorou em todos os seus aspectos históricos, estruturais e práticos. Ele, então, alinhou a Museologia com outras disciplinas acadêmicas que tinham sua própria história, teoria e prática, de tal forma que esta pudesse ser aceita como uma ciência social contemporânea (MAROEVIC, 2000, p. 5), que trataria da musealidade dos objetos (Idem, 2007, p. 143), por meio de um processo dinâmico de mudanças.

Por meio de Bourdieu (2000, p. 73), entende-se que os objetos de estudo de um campo são meras construções sociais e que, por meio de um recorte claro e explícito da realidade, o seu objeto de pesquisa deve ser “conquistado, construído e constatado”. O autor aponta ainda que é necessário encontrar o equilíbrio entre o que está em voga e o movimento de inovação do conhecimento, e tal renovação aconteceria a partir de uma “conversão do olhar” (2007, p. 49), uma revolução mental que se daria a partir de uma ruptura epistemológica, a qual, por sua vez, também precisa encontrar seu lugar de consolidação (2000). Nessa perspectiva, a Museologia surgiu então quando, em um dado momento, foram colocadas uma questão, um objeto e a reivindicação de um campo de conhecimento específico para disputar com outros campos e criar um espaço próprio, com suas próprias regras e termos que vão começar a configurar sua linguagem de especialidade. Segundo Carvalho (2014):

¹¹ Segundo Ceravolo (2004), em 1962, uma parte do corpo de profissionais do Museu da Morávia cria o **Departamento de Museologia**, institucionalmente vinculada também à Universidade J. E. Purkyně, estabelecendo uma linha de formação em Museologia caracterizada como a “**Escola de Brno**”.

Outro fator relevante a destacar é que não se trata de definições isoladas que constituem o corpus teórico de um campo (ou seja, esta ou aquela corrente que defende uma ideia ou conceito de Museu), mas sim o conjunto de teorias ou noções observáveis do fenômeno Museu e suas possíveis nomenclaturas dos teóricos que constituem a Museologia, se essa se pretende debruçar por algo específico. Considerando tal afirmativa, nesse exercício específico, não é necessário definir Museu para estudar a formação e compreensão da Museologia, pois essa possui um conjunto de diferentes interpretações ligadas ao fenômeno social Museu.

Essa discussão acerca da natureza da Museologia teve impactos não somente no âmbito do pensamento museológico e constituição de um campo disciplinar, mas também na formação e prática profissional nessa área no Brasil. Essa nova concepção vai se respaldando na medida em que o campo se institucionaliza e integra, ao mesmo tempo, posturas diversas, o que o faz coexistir entre as fronteiras ora tecnicistas e pragmáticas, ora epistemológicas e teóricas.

No contexto dessas mudanças conceituais acerca do que constituiria a Museologia e a oficialização desse termo, o Curso de Museus também esboçou a mudança de sua designação. Em 1968, o diretor do MHN, o museólogo Léo Fonseca e Silva, propôs a mudança de denominação do Curso de Museus para Faculdade de Museologia. A proposta foi encaminhada à Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação, onde foi rejeitada pelo fato de o Curso de Museus estar vinculado a uma instituição cultural e não a uma universidade. O então diretor do MHN providenciou o anteprojeto de uma Escola Superior de Museologia, que seria apresentado ao Conselho Federativo da então recém-criada FEFIEG, porém não foi concretizado naquele momento, ainda assim foi chamada informalmente¹².

Assim o Curso de Museus sofreu algumas alterações no período, não somente na intenção de renomeá-lo. Foi instituída, em uma reconfiguração do Curso no ano de 1970, a habilitação em museus de ciência, oficializando assim a habilitação de museólogos para o tratamento de acervos científicos, destarte, os egressos podiam transitar também sobre o universo dos museus de Ciência e Tecnologia. Sobre esse momento, Scheiner (1988, p. 19-20) elucida:

Num movimento inédito à história do Curso (e politicamente arriscado, tendo em vista a conjuntura governamental da época), um grupo de estudantes de Museologia solicita e obtém, da Direção do Museu, a oferta de disciplinas antes não integradas ao currículo do Curso e que constituíam, até então, uma

¹² A Câmara pronunciou-se contrária ao projeto de mudança de nome, justificando a necessidade de o Curso estar vinculado a uma universidade, e não a uma instituição cultural. É, então, providenciado pelo próprio Fonseca e Silva o anteprojeto de uma Escola Superior de Museologia, apresentado em 1970 ao Conselho Federativo da recém-criada Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). Apesar de o projeto não ter sido concretizado neste momento, informalmente, o Curso assumiu esta nova denominação que aparece nas carteirinhas estudantis e em outros documentos da época (SIQUEIRA, 2009).

lacuna na formação do Museólogo (...). Os professores contratados para ministrar as disciplinas referentes a essa nova habilitação são recrutados entre os maiores especialistas do País nas citadas áreas do conhecimento. Tem-se, assim, para a disciplina Folclore, o famoso folclorista Edson Carneiro; para Ecologia Humana, Fernando Segadas Vianna - o introdutor do estudo da Ecologia no Brasil; para Paleontologia, os professores F. W. Sommer e Fausto Cunha. No corpo docente estão ainda grandes cientistas do Museu Nacional - o principal museu de Ciências do país.

Com o irromper da década de 1970, com a crise social dos museus, foram traçadas novas perspectivas para a Museologia no Brasil e no cenário internacional. Hugues de Varine-Bohan, diretor do ICOM entre 1966 e 1975, foi um dos arautos defensores da necessidade de transpor as tradicionais disciplinas.

Das ações do ICOM, nesse período, destaca-se a IX Conferência Geral, realizada em Paris e Grenoble em 1971, com o tema “*The museum in the service of man, today and tomorrow. The museum’s educational and cultural role*”, quando foi discutida a museologia que se praticava. No ano seguinte, foi realizada a Mesa-Redonda em Santiago do Chile, organizada a partir da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO no intuito de debater a relação entre o museu e o desenvolvimento social. Este encontro legou a Carta de Santiago do Chile, que registrou como os problemas sociais, especialmente vividos na América Latina, estavam sendo pensados por profissionais de museus, sobretudo acerca do impacto desenvolvimentista nos museus latino-americanos, da concentração de renda nesses países e também sobre a inevitável interdisciplinaridade nos museus e as problemáticas da tecnologia. Foram propostos novos conceitos: *patrimônio global* e *Museu Integral*, os quais proporcionam à “comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (ARAUJO; BRUNO, 1995, p. 24), e onde o museu “[...] participa, portanto, ativamente da vida nacional e recria os contextos dos objetos que expõe” (NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p. 164)¹³. Esses dois eventos fomentaram a noção de *ecomuseu*, formulada por Hugues de Varine juntamente com George Henri Rivière, que se popularizou em muitos países nas décadas seguintes, inclusive no Brasil.

No Regimento homologado pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1975, é possível perceber que o documento estava permeado pelas discussões travadas no campo naquele contexto. O Curso então tinha como objetivo:

- a) formar profissionais e especialistas de Museologia; b) realizar, desenvolver e incentivar a pesquisa no campo da Museologia; c) aprimorar processos, métodos e técnicas relativas aos problemas de Museus, e divulgar resultados; d) contribuir, pelos meios ao seu alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e internacionais, para o estudo dos problemas da

¹³ Ainda nas deliberações de Santiago, consta a criação da Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), iniciativa que congregava os profissionais da região da América Latina.

Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do país; [...] (BRASIL, 1974).

Uma concepção mais ampla e mais conceitual sobre os museus se traduz nas denominações das disciplinas, que começaram então a ser desmembradas em eixos voltados para Museologia e para Museografia. Diversas alterações curriculares se sucederam na década de 1970, reorientando as disciplinas significativamente, haja vista que anteriormente estiveram voltadas, sobretudo, à prática, e começaram a se debruçar sobre a teoria (SCHEINER, 1988). Em consequência, foi formada uma geração de museólogos interessados na reflexão e produção voltadas para uma perspectiva teórica do campo museológico.

Uma dissociação entre teoria e prática, bem como a busca por uma teoria ou *status* científico para a Museologia, foram simbolicamente marcadas pela separação entre o Curso de Museus e o MHN, e pela implantação do Curso de Museologia na Universidade Federal da Bahia, em 1969. Para Cruz e Souza e Moraes (2013), ainda no sentido simbólico:

mudança significou o reconhecimento da produção museológica como 'produção científica', elaborada em âmbito universitário, e também com um desdobramento das próprias tendências da Museologia que passava a enfatizar o Homem como seu objeto de estudo, distanciando-se das análises que primavam pelos fragmentos materiais que compunham os acervos.

Em 1977, o Curso de Museus ingressou na estrutura universitária, sendo transferido para a FEFIERJ¹⁴, antes FEFIEG¹⁵, poucos anos depois, em 1979, transformada em Universidade do Rio de Janeiro, a atual UNIRIO¹⁶, quando passou a se denominar Curso de Museologia.

Nesse período, começou uma descentralização na formação, que se fez necessária pela dimensão continental do Brasil. Alguns Cursos de Museologia começaram então a ser criados em outros estados do país: um em nível de graduação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1969, e o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu*, em 1978, em São Paulo, vinculado à Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP), posteriormente

¹⁴ Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a FEFIEG passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ).

¹⁵ A Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) reuniu estabelecimentos isolados de ensino superior, anteriormente, vinculados aos Ministérios do Trabalho, do Comércio e da Indústria; da Saúde; e da Educação e Cultura. BRASIL. Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969. *Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-773-20-agosto-1969-374734-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2013.

¹⁶ A FEFIERJ transformada em Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Em 24 de outubro de 2003, a Lei 10.750 alterou o nome da Universidade para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mas a sigla foi mantida. BRASIL. Lei nº 6.555, de 05 de junho de 1979. *Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6655-5-junho-1979-365777-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 nov. 2013.

transformada no Instituto de Museologia de São Paulo (1984).

Em 1975, foi fundado mais um Curso de Museologia, no Rio de Janeiro, que funcionou conjuntamente com o Curso de Arqueologia, sob o registro de Curso da Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMMARO). Esse curso passou por intermitências em seu funcionamento devido ao fechamento da FAMMARO ainda no final da década de 1970, sendo transferido, em 1978, para as Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES)¹⁷, pertencentes à Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá. Foi reconhecido pelo MEC, em 1981, e, apesar da intermitência em seu funcionamento, este curso formou profissionais da Museologia por mais de vinte anos, sendo extinto em 1998. Segundo Rússio (2010b, pp. 228-229), esse curso “representa juntamente com o Curso da Bahia, salutar tendência parte uma descentralização que se impunha e se impõe não só pela dimensão continental do Brasil, como também pela sua múltipla variedade regional e pluralidade de tempos sociais”.

A segunda metade da década de 1970 foi um período de intempéries também para o Curso de Museologia na UFBA, haja vista que este teve seu funcionamento bloqueado entre 1974 e 1979, pouco tempo depois de sua criação. O Curso de Museologia da UFBA, vinculado ao Departamento de História dessa Universidade, foi criado por sugestão do historiador da arte e arqueólogo, Valentin Calderón, sendo ele o primeiro coordenador desse curso. Sobre o curso da UFBA, Rússio (2010b, p. 228) destaca que este “não apenas representava a vitória de um grupo unido e consciente de professores e alunos, mas também assinala a adoção inovadora de um currículo voltado para a realidade social e regional”.

Segundo Santos (2008), o curso seguiu o modelo de currículo mínimo para Museologia expresso pelo Parecer 971/69 e pela Resolução 14/1970, do Conselho Federal de Educação (CFE). Esse currículo previu a formação do “museologista” em um período de três anos e foi composto por disciplinas de áreas como Sociologia, Antropologia, Filosofia e História, interface essa incentivada pela proximidade com outras áreas, devido à sua vinculação universitária (TANUS, 2013).

As discussões do campo que incentivaram alteração curricular no então Curso de Museus em 1974 alcançaram também o Curso de Museologia da UFBA anos depois. Na sua reabertura, o currículo foi modificado “[...] com o objetivo de adequar o curso à evolução do processo museológico, às necessidades regionais e ao mercado de trabalho [...]” (SANTOS, 2008, p.186). A alteração curricular seguinte ocorreu em 1989, após a regulamentação da profissão dada pela Lei 7.287/1984, numa época de ampla discussão sobre o perfil deste profissional, sua área de atuação, bem como sobre o papel dos museus.

¹⁷ Posteriormente denominada Universidade Estácio de Sá (UNESA).

Em 1977, o MEC se manifestou contrariamente à abertura de outros cursos de Museologia em nível de bacharelado. Entretanto, alguns agentes da Museologia conseguiram uma brecha legal para constituir o curso na FESP, por meio da Resolução 14/1977, do Conselho Federal de Educação, que regulamentou os cursos de pós-graduação *lato sensu*, definindo-os como cursos de especialização e de aperfeiçoamento. Esse foi o instrumento legal utilizado para criar o Curso de Museologia em nível de especialização na FESP. A partir das prerrogativas colocadas por essa resolução do MEC e balizada pelas recomendações (RÚSSIO, 2010c) das Conferências Gerais do ICOM, Waldisa Rússio criou, em São Paulo, em 1978, o primeiro curso de pós-graduação em Museologia no Brasil.

Um curso em sintonia com a instituição em que foi criado e mantido, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, isto é, com uma estrutura e forma pedagógica baseada “não apenas na multiprofissionalidade como essencial ao desenvolvimento do programa pedagógico, mas também a interdisciplinaridade como Método” (RÚSSIO, 2010c, p. 235). A interdisciplinaridade foi uma prerrogativa evocada também nas recomendações do ICOM para a profissão, haja vista a Resolução de 1965¹⁸ e o *syllabus* estabelecido em 1972 no âmbito desse organismo (RÚSSIO, 2010e) e foi incentivada com a inserção dos cursos então existentes na estrutura universitária. O Curso de Museologia da FESP foi transformado, em 1983, em Instituto de Museologia, buscando uma autonomia em relação à Escola de Pós-Graduação de Ciências Sociais e seu credenciamento como curso de mestrado. Entretanto, esse objetivo não foi alcançado até 1992, quando o Instituto interrompeu suas atividades. O Curso da FESP representou, segundo Rússio (2010b, p. 229), “mais uma contribuição pioneira do país, na medida em que adota a interdisciplinaridade, baseia-se no *syllabus* do ICOM e enfatiza a Ciência Museológica como essencialmente humana e social”.

No âmbito internacional, uma discussão sobre a Museologia e seu caráter epistêmico se desenvolveu no seio do ICOM, sobretudo na segunda metade da década de 1970. Soares et al. (2014, p. 256) atribui o incentivo a essa discussão a dois acontecimentos:

- 1) a aproximação de alguns cursos de Museologia ou Museografia existentes em universidades e centros acadêmicos no mundo, deixando de estar dependentes dos museus (como no caso do Brasil); e 2) a criação, pelo ICOM, em 1976, do seu Comitê Internacional de Museologia, o ICOFOM, que levou à disseminação de um *corpus* de conhecimento a ser reconhecido como Teoria Museológica.

A integração dos esforços do Conselho Internacional de Museus (ICOM), na busca por maiores dimensões das instituições museais em sua relação com a sociedade, permitiu o

¹⁸ A pós-graduação foi uma recomendação da 8ª Assembleia Geral do ICOM, que data de 2 de outubro de 1965. Desse modo, a referência ao campo formado por profissionais especializados ganhou relevância para sustentar a ideia do fortalecimento dessa classe profissional, suprimindo o impasse entre a valorização do método científico e da prática por pessoas de notório saber. (COELHO, 2015, p.135).

surgimento do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM). Segundo Ceravolo (2005, p. 2), o ICOFOM atendia a objetivos bem delineados, tais como:

discutir Museologia para identificar seu objeto de estudo e capacitá-la com um corpo de conceitos que lhe daria força, assim acreditavam seus membros, para se impor como disciplina acadêmica. Um segundo objetivo, não menos importante, era prover os “trabalhadores de museus” (*museum workers*) com um conjunto coeso de ideias.

Para Mensch (1987), há uma relação íntima entre a busca de emancipação da Museologia e o processo de profissionalização do trabalho em museu (*museum work*). Sendo assim, modelar uma teoria fez com que se formasse o patamar coeso, quem sabe único, para expressar a Museologia e, ao mesmo tempo, instrumentalizar tais trabalhadores com um referencial teórico de porte. O papel do ICOFOM foi o de funcionar como “consciência do ICOM”, e o uso dessa expressão sugere a possibilidade de compreender que os outros comitês seriam agentes de questões práticas, caso, por exemplo, do ICTOP (Comitê Internacional para o Treinamento de Pessoal), voltado para a formação profissional.

Nesse sentido, a década de 1980 trouxe fôlego para o setor. Cury (2009) afirma que o período foi marcado por resultados significativos para o campo, quando os debates realizados no âmbito do ICOFOM caminharam para uma definição do objeto de estudo da Museologia, e os museus procuraram se remodelar, orientados pelas diretrizes dos debates nacionais e internacionais, adaptando-se às tendências do que se apresentou como “Nova Museologia”. O ICOFOM concentrou os debates referentes ao desenvolvimento da Museologia e propiciou as condições de existência de debates interessados no esclarecimento de bases teóricas que constituem este conceito, o que se tornou a característica de muitos pesquisadores que encontraram na produção de conferências e publicações especializadas o ambiente profícuo para a evolução de processos e estruturas elementares. Tais atividades consolidaram uma comunidade internacional e foram instigadas pelo periódico *Museological Working Papers* (MuWoP) a partir da década de 1980.

A evolução dos encontros produziu também uma ampla cartela de possibilidades interpretativas a respeito da Museologia enquanto disciplina acadêmica, ciência social e humana, bem como conjunto de metodologias aplicadas aos museus. A transformação desses elementos constitui o que atualmente é possível ser consultado pela publicação dos ICOFOM *Studies Series* (ISS). Nelas, são possíveis os encontros com aspectos teórico-metodológicos e as impressões dessas propostas pelos demais pesquisadores. O ICOFOM consolida-se assim no tempo presente como um importante fórum para a Museologia que enfrenta, assim como os museus, os desafios das transformações da vida social. A natureza da Museologia foi alvo de diversas discussões, sendo o primeiro MuWoP dedicado a esse tema ao interrogar: “Museologia: ciência ou trabalho prático de museu?” (STRÁNSKÝ, 1980). Desde seus

primórdios, este comitê contou com a adesão de profissionais brasileiros que buscavam legitimar a Museologia como campo profissional.

Destacou-se a atuação de duas museólogas brasileiras: Waldisa Rússio Camargo Guarnieri e Tereza Cristina Moletta Scheiner, no intercâmbio entre as discussões travadas no âmbito internacional e as matrizes curriculares dos cursos para a formação de museólogos no Brasil, no período de implantação do ICOFOM. Ambas estiveram sintonizadas e participaram do debate acerca do que constituiria a Museologia. Waldisa Rússio trouxe contribuições da Sociologia para a compreensão do que ela denominou *fato museal* e, motivada pelas recomendações do ICOM, foi a agente fundamental para implantação do Instituto de Museologia de São Paulo, em 1978. Tereza Scheiner contemplou uma ontologia do museal e propôs pensar uma *face fenomenológica* dos museus. Como docente do Curso de Museologia da UNIRIO, participou, desde a década de 1970, de várias reformas curriculares nesse curso (SÁ, 2014). A reforma por ela coordenada, em 1995, compreendeu a Museologia como “ciência ou disciplina científica, cujo campo de atuação é o real”, e assim assistiu-se a uma intensificação de uma produção acadêmica debruçada sobre o que constituiria uma teoria da Museologia, consagrando-se “um campo da teoria museológica no país que se traduziu em projetos teórico-pedagógicos nos cursos universitários” (SOARES et al., 2014, p. 259).

Os Cursos de Museologia foram alterando os seus currículos para atender aos desafios que se impuseram à Museologia ao longo dos anos. O Curso de Museus foi pioneiro para sua época e delineou os primeiros caminhos para a profissão museológica, caracterizando o perfil do museólogo no país no decorrer do século XX, bem como o Curso de Museologia da UFBA e a pós-graduação na FESP foram fundamentais para descentralização da formação e das discussões do campo museal.

Em termos bourdieuanos, o índice de relação entre os agentes (instituições e indivíduos) não é estável e estático, e as relações põem em câmbio os capitais simbólicos que apenas alguns agentes acumulam. A formação, tomada como mercado simbólico, é um espaço instituidor de competências necessárias aos agentes para atuarem nos diferentes campos, isto é, uma das instâncias de produção de novos agentes em um campo e um dos principais espaços para a reprodução das práticas sociais.

Nessa perspectiva, entende-se que, no período analisado nesta pesquisa, qualquer outro agente instituído ou a se instituir não podia negligenciar esse lugar de influência do Curso de Museus e posterior Escola de Museologia, haja vista sua posição no campo, que se traduz num lugar de autoridade que possibilitava construir o valor propriamente museológico para si e para as outras instituições no campo. Um exemplo disso é a Associação Brasileira

de Museologia¹⁹ (ABM), fundada em 1963 e composta por egressos do Curso de Museus, que se organizou em torno do interesse de promover a regulamentação da profissão de museólogo, com vistas a resolver a disparidade entre a formação e a inserção no mercado de trabalho. A legitimação da formação como atributo de distinção para o exercício profissional é assim um mecanismo de controle que, no caso do campo museológico, foi exercido primeiramente pela ABM e, posteriormente, pelas demais Associações, até ser uma prerrogativa dos Conselhos de Museologia, criados junto com o dispositivo legal de regulamentação da profissão.

2.2. Espaços de atuação do “museólogo” no Brasil das décadas de 1930 a 1960

A formação técnica, decorrente da necessidade do exercício de atividades especializadas naquelas instituições, em especial, no Museu Histórico Nacional, definiu e ampliou o escopo das atribuições funcionais dos conservadores de museus, e seu exercício da atividade profissional se inscreveu definitivamente no seio dos processos de institucionalização do campo. Os espaços de atuação do profissional que hoje se denomina “museólogo” começaram a se estruturar formalmente no Brasil por meio da implantação do Curso de Museus, no Museu Histórico Nacional, cujo Decreto de criação estabelecia que:

Aos possuidores de certificado do ‘Curso de Museus’ a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, bem assim, para a promoção do mesmo Museu (BRASIL, 1932).

O Curso de Museus foi criado com intuito de preencher uma demanda por trabalho especializado na preservação do acervo do MHN, considerando-se que estudiosos de diversas áreas, como arqueólogos, naturalistas e historiadores da arte, se ocupavam dos trabalhos nos museus, porém sem formação específica para o tratamento técnico das coleções (SÁ, 2014). Essa habilidade foi forjada naquele curso²⁰, por meio de um conjunto de disciplinas “História do Brasil, História da Arte, Arqueologia, Numismática, Epigrafia e Cronologia, Sigilografia, Heráldica, etc. – que daria embasamento ao estudo, à identificação, à classificação e à catalogação das coleções do MHN” (SÁ, 2014), e que, a partir de 1933,

¹⁹ Inicialmente chamada de Associação Brasileira de Museologia.

²⁰ Scheiner (1988) denota ao perfil do Curso de Museus, devido ao conteúdo das disciplinas nele ministradas - armaria, sigilografia, numismática, heráldica, mobiliário, prataria, arte religiosa, dentre outras - uma formação que não previa a reflexão sobre os museus de ciência, bem como de coleções “uma concepção elitizada” de museu, que se traduziu na seleção de um patrimônio das elites sociais e econômicas do país. A autora tece o perfil do curso, cujo objetivo, ela afirma, era formar conservadores de museus de História e de Artes e não teóricos. Nele estavam excluídos a reflexão sobre museus de Ciência, bem como o estudo das coleções científicas que não fossem constituídas por material arqueológico ou etnográfico. Afirma, ainda a coerência do emprego da denominação de Conservador de Museus aos profissionais formados pelo MHN, e que essa segmentação da formação restringia o mercado de trabalho aos museus de História e de Arte, criados e mantidos pelo Estado.

seria acompanhado da disciplina então inédita no país, a Técnica de Museus, cujo conteúdo seria compilado e publicado em dois volumes, em 1946, com o título *Introdução à Técnica de Museus*²¹.

Desde a fundação do MHN, o Curso foi pensado para que houvesse mão de obra especializada na prestação dos serviços de “conservação”, “classificação” e “exposição” dos objetos reunidos nesse estabelecimento museal. Sá (2014, p. 226) indica que é possível perceber, no Decreto de 1932, a preocupação não somente “em investir na capacitação técnica, mas também em formar um quadro técnico para o MHN”. A formação no curso seria então um *capital*²² *simbólico* que distinguiu os seus egressos para ocupar os cargos de conservadores de museus, sobretudo de História e de Arte, nos estabelecimentos criados e mantidos pelo Estado.

Decorrente da necessidade do exercício de atividades especializadas nos estabelecimentos museais, em especial no MHN, a formação técnica para o exercício profissional se inscreveu definitivamente no seio dos processos de institucionalização do campo. Segundo Oliveira (2003, p. 12), o Curso de Museus representou:

(...) a institucionalização de uma agência de construção e transmissão do conhecimento na área de museus em continuidade e interação com a prática do Museu Histórico Nacional que ganhava assim status de matriz intelectual de um conhecimento que o curso pretendia divulgar e implantar nos museus do país, ao formar seus quadros.

O Estado brasileiro, no começo do século XX, se “inventava” por meio de “reificação” de uma história oficial, cuja formulação de uma identidade nacional e de um discurso da modernidade esteve em disputa pela intelectualidade brasileira. Nesse cenário, “as portas do domínio patrimonial” (CHOAY, 2001, p. 13) foram forçadas, e uma nova confluência se desenhou tendo o plano cultural como alvo de diversas transformações. Na década de 1920, questionamentos à mentalidade europeizada e ao ideal *belle époque* começaram a se dar. Uma filiação ainda à matriz estética francesa se deu com os eventos pelo centenário da Independência, que mobilizou grandes reformas no então Distrito Federal para demonstrar a “civilidade” e soberania do país, que participou da Primeira Guerra Mundial e cuja política externa havia garantido um assento na Conferência de Paz de Paris, assim como na Liga das

²¹ Além do conteúdo das aulas ministradas por Gustavo Barroso, foram introduzidas, em *Introdução à Técnica de Museus*, ideias divulgadas em artigos de publicações do Escritório Internacional de Museus, a Revista *Museion* e os tomos da *Muséographie*. *Introdução à Técnica e Museus* foi uma publicação de referência na formação no Curso de Museus até a década de 1960.

²² Bourdieu (2004) entende por *capital* não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Assim, além do capital econômico (renda, salários, imóveis), é decisivo para o sociólogo a compreensão de capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), capital social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação). Em resumo, refere-se a um capital simbólico (aquilo que chamamos prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social).

Nações.

Nos anos 1920, então, a intelectualidade dirigente se debruçou sobre o projeto de criar essa nova identidade e de pensar um Brasil sob essa perspectiva. Um emblema desse espírito foi o desmonte do morro do Castelo, na então capital federal, para a construção dos pavilhões aos moldes do urbanismo liderado pelo Barão Haussmann na reforma de Paris no final do século XIX. A reforma carioca foi marcada por uma polêmica na imprensa devido à disputa acerca de sua representação, que para alguns foi um desrespeito à memória local, haja vista que ali estavam as cinzas do corpo de Estácio de Sá (fundador da cidade), além de monumentos como o colégio e a igreja dos jesuítas e o Forte de São Sebastião; para outros, porém, uma “necessária” intervenção para a modernização e “higienização” do centro da cidade (SANTOS; NONATO, 2000). Essa discussão envolvia dilemas e destinos da recente República brasileira: o que conservar, o que transformar? O que constituiria o brasileiro, o nacional? Esses questionamentos foram o *leitmotiv* que permeou a arte e a cultura no começo do século XX.

Nesse cenário, espaços como o MHN foram então disputados para “inventar” (THIESSE, 2001) e formar esse ideário de nação a partir das coleções ali reunidas, ao selecionar e “inventariar” o que constituiria o patrimônio nacional. Segundo Chagas (2006, pp. 85-86):

as décadas de 20 e 30 foram fundamentais para o amadurecimento das ações preservacionistas do patrimônio cultural brasileiro. A preservação das representações de memória, no entanto, estava articulada a questões mais amplas referentes à identidade nacional, à constituição de uma memória coletiva, à conceituação de um bem cultural a ser preservado, à origem social desse bem cultural e às possibilidades de uso educativo do patrimônio cultural.

Para Scheiner (1988), a criação do MHN compôs um cenário em que intelectuais do país [re]pensavam a condição do homem brasileiro e, pelo caminho da brasilidade, atribuíram a si mesmos a tarefa de reformular as estruturas políticas da federação. Chagas (2009, p. 87) ressalta a atuação da campanha do centenário da Independência e a realização da exposição comemorativa dessa efeméride no MHN para o enaltecimento do modelo republicano, e a atuação desta como um mecanismo de reforço do anseio por um espaço destinado a recontar a história do país, visto que “a república ainda não havia constituído um projeto especial de memória que perpassasse o campo dos museus”. A chamada Casa do Brasil foi então instalada no conjunto arquitetônico formado pelo Forte de Santiago e pela Casa do Trem, inserido no Pavilhão das Grandes Indústrias da “Exposição Internacional de 1922” organizada para a Semana de Comemoração da Independência no Rio de Janeiro, e ficou sob a tutela

de Gustavo Barroso²³.

Nesse amplo movimento político dos anos 1920 em torno de um programa de construção da nacionalidade, a educação, atrelada a um discurso cívico, foi percebida por essa elite como instrumento para solucionar os problemas de um país “amorfo”. Ainda, em 1924, foi criada a Associação Brasileira de Educação, congregando intelectuais de diversas áreas como médicos, advogados, engenheiros e professores “desiludidos com a República e convencidos de que na educação residia a solução dos problemas do país” (CARVALHO, 1997, p. 115).

Poucos anos depois, no contexto da Revolução de 1930, quando se registraram no Brasil uma intensificação do processo de industrialização e um impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1937a), acelerando a criação de novos cursos superiores e a expansão da rede de instituições culturais. Em seu âmbito, foram criados o Instituto Nacional do Cinema Educativo e o Serviço de Radiodifusão Educativa em 1936, a Universidade do Brasil (BRASIL, 1937b), o Serviço Nacional do Teatro (BRASIL, 1937c), o Instituto Nacional do Livro (BRASIL, 1937d) e o Conselho Nacional de Cultura (BRASIL, 1938).

Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 99), “para os intelectuais, o Ministério da Educação abria a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho” e um espaço para desenvolver o projeto de nação a que se filiavam. No entendimento de Pécaut (1990, pp. 21-22), naquele contexto, a consideração dos interesses dos intelectuais não pôde se sobrepor às condições e posições políticas que estes assumiram. Dessa maneira, é possível entender que suas atuações não foram somente estratégias de *status* social, assim como suas convicções políticas não foram guiadas apenas pelas conveniências de distinção social ou de acesso a cargos públicos; expressaria, antes, a conversão destes a determinadas políticas num quadro de desilusão com a República e com a “organização da nação”²⁴. Lahuerta (1997, p. 104) destaca a “conquista” dos intelectuais para a formação de um bloco de poder:

Ao se propor a organizar a sociedade, a cultura, a economia e o direito modernos, o Estado Novo procura ganhar os intelectuais, oferecendo-lhes as condições para a satisfação das exigências gerais que pode oferecer um governo, um partido no governo... [acolhendo] os intelectuais, mostrando um caminho seguro, evidentemente que com seu assentimento, para a realização de seus ideais e de suas utopias: o da construção da nação por meio do Estado que com ela queria se confundir. É por isso que não se trata de cooptação, mas de constituição de um novo bloco de poder com uma

²³ Santos (2006) destaca as contradições de Gustavo Barroso em sua atuação MHN: a memória nacional que ele propunha não se identificava com os ideais modernos e progressistas dos projetos sobre a brasilidade, ao contrário, sua atuação seguiu uma linha militarista e nacionalista, voltada à romantização de uma história política – formada por vultos da pátria, heróis e batalhas.

²⁴ Termo comum à época, remete, sobretudo, a Alberto Torres.

simultânea perspectiva autoritária e modernizadora, que busca consenso entre a intelectualidade chamando-a para participar do processo, realizando a fusão de modernidade e projeto nacional.

Entretanto, autores como Miceli (2001) asseveram que os intelectuais, em geral oriundos de setores decadentes da classe dirigente, num contexto de “inflação de diplomas” (DINIZ, 2001) e ampliação do mercado cultural, recorreram ao Estado que se fortalecia como forma de fazer valer seus interesses, por se sentirem ameaçados pela perda de prestígio, e a relação próxima entre eles e o Estado se explicaria por cooptação. Miceli (1979) elucida também que os primeiros representantes da intelectualidade brasileira foram filhos de famílias abastadas, algumas delas em decadência material, mas, pelos seus conhecimentos e relações pessoais, passaram a ocupar cargos no Estado brasileiro em expansão. Dentre outras atividades assumidas pelo Estado, foram responsáveis pelas políticas de inovação, proteção e conservação da educação e da cultura. Em sentido sociológico, “ser um nome importante” supunha representar os valores de uma elite intelectual e política que, naquelas décadas, procurava construir o Brasil. Ainda segundo Miceli (1977), ingressar neste mundo implicou a capacidade de utilizar o capital das relações sociais e da honorabilidade – educação dos filhos; escolha dos cursos superiores; casamento; nomeação para cargos públicos –, para ocupar posições de prestígio, em expansão naquele dado cenário.

Miceli (2001, p. 219) destaca que a competência técnica e intelectual, mesmo diante de tão alto gabarito, foi objeto de “legitimação que trazia sua presença nos aparelhos do Estado” (Idem, p. 220). Os chamados “pensadores autoritários” e os educadores profissionais foram as únicas categorias de intelectuais convocadas pela elite burocrática em virtude da competência e do saber de que dispunham em suas respectivas áreas de atuação. Entende-se ainda que:

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc.). Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia, sobretudo, porque define e constitui o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentsia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico (*Ibidem*, 197-8).

Essa crise da hegemonia das classes dirigentes, nas décadas de 1930 e 1940, foi marcada por diversos embates políticos, inclusive nas propostas acerca do que constituiu o patrimônio nacional²⁵ e sua preservação, o qual seria organizado na estrutura burocrática do

²⁵ Alguns autores, dentre eles Cruz e Souza e Moraes (2013) e Magalhães (2004), apontam que haveria uma espécie de jogo de forças, e legitimação simbólica, entre os modernistas paulistas e mineiros, que se confrontavam com figuras renomadas da capital republicana. A disputa se apresentava sobre a definição de projetos voltados à preservação do patrimônio cultural a partir de noções sobre uma identidade nacional.

Estado. Scheiner (1988, p. 16) alinha-se à perspectiva de Miceli e destaca que as primeiras iniciativas governamentais referentes à preservação do patrimônio tenderam a cooptar algumas manifestações culturais e a marginalizar outras, criando-se uma situação em que o Estado “gerenciava” tais atividades:

(...) a cultura oficial é mesmo erudita: o Estado passa a catalisar progressivamente a produção intelectual “formal” do país e a deter o mercado de cargos ligados à ciência e cultura (...). É ao Estado que cabe recrutar, selecionar, treinar e promover os indivíduos portadores de diplomas de nível superior, que irão constituir as fileiras da intelectualidade nacional.

Rússio (2010a, pp. 94-95), ao tratar de um passado museológico brasileiro, sobre esse momento, afirma:

É singular que a Revolução de 1930, que deveria configurar a renovação do país e um passo decisivo em favor da industrialização, tenha sido de alguma forma, contentora desse avanço, pois não realizou todas as reformas estruturais (políticas, econômicas e administrativas) que se impunham. Deu ao Poder uma configuração autocrática que permitiria a exacerbação das características de uma mentalidade grupal, que iria dominar toda a burocracia, as instituições de ensino e de cultura em particular, impregnando-as de um paternalismo que não se reflete apenas na escolha de seus funcionários, mas até mesmo na sua forma de atuar.

A Constituição de 1934 inaugurou a relação expressa entre a política e a cultura no Brasil. Por meio da menção à cultura e ao patrimônio, o Estado se posicionou em relação à área. O patrimônio nacional passou a ser alvo de um instrumento legal, para além do espaço interno de um estabelecimento museal, por meio do Decreto 24.735, de 14 de julho de 1934, que instituiu a Inspetoria de Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional e também liderada por Gustavo Barroso. A Inspetoria teve por finalidade impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, bem como que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas incentivadas pelo ideal de modernização.

A regulamentação da Inspetoria de Monumentos Nacionais no Museu Histórico Nacional, aprovada pelo Ministro da Educação e Saúde, Washington Pires, e pelo Presidente Vargas, converge para os interesses de controle do passado nacional do diretor da *Casa do Brasil*. Gustavo Barroso, já considerado uma autoridade, no que tange ao conhecimento das antigüidades nacionais, passava a ocupar um cargo estratégico para difusão de suas concepções e estabelecimento de relações políticas. Segundo a legislação, não havia espaço para outros profissionais nesse campo, nem mesmo era prevista uma remuneração para o Inspetor, o que, na ótica de Barroso, era um fator favorável para o reconhecimento de seu trabalho, uma vez que não implicaria em ônus para os cofres públicos. A insistência de Barroso no que diz respeito a não remuneração de seus trabalhos é indicativa de uma ética do trabalho que remete a seus valores aristocráticos. Este argumento de não cobrar pelos serviços prestados, além de servir de amparo para o patriotismo e amor à pátria também pode ser entendido como uma forma de “agredir seus opositores”, ao acusá-los de uma “prática burguesa

que onerava os cofres públicos” (MAGALHÃES, 2004, pp. 77-78).

Para Chagas (2009), o Curso de Museus e a Inspetoria, ambos criados dentro do âmbito do Museu Histórico Nacional, podem ser vistos como “divisores de água” do campo museal. O primeiro, pela responsabilidade da institucionalização da Museologia e dos estudos de museus no Brasil; e o segundo, pelo pioneirismo nas atividades de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na cidade mineira. Segundo Magalhães (2004), embora todo o empenho em preservar os monumentos de Ouro Preto, a atividade do departamento do Museu Histórico Nacional teve uma breve duração. Nesta perspectiva, Barroso perdeu apoio governamental para dar prosseguimento ao seu trabalho tendo, de acordo com Magalhães, encerrado as atividades quando era apenas o começo.

As atividades da Inspetoria se encerraram em 1937, quando foi instituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que tinha começado a se formalizar em 1936, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade e, naquele ano, passou a integrar oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e da Saúde (BRASIL, 1937a), liderado por Gustavo Capanema até 1945. O SPHAN assumiu o patrimônio nacional como causa e missão, e seus primeiros anos com Rodrigo Melo Franco de Andrade no comando, foram conhecidos como a fase heroica (FONSECA, 2009), pois, além de estabelecer uma série de medidas para preservar o patrimônio histórico e cultural do Brasil, também foi necessário assegurar o fortalecimento da instituição.

Rangel (2011, p. 3) assevera que os museus assumiram uma centralidade como linha condutora da construção e consolidação da política proposta para área do patrimônio. No entanto, o valor propriamente cultural se efetivou com um *modus operandi* diferente. Museus públicos, que representam a história e a arte compreendidas como de importância nacional (mesmo que regionais) foram criados e estiveram administrativamente ligados ao SPHAN, a exemplo do Museu Nacional de Belas Artes na cidade do Rio de Janeiro em 1937 e o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), um ano depois. Ainda assim, a prática institucional revelou que a correspondência entre o campo museológico e o do patrimônio foi descontinuada e não encontrou eco nos processos de tombamento, na predominância do perfil profissional e nos aspectos gerais da história de cada um dos campos. Sobre isso, Fonseca (2005, pp. 110, 113) afirma:

o fato é que, em função do perfil profissional preponderante no corpo técnico do SPHAN, em que predominavam arquitetos, o critério de seleção de bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano, em face de critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil - leitura produzida pelos arquitetos modernistas [...].

Entretanto, segundo Sá e Siqueira (2007, p. 22), “a implantação do SPHAN e a criação de museus nacionais acenaram possibilidades de vagas no ‘mercado’ dos museus”, por meio do primeiro concurso público aberto pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1939/1940, para o provimento dos cargos conservadores de museus nos órgãos subordinados ao Ministério da Educação e Saúde²⁶. A essa seleção submeteram-se: Regina Monteiro Real, Regina Liberalli, Yolanda Marcondes Portugal, Luiz Marques Poliano, Nair de Moraes Carvalho, Elza Ramos Peixoto, Octávia de Castro Corrêa, Adolpho Dumans, Maria Helena Neves e Silva, Lucilia Ferreira, Maria Torres de Carvalho Barreto, Lygia Martins Costa, Antonio dos Santos Oliveira Junior; somente este último não havia sido aluno do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

O concurso foi realizado em 1940 e, dos 13 inscritos, classificaram-se para o MHN: Adolpho Dumans²⁷, Luiz Marques Poliano, Nair de Moraes Carvalho, Octávia de Castro Corrêa e Yolanda Marcondes Portugal; e para o MNBA: Elza Peixoto Ramos, Lygia Martins Costa, Maria Torres de Carvalho Barreto, Regina Liberalli e Regina Real.

²⁶ Muitos museus se encontravam subordinados ao DPHAN (antigo SPHAN), então dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, mas algumas instituições e coleções científicas ficavam sob controle do CNPq. O DPHAN representava a política oficial sobre o patrimônio da nação, e na ocasião, enfatizava suas ações sobre a preservação de monumentos arquitetônicos, históricos e religiosos, em especial os bens produzidos no período colonial. O CNPq, por sua vez, centralizava as políticas federais referentes à ciência e tecnologia. Ambos concentravam uma parte significativa das ações referentes ao universo museológico no final da década de 1950 e nos primeiros anos de 1960. A conjuntura marcou uma relativa escassez de políticas públicas voltadas aos museus e aos profissionais da área. (CRUZ E SOUZA; MORAES, 2013).

²⁷ Segundo Sá e Siqueira (2007, p. 20), entre os funcionários públicos que foram alunos do Curso de Museus, “havia guardas de sala, serventes e guias que aspiravam a uma progressão funcional”. Adolpho Dumans, que começou como servente do MHN e se tornou conservador deste pelo concurso de 1940. Era comum à época as mulheres se ocuparem do ensino primário após frequentar o Curso Normal. A emancipação feminina vinha se esboçando no Brasil desde a década de 1920, mas a situação das mulheres em ocupações ou profissões era alvo de constantes questionamentos acerca de sua capacidade ou habilidades. No campo museal, é emblemática a atuação profissional de Heloísa Alberto Torres, que carregou consigo não somente o sobrenome, mas também o nome de seu pai, e teve recorrentemente suas decisões ou competências profissionais, enquanto concursada ou diretora do Museu Nacional, verificadas ou atreladas ao seu pai (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 45).



Um grupo dos candidatos ao concurso de conservadores de museus

Um concurso inédito no Brasil

31 de Janeiro 1940

Em provas os candidatos a conservadores de museus

No salão nobre da Escola Nacional de Bellas Artes, teve lugar hoje, o início das provas de seleção para o provimento de cargos de conservadores de museus, do Ministério da Educação e Saúde.

Constituindo o facto uma verdadeira novidade, pois é a primeira vez que no Brasil se realiza um concurso de tal natureza, grande foi o numero de pessoas que assistiu ao acto.

A mesa que dirigiu os trabalhos estava presidida pelo Sr. Pedro Calmon, presidente da banca examinadora e nella tomaram parte como membros da mesma os Srs. Fernando Neres Sampaio, Orlando Guerreiro de Castro e Egon Prates.

Inicialmente, foi procedida a chamada dos candidatos e que são os seguintes: Regina Monteiro Real, Regina Liberalli, Yolanda Marcondes Portugal, Luiz Marques Poliano, Nair de Moraes Carvalho, Elza Peixoto Ramos, Octavio de Castro Corrêa, Adolpho Dumans, Antonio dos Santos Oliveira Junior, Maria Helena Neves e Silva, Lucelia Ferreira, Sra. Maria Torres de Carvalho Barreto e Lygia Martins Costa.

Já tendo hontem oito candidatos sido submetidos a prova de defesa oral das theses pela manhã de hoje, os cinco candidatos restantes foram submetidos a essa prova, tendo a banca examinadora encerrado os trabalhos, sem dar a conhecer o resultado das provas.

Amanhã, ás 15 horas, no Museu Nacional de Bellas Artes terá lugar a prova de technica de museus, e nos dias seguintes as de idiomas e historia.

Os candidatos que forem classificados no concurso, destinam-se ao preenchimento de vagas existentes no Museu Nacional de Bellas Artes e no Museu Historico Nacional, podendo ainda ser aproveitados em outros museus subordinados ao Ministério da Educação.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento 1937

CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CARREIRA DE CONSERVADOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Faço público, para conhecimento dos interessados que é a seguinte a classificação, procedida pela Banca Examinadora, dos candidatos ao concurso de provas e títulos para provimento em cargos da carreira de conservador do Ministério da Educação e Saúde:

	Pontos
1º lugar — Luiz Marques Poliano.....	91,0
2º lugar — Elza Peixoto Ramos.....	89,2
3º lugar — Regina Monteiro Real.....	89,0
4º lugar — Yolanda Marcondes Portugal.....	84,4
5º lugar — Regina Liberalli.....	83,0
6º lugar — Nair de Moraes Carvalho.....	80,7
7º lugar — Lygia Martins Costa.....	77,0
8º lugar — Maria Torres de Carvalho Barreto.....	70,3
10º lugar — Adolpho Dumans.....	61,0

Nota — Art. 24 da portaria n. 117 (Instruções gerais):
 § 1º. Qualquer reclamção sobre os trabalhos deverá ser dirigida ao presidente do Departamento, por intermédio do diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, no prazo improrrogavel de cinco dias consecutivos, a contar da publicação da classificação feita pela Banca Examinadora.
 § 2º. Não serão apreciadas as reclamações que não forem apresentadas em termos convenientes, ou não apontarem, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que permitam prouca operação.
 D. S. do D. A. S. P., em 8 de Janeiro de 1939. — Ana de Azevedo, secretária da Banca Examinadora.

CLASSIFICAÇÃO HOMOLOGADA

Foi homologada pelo presidente do DASP a classificação final do concurso de provas e títulos para a carreira de Conservador do Ministério da Educação e Saúde.

A classificação é a seguinte:
 1º lugar, Luiz Marques Poliano, 91,0 pontos; 2º lugar, Elza Peixoto Ramos, 89,2; 3º lugar, Regina Monteiro Real, 89,0; 4º lugar, Yolanda Marcondes Portugal, 84,4; 5º lugar, Regina Liberalli, 83,0; 6º lugar, Nair de Moraes Carvalho, 80,7; 7º lugar, Octavio de Castro Corrêa, 77,0; 8º lugar, Lygia Martins Costa, 77,0; 9º lugar, Maria Torres de Carvalho Barreto, 70,3; e 10º lugar, Adolpho Dumans, 61,0.

GAZETA DE NOTÍCIAS

Os novos dirigentes do Museu Histórico Nacional

Em virtude da partida para Lisboa dos Srs. Gustavo Barroso, director e Luiz Poliano, secretario, foram designados para exercer os cargos de director e secretario do Museu Historico Nacional, respectivamente, os Srs. prof. Edgard Romero e Adolpho Dumans.

Não poderia ser mais feliz a designação. O professor Edgard Romero é a maior autoridade nacional em Numismatica, um grande conhecedor de todas as bellas tradições de cultura e de investigações do passado. O Sr. Adolpho Dumans é um estudioso de ethnica nacional e autor de magistral trabalho sobre numismatica que se consagra como autoridade no assumpto. Não poderia ficar melhor entregue a secretaria do Museu Historico. Pela sua cultura, pelo seu conhecimento do serviço, o Sr. Dumans será um conspícuo da obra administrativa do Sr. Poliano e um administrador esclarecido e de toda a generancia.

tira. 7-4-1944

O Museu Histórico Nacional tem novo secretário

Acaba de ser nomeado secretario do Museu Histórico Nacional o Sr. Adolpho Dumans. Trata-se de antigo funcionário daquela importante repartição, pessoa culta, de muita humildeza, de mais elevado posto, mediano de dois concursos, igualmente diplomado como técnico de museus.

Sua situação na secretaria tem carácter interino, durante a ausência de seu digno antecessor na Europa, foi merecedora de elogios, pela dedicação, zelo e competência com que desempenhou as referidas funções.

Figura 02: Primeiro concurso de conservadores de museus. O Globo, 3 jan. 1940. Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

**QUADRO 1: LOTAÇÕES DO CONCURSO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
E SAÚDE, 1940**

CONCURSO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1940				
NOME	FORMAÇÃO	TESE	LOTAÇÃO	FONTE
ADOLPHO DUMANS	CURSO DE MUSEUS (1933)	NUMISMÁTICA	MHN	SÁ, 2007, p. 30
LUIZ MARQUES POLIANO	CURSO DE MUSEUS (1933)	HERÁLDICA, 1939-40	MHN	SÁ, 2007, p. 31
NAIR DE MORAES CARVALHO	BIBIOTECÁRIA, BIBLIOTECA NACIONAL/ CURSO DE MUSEUS (1936)	ARMARIA, SOBRETUDO RELATIVA AO BRASIL, 1939-40	C	SÁ, 2007, p. 38
OCTÁVIA DE CASTRO CORRÊA	CURSO DE MUSEUS (1938) / BIBIOTECÁRIA, BIBLIOTECA NACIONAL	MOEDAS DO SEGUNDO REINADO	MHN	SÁ, 2007, p. 43
YOLANDA MARCONDES PORTUGAL	CURSO DE MUSEUS (1937)	PERÍODOS DA HISTÓRIA MONETÁRIA BRASILEIRA, 1939-40	MHN	SÁ, 2007, p. 45
ELZA PEIXOTO RAMOS	CURSO DE MUSEUS (1937)	MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA E SUA INFLUÊNCIA NAS ARTES, 1939-40	MNBA	SÁ, 2007, p. 48
LYGIA GUEDES MARTINS COSTA	CURSO DE MUSEUS (1939)	DA CIRCULAÇÃO DA PRATA NO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVIII, 1939-40	MNBA	SÁ, 2007, p. 51
MARIA TORRES DE CARVALHO BARRETO	CURSO DE MUSEUS (1939)	A CIRCULAÇÃO DO OURO EM PÓ E EM BARRA, 1939-40	MNBA	SÁ, 2007, p. 53
REGINA LIBERALLI (LAEMMERT)	ARTISTA PLÁSTICA / CURSO DE MUSEUS (1937)	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE, 1939-40	MNBA	SÁ, 2007, p. 44
REGINA MONTEIRO REAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL/ CURSO DE MUSEUS (1937)	PAPEL DOS MUSEUS NA VIDA MODERNA, 1939-40	MNBA	SÁ, 2007, p. 44

**QUADRO 2: LOTAÇÕES DO CONCURSO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
E SAÚDE, 1950**

CONCURSO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1950				
NOME	FORMAÇÃO	TESE	LOTAÇÃO	FONTE
GILDA MARINA DE ALMEIDA (LOPES)	CURSO DE MUSEUS (1942)	não foi exigida tese.	MHN	SÁ, 2007, p. 65
CLÓVIS BORNAY	CURSO DE MUSEUS (1946)	não foi exigida tese.	MHN	SÁ, 2007, p. 82
ORLANDINO FERNANDES	CURSO DE MUSEUS (1944)	não foi exigida tese.	MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	SÁ, 2007, p. 77
SIGRID PORTO DE BARROS	CURSO DE MUSEUS (1949)	não foi exigida tese.	MHN	SÁ, 2007, p. 95

Lygia Martins Costa²⁸, em entrevista à Revista do Patrimônio, conta que:

Quando estava terminando o curso, surgiu um concurso que estava previsto havia muito tempo; e marcaram esse concurso. Então nós tomamos interesse. O Barroso tinha já a equipe dele, provisória, que só seria efetivada mediante o concurso. Ademais faltavam técnicos, como também para o Museu Nacional de Belas Artes, recém-criado em 1937 (COSTA, 2005, p. 279).

Destaca-se o número de mulheres que se submeteram ao concurso, haja vista que “fazia parte da tradição da época as mulheres não estudarem”. Lygia Martins Costa esclarece que “antigamente, as carreiras eram poucas” e ao terminar o secundário completo queria ser engenheira, mas o pai não aprovou. O anúncio num jornal divulgando o Curso de Museus chamou sua atenção e ela convenceu o pai a deixar cursá-lo. Sá e Siqueira (2007, p. 21) esclarecem que:

Nos anos 40 as turmas crescem consideravelmente, aumentado, inclusive, o número de mulheres. Isto aponta a crescente busca da independência feminina através do trabalho, que aumenta durante a Segunda Guerra e acelera na segunda metade da década. Neste momento em que a mulher procura uma formação não voltada para o magistério, o Curso de Museus pode ser compreendido como uma das poucas opções para o público feminino, sendo considerado com uma formação “elegante” e perfeitamente

²⁸ Lygia Martins Costa começou, por meio desse concurso, sua carreira no MNBA, onde atuou até 1952, quando ingressou no SPHAN/IPHAN. Ainda no MNBA, foi uma das articuladoras, juntamente com Regina Real, da criação de uma representação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) no Brasil. Foi uma atuante agente do patrimônio nacional, professora convidada da UNB entre 1962/63, recebeu em 2006 a Ordem do Mérito Cultural por sua atuação profissional e foi homenageada em 2013, aos 98 anos, pelo Comitê Internacional para Museologia (ICOFOM).

afeita às moças, sobretudo porque oferecia uma sólida base cultural. Aliás, diante das dificuldades que sempre marcaram a carreira, muitos graduandos, não apenas as mulheres, mas também os homens faziam o Curso como objetivo de obter “lastro” cultural.

A despeito do incremento do número de mulheres no mercado de trabalho, Lygia Martins Costa, na entrevista à Revista nº 31 do IPHAN, relata que:

Na época em que houve o concurso, meu pai foi contra. Era uma humilhação um pai ter uma filha que trabalhasse! Não existia na família mulher alguma que trabalhasse. Fiquei numa tristeza, vendo o tempo passar, todo mundo da minha turma ia fazer. Estávamos nos últimos exames, só faltava a entrega dos trabalhos em dezembro e o concurso seria no princípio do ano [...] (COSTA, 2005, p. 280).

A formação de quadros técnicos provocou entre os profissionais de museu interesse vocacional e financeiro para o exercício da prática museal, e um tipo específico de identidade social começou a se forjar e ser reconhecida. O que repercutiu também na procura pelo curso de museus, que segundo Sá e Siqueira (2007), à época do concurso, em março de 1940, o curso recebeu 70 inscrições; em 1941, 82 matrículas; em 1942, 69; e em 1943, 65; quando, na década de 1930, o número de alunos inscritos manteve-se no máximo, em torno de 29 (1929 a 1939).

Sá atribui a repercussão na área cultural a um “novo *modus vivendi*” brasileiro fundamentado numa maior preocupação com o mercado de trabalho, advindo com as “transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ligadas ao Estado Novo, à Segunda Guerra, ao início da influência norte-americana, ao desenvolvimento industrial, à necessidade de uma economia autossuficiente e ao processo de redemocratização”. Entretanto, nas décadas de 1950 e 1960, a procura pelo curso reduz e “oscila em torno dos vinte, trinta, quarenta e cinquenta ingressantes” (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 22).

Ainda nos anos de 1940, há registros de concurso realizado pelo DASP, no qual foram aprovados Mário Barata e Dulce Ludolf. No início dos anos de 1950, houve outro concurso para provimento de conservador de museus do Ministério da Educação e Saúde, quando foram aprovados: Gilda Marina de Almeida, Sigrid Porto de Barros, Clóvis Bornay, Orlandino Seitas Fernandes, todos egressos do Curso de Museus. Os três primeiros foram lotados no MHN, dentre eles Clóvis Bornay. Assim como Adolpho Dumans, já foi funcionário do MHN e, por meio deste concurso público, ingressou na carreira de conservador no referido museu (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 82). Gilda Marina, posteriormente, tornou-se professora do Curso de Museus. Orlandino Fernandes foi o único nomeado, em 1953, para o Museu da Inconfidência de Ouro Preto, estabelecido em 1944. Para Andrade (1944, p. 165):

A criação do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, assinala o início de uma orientação nova e de relevante significação, adotada pelo governo da União a respeito dos museus nacionais. Deixando de limitar-se a organizar e desenvolver instituições federais apenas na capital da República, ele deliberou fundá-las e mantê-las também no interior do país, a fim de não ficar circunscrita às divisas do Distrito Federal a obra de inestimável alcance cultural que tais estabelecimentos incumbem realizar.

A reforma realizada no curso em 1944, por meio do Decreto Lei 6.689 daquele ano, se alinhou a essa abertura de estabelecimentos museais que não carregassem a alcunha de nacional e marcou uma inflexão no entendimento das finalidades deste. Apesar de o curso ter sido criado inicialmente com objetivo de ensinar as matérias que interessavam ao MHN e formar profissionais que pudessem, posteriormente, compor o quadro funcional deste, com a Reforma de 1944, esta finalidade se expandiu aos demais estabelecimentos museais, como já havia ocorrido anteriormente no concurso de 1940 que lotou não somente no MHN, mas também no MNBA. Por essa reforma, essa ampliação do enfoque do curso se oficializou:

Art. 2. O Curso de Museus terá as seguintes finalidades:

a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou instituições com finalidades análogas; b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal; c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional (BRASIL, 1944a).

No entendimento de Oliveira (2003, p. 83), o curso de museus entre os anos 1930 e 1940 contribuiu para a valorização do MHN, ao legitimar um conhecimento específico por ser o único a habilitar profissionais para atuarem em museus históricos e de belas artes do país e, em um segundo momento, o curso passou por reformulações na estrutura curricular, haja vista sua centralidade na formação desses profissionais para o país.

Segundo Sá (2014, p. 227), foi por meio da primeira grande reforma realizada em 1944 que apareceu nos Decretos relativos ao curso o termo *conservador de museus* não associando esse profissional somente ao MHN, ao que ele atribui uma:

provável alusão a casas históricas como a de Rui Barbosa, criada em 1930, e a museus de igrejas, fortalezas e outros monumentos. Essa proposta de ampliação sintoniza-se ao próprio crescimento dos museus federais no início da década de 1940: Museu Imperial de Petrópolis (1940), Museu das Missões (1940), Museu Histórico Abílio Barreto, de Belo Horizonte (1943) e Museu da Inconfidência, de Ouro Preto (1944).

O autor elucida que o Curso de Museus não se voltou unicamente para a capacitação dos “oficiais” do MHN e havia também a preocupação em estender a formação técnica a funcionários de outros estabelecimentos museais e toma por evidência o Decreto 21.129 de 1932, no qual a matrícula também seria facultada inclusive “a funcionários dos museus

localizados nos Estados da União que desejarem fazer o curso a título de aperfeiçoamento”. Siqueira (2009, p. 65) esclarece que era comum o perfil de funcionários públicos e professores entre os ingressantes, e que o perfil do aluno nas primeiras décadas predominou funcionários públicos sobretudo do próprio MHN ou de repartições que estavam implantando núcleos museais (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 20). Adolpho Dumans e Clóvis Bornay foram alguns dos que ingressaram na carreira de conservador de museus, mas já eram funcionários públicos do próprio MHN. Outro exemplo se refere ao Museu Histórico da cidade do Rio de Janeiro, criado em 1934, “que enviou algumas funcionárias, em sua maioria professoras, para fazer o Curso de Museus; provenientes dessa instituição graduaram-se Yolanda Americano Cavalcanti (1946), Maria Augusta Machado da Silva e Pascoalina Stilben (1947)” (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 20).

No caso dos que já possuíam curso superior, as áreas de História-Geografia e Filosofia, bacharelado e licenciatura, e ainda o Direito, foram as mais recorrentes (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 20). Foi também comum, nas primeiras turmas, alguns egressos do curso terem buscado outra formação ou exercido atividade profissional diversa, como Ovídio Gouveia da Cunha que foi professor de Sociologia e Economia Política na UFF, Celeuta de Hannequin Gomes que se formou também pela Biblioteca Nacional e foi bibliotecária desta instituição, ou Luiz Castro Faria que se destacou na Antropologia. E para aqueles que buscaram uma formação teórica em arte, o curso de museus “era praticamente o único, uma vez que a então Escola Nacional de Belas Artes era procurada especificamente por artistas plásticos”, alguns alunos da Escola Nacional de Belas Artes cursaram também o Curso de Museus, como Odelli Castelo Branco (1935), Gabriella Pantigoso (1961) e Sidérea Souza Nunes (1972); outros alunos da ENBA frequentaram brevemente o Curso de Museus: é o caso de Calmon Barreto (1933-1934), Francisco Pacheco da Rocha (1934) e Ruy Campello (1943) (SÁ, 2007, p. 21).

O curso ainda se voltou para a formação de pessoal técnico atrelado aos estabelecimentos museais, entretanto, não somente deles e do serviço de patrimônio foram se ocupando os museólogos. A docência no curso de museus foi sendo ocupada pelos formandos das primeiras turmas que substituíam os antigos professores, ainda nos idos dos anos de 1940 e de 1950, constituindo o que Sá e Siqueira (2007, p. 26) denominam a “primeira geração” não mais autodidata em assuntos museais.

O Decreto de 1932 previa que os professores do curso de museus fossem selecionados entre os funcionários do Museu Histórico Nacional e designados por portaria pelo diretor daquela “repartição”, considerando-se que a estrutura do Curso foi pautada na rotina do MHN. O quadro de professores foi autodidata e composto pelos funcionários do MHN, bem como o Diretor do Curso foi também o Diretor do Museu, conforme o Decreto:

Art. 3º O "Curso de Museus" funcionará sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional;

Art. 4º Os professores do "Curso de Museus" serão designados por portaria do diretor do Museu Histórico Nacional, entre os funcionários da mesma repartição.

Mediante a Reforma de 1944, a seleção dos docentes extrapolou as paredes do MHN e começou a se falar em especialistas em Museologia para ministrar o ensino no referido curso. O Artigo 5º do Decreto-Lei 6.689 de 1944 estabelece que:

O ensino será ministrado por professôres designados pelo Diretor do Museu Histórico Nacional mediante proposta do Coordenador do Curso, dentre especialistas em museologia, nacionais e estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1º Os professôres também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei.

§ 2º Os funcionários, designados na forma dêste artigo, poderão, em casos especiais e mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotadas, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas ou trabalhos escolares, sem direito aos honorários previstos no parágrafo seguinte.

§ 3º Os professôres não compreendidos nos casos de que tratam os §§ 1º e 2º dêste artigo perceberão, nos têrmos da legislação vigente, honorários de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite máximo de seis horas por semana.

Segundo Siqueira (2009), com a criação de novas disciplinas, “assumi a primeira geração docente, não mais autodidata em relação à Museologia”, ainda nos idos de 1940. Destarte, gerações de egressos que passaram a ministrar aulas no Curso foram consideradas como os legítimos habilitados para definir ou repercutir o que é museu e, posteriormente, o que é a Museologia, como um corpo de conhecimento orientado para uma formação específica. O primeiro a assumir uma disciplina foi Mario Barata, que, em caráter interino, ministrou História da Arte Brasileira. Ainda na década de 1940, assumiram a docência no curso de museus:

José Francisco Félix de Mariz (Pintura e Gravura); Anna Barraffatto (Escultura e História da Arte); Oswaldo Mello Braga de Oliveira (História da Arte Brasileira); Jenny Dreyfus (Sigilografia e Filatelia); Diógenes Vianna Guerra (Etnografia, Arqueologia, Arte Indígena e Arte Popular); e Mario Antonio Barata (Artes Menores). A partir de 1947, Nair Moraes de Carvalho, começa a ministrar a disciplina Escultura (SIQUEIRA, 2009, p. 31).

O afastamento de Gustavo Barroso da disciplina Técnica de Museus, disciplina que ele mesmo denominou como “o pedestal em que se alicerçam todos os conhecimentos necessários a um técnico em museologia”, no final de 1951, acarretou em outra mudança. Evidenciou-se a disposição de Barroso em que a “sucessão” das disciplinas seja assumida por egressos do próprio Curso, quando, ao se afastar do ensino desta disciplina, Barroso encaminhou um ofício ao Ministro da Educação e Saúde, em fevereiro de 1952, em que

solicitou a contratação de Octávia Oliveira para ministrar a disciplina Técnica de Museus, bem como outros ex-alunos.

Além dos nomes que tenho a honra de propor a V. Excelência serem de verdadeiros técnicos e especialistas na matéria, três deles são de antigos diplomados com distinção no Curso de Museus. Isto, no caso de serem aproveitados nas funções de professores resultará em prestígio e estímulo para todos que freqüentam o referido curso (MHN, 1952).

O Curso de Museus, inicialmente, criado para atender à necessidade do quadro profissional do MHN, com o decorrer dos anos e até pelo menos a década de 1970, foi, no Brasil, a autoridade propriamente museológica para dizer sobre os conhecimentos técnicos necessários para o bom funcionamento dessas instituições. Até os anos 1960, recorte deste capítulo, percebeu-se que o serviço público constituiu a área de atuação dos conservadores de museus. Entretanto, o acesso por meio de concurso público foi escasso, haja vista que, até aquela data, haviam se realizado apenas as duas seleções supracitadas e que o Estado ainda se organizava burocraticamente. Rodrigo Melo Franco de Andrade (ANDRADE, 2005, p. 86), em seu discurso por ocasião da cerimônia que recebeu o título de doutor *honoris causa* pela UFBA, em 11 de dezembro de 1962, esclarece que:

Entretanto, impõe-se aos poderes públicos da União, dos estados e dos municípios compenetrarem-se, de sua parte e preliminarmente, da grande importância do problema. O excesso de liberalidade com que têm sido nomeados, regular e irregularmente, funcionários para as repartições federais, estaduais e municipais contrasta com a parcimônia que caracteriza a admissão de pessoal técnico e administrativo de para os museus. No tocante em particular a funcionários técnicos da carreira de conservador, o quadro de servidores do Ministério da Educação, do qual dependem todos os museus federais, é vergonhosamente irrisório, e isso ocorre também na área do funcionalismo estadual e municipal, urge, portanto, remediar a situação.

O discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade asseverou sobre uma incipiente organização do Estado para acesso às suas funções públicas, mas também alertou sobre uma demanda do trabalho dos conservadores de museus. Nos anos 1960, o Serviço de Patrimônio e o Curso de Museus completaram 30 anos de discussões e práticas acerca do patrimônio nacional. Entretanto, o Curso de Museus do MHN, que concedia aos seus egressos diploma de museólogo, era ainda na década de 1960 o único a preparar pessoal para as funções de conservador de museus históricos e artísticos, situação que começaria a se modificar nos anos 1970 com os cursos da UFBA e da FESP. Rússio (1989, p. 74) critica o atrelamento da atividade profissional dos museólogos ao Estado. Segundo a autora:

Os primeiros museus e a primeira escola de formação museológica sofrem a estranheza do transplante cultural, e uns e outra vão funcionar sob o impacto de uma pretensa neutralidade científica, a ser atribuída muito menos aos ideais positivistas e muito mais à sagacidade da classe dominante através do

aparelho de Estado, dos organismos que institucionalizam os museus e aqueles que reconhecem as escolas. Assim mesmo, limitada pela conjuntura, a escola então formada produziu profissionais que souberam realizar sua tarefa então considerada prioritária, a coleta e a preservação. Num país em que quase tudo obedece aos padrões mais conservadores da estrutura agrária e de seus representantes, a formação e a expansão de tais profissionais encontraram sérios percalços no nepotismo e no diletantismo extenso.

A identidade profissional do conservador de museu/museologista/museólogo, na década de 1960, ganhou contornos e especificidades que foram determinadas pela mudança e relevância que função e capital social da atividade foram assumindo até aquela data. Entretanto, à dificuldade dos museólogos em delimitar sua competência específica diante de outros profissionais de áreas afins, é possível atribuir outro entrave ao prestígio profissional. Segundo Coelho (2015), “na medida em que não se conseguia um consenso no interior da própria profissão, tornava-se difícil obter a compreensão da população assistida e das instituições, que nem sempre respeitavam as prerrogativas profissionais do museólogo”. Carrazzoni (1967), sobre a condição dessa atividade no Brasil, assevera:

[...] teoricamente o conservador é um profissional tecnicamente preparado para pesquisar, selecionar, classificar, catalogar e zelar pelo bom estado de conservação de um patrimônio histórico, artístico ou científico. Na prática, em nosso país, ele é, na maioria das vezes, um “faz-tudo”.

Podemos traçar um paralelo da situação denunciada no fim da década de 1960 por Bourdieu, em “O amor pela arte”, com o cenário brasileiro, e latino-americano, no que concernia aos critérios para a seleção de pessoal para museu. Em 1961, segundo Bourdieu (1969, pp. 143-144), somente 37% dos egressos da Escola do Louvre foram admitidos em museus:

A despeito de certas concessões aos novos princípios, o avanço continuava a obedecer à lógica das relações pessoais, enquanto os conservadores, que acumulavam as funções administrativas e científicas, resistiam, tanto quanto podiam, a qualquer tentativa de racionalização e, por exemplo, recorriam mais aos serviços não remunerados de colaboradores de seu próprio círculo do que aos de subordinados tecnicamente preparados para as tarefas executivas. De fato, nesse universo, fechado e restrito, em que a maior parte dos cargos é arranjada e frequentemente, criada para e por uma pessoa, qualquer tentativa de introduzir uma regulamentação impessoal parece, quase necessariamente, mascarar a arbitrariedade das perseguições e dos favores pessoais, o que contribui, em muito, para suscitar resistências subterrâneas de grupos unidos por relações pessoais ou interesses comuns.

Os primeiros anos da década de 1960, tendo como contexto o final do governo de Juscelino Kubitschek, os conturbados mandatos de Jânio Quadros e João Goulart, e ainda o Golpe Civil Militar de 1964, revelaram-se como um período de carência de políticas voltadas aos museus vinculados ao poder público. Os estabelecimentos museais, devido à sua

suscetibilidade às flutuações das gestões presidenciais, acabaram sofrendo com as descontinuidades políticas inerentes à alternância de governos. Sobre esse contexto, Scheiner (1988, p. 19) elucida a precariedade que se encontravam os museus públicos:

Colocados em plano secundário pelas agências governamentais, os museus sob responsabilidade do Poder Público entram em situação precária: os acervos e as técnicas de apresentação pouco se atualizam; os quadros profissionais não se renovam; a qualidade da manutenção decai, bem como o interesse pela pesquisa dos acervos.

Calabre (2007) ressalta o desenvolvimento, nesse período, do campo da iniciativa privada como alternativa para a continuidade das produções culturais devido à carência de ações diretas de grande vulto no setor. Aos poucos, foram alterados os rumos da produção cultural brasileira, e o governo foi gradativamente retomando a institucionalização do campo da produção artístico-cultural, mas a situação se manteve ainda nos primeiros anos de governo militar, até a reestruturação do Estado para a viabilização dos projetos e comandos das Forças Armadas.

Nessa conturbada conjuntura dos anos 1960, os conservadores/museólogos, além da sujeição ao trabalho voluntário e/ou mal remunerados (SCHEINER, 1988), foram colocados à parte das instituições de ciência e das privadas; e os museus, marginalizados das políticas públicas, sofrendo uma precarização, sem manutenção e sem renovação do quadro de pessoal. Scheiner (1988) atribui a criação, em 1963, da Associação Brasileira de Museologia (ABM) como reação a esse quadro problemático. A Associação, formada por trabalhadores de museus, teve como intuito dignificar e proteger esses profissionais, assumindo o compromisso de congregá-los, incluindo também as instituições destinadas à preservação do patrimônio cultural no país (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1971). Assim, os conservadores de museus/museólogos, no Brasil, puderam ser categorizados como atores sociais, munidos do capital intelectual (conhecimento, técnica) e do capital social (redes sociais), agrupados inicialmente em torno da problemática da preservação dos acervos abrigados em instituições museais.

CAPÍTULO 3
ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL NO
CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO: O CASO
DA ABM

3. ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL NO CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO: O CASO DA ABM

Segundo Vieira (2001), quando o tema envolve o entendimento de uma ação coletiva dos movimentos sociais, cabe, preliminarmente, estabelecer uma visão mais abrangente da dimensão cultural. Segundo o autor, entre opiniões, imagens e percepções dos atores sociais, ou seja, suas representações sociais e a sua tradução em movimentos sociais - reivindicações e ação política dirigidas ao espaço institucional -, existem mediações diversas, tais como consciência e visão de mundo, o conjunto de saberes envolvidos, o sentido e o conteúdo das carências, necessidades, interesses individuais e coletivos. Segundo Silva (2013, p. 33):

nos vários tipos de associativismo, de defesa e promoção de direitos, para a organização do trabalho e o desenvolvimento de atividades produtivas, a ação coletiva institucionalizada no país pode ser observada na efetividade de direitos civis, políticos e sociais ao se notar a expressão de diversos grupos sociais na esfera pública²⁹.

Significativas mudanças nas concepções de museu e de seu papel social ocorreram e afetaram profundamente os padrões de formação dos seus profissionais no decorrer do século XX, assim nossa pesquisa buscou estar atenta ao alerta feito por Gonçalves (2005, p. 88), quando afirma “que essas mudanças ocorreram no sentido de uma progressiva profissionalização desse campo, embora não seja falso, pode induzir a uma visão linear e teleológica da história desse campo no Brasil”. Destarte, tentamos empreender uma investigação numa perspectiva sincrônica e diacrônica para compreensão da relação do *habitus* que a ABM conformou, com base na apropriação de capital simbólico pelos seus agentes, sobretudo desde o Curso de Museus.

3.1. Contribuições do ICOM Brasil para articulação dos profissionais de museus nas décadas de 1940 a 1960

A partir do final da década de 1940 e ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970, intensificou-se a movimentação dos profissionais de museus no sentido de se organizarem em associações. Impulsionados pela nova ordem geopolítica que se estabeleceu após a Segunda Guerra Mundial, diversos países formularam projetos de desenvolvimento nacional

²⁹ A esfera pública é o local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade. Os movimentos sociais constituem os atores que reagem à retificação, à burocratização, propondo a defesa das formas de solidariedade ameaçadas pela racionalização sistêmica. Eles disputam com o Estado e com o mercado a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade (HABERMAS, apud SILVA, 2013).

com forte conotação ideológica, e então a ideia de identidade e nação foi novamente o *leitmotiv* para a criação de museus, que à época se voltaram, sobretudo, para os pequenos museus. A demanda por profissionalização no pós-guerra alcançou o campo museal na década de 1950 com a expansão do número de museus, demandando a formação de novos profissionais para neles atuarem. Nesse cenário, se deu a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em meados da década de 1940.

Cabe destacar iniciativas seminais e estruturantes de atividades e entidades voltadas para a profissionalização e institucionalização da Museologia pretéritas³⁰ ao ICOM, como a criação da *École du Louvre*, na França, em 1882, e, nela, o Curso de Museografia, em 1927; o primeiro código de Ética, na Alemanha, em 1918; e as primeiras entidades profissionais: a *Museums Association*, na Inglaterra, em 1889, acompanhada, em 1906, pela *American Association of Museums*, nos Estados Unidos. No começo do século XX, surgiram também os primeiros periódicos sobre assuntos museológicos, o *Museums Journal*, em 1902, na Inglaterra; o *Museumkunde*, em 1905, na Alemanha; e o *Museum Work*, nos Estados Unidos, em 1919 (CRUZ, 2008).

No cenário entre guerras, a profissionalização voltada para os museus esboçou se ampliar. A Europa colonialista “ainda buscava impor ideia e pontos de vistas culturais sobre o restante do mundo” (SOARES et al., 2014, p. 246) e, na esteira da criação de organismos internacionais no período pós Primeira Guerra Mundial, dentre as diversidades de áreas por eles abrangidas, incluíam-se os museus. Para tanto, foi criado o Escritório Internacional de Museus (OIM), voltado para o estabelecimento de vínculos entre os museus do mundo, foi a primeira tentativa de reunir, em âmbito internacional, museus e seus profissionais, tendo como objetivo a sistematização das informações sobre os aspectos museográficos dos museus e das coleções, bem como a organização de publicações, intercâmbios e congressos (CRUZ, 2008).

Dos frutos desse Escritório, destacam-se a revista *Mouseion*, que trazia em seu conteúdo estudos e debates acerca das experiências dos diversos países, no período entre 1926 e 1940, e culminou, em 1934, na Conferência de Madri, sobre “Museografia – Arquitetura e organização dos museus de arte”, cujos artigos foram publicados sob este mesmo título no ano seguinte e que, junto com a *Mouseion*, compuseram parte das leituras de vários museólogos no Brasil³¹, sendo uma das principais fontes de estudos para as primeiras

³⁰ Coelho (2015) destaca a articulação para a constituição do Instituto Brasileiro de História da Arte (IBHA), no Rio de Janeiro, em 1940, na formação dessa rede de profissionais. A autora destaca também a Associação dos Museus de Arte do Brasil (AMAB) São Paulo 196[?].

³¹ Barroso, em sua obra “Introdução a Técnicas de Museus”, utiliza artigos da Revista *Mouseion*, bem como do *Museographie*, título que, até a década de 1970, compunha a referência bibliográfica da área (CRUZ, 2008).

publicações dos egressos do curso de museus acerca do recém-legitimado campo dos museus³².

O clima de beligerância que novamente assolou o mundo, em meados do século XX, interrompeu as atividades dos organismos internacionais anteriormente criados. No contexto pós Segunda Guerra Mundial, emergiu uma nova ordem global sobre a necessidade de mediação por organismos representativos multilaterais de nações e instituições, e alguns organismos - advindos do trabalho de suas predecessoras -, surgiram no âmbito da criação da ONU e da, dentre eles, o Conselho Internacional de Museus.

Esse conselho constitui-se em uma organização não governamental que mantém relações formais com a UNESCO e tem estatuto consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Foi fundado em reunião realizada em agosto de 1946 no Museu do Louvre, com a participação de representantes de quinze países (CRUZ, 2008, p. 7). Apesar do ICOM não constituir uma instituição acadêmica:

essa associação que congrega profissionais de museus do mundo todo sempre esteve motivada a entender e estreitar as relações entre a grafia e a logia no *locus* museal, principalmente após vir à tona a premência de se estabelecer as teorias e conceitos que alimentam a práxis museal (CURY, 2005, p. 46).

Segundo Bruno (2010, p. 18), o ICOM foi criado para “servir de espaço de interlocuções entre os profissionais de museus de diferentes países e também para desenvolver o papel de agente propulsor de discussões e inovações nesse campo”. Em setembro de 1946, o ICOM tentou arregimentar os diversos países em prol dos museus, por meio da ONICOM, por meio de cartas aos dirigentes de museus comunicando a sua criação e os convidando a participar do Conselho, bem como a organizar, em seus países, comitês nacionais daquele organismo³³.

As conservadoras de museus do MNBA, Lygia Martins Costa e Regina Real responderam à correspondência do Conselho (CRUZ, 2008). Sobre esse momento, Lygia Martins Costa conta que:

por interesse do Museu Nacional de Belas Artes o Brasil se filiou quase de imediato-, técnicos, cientistas da mais diversificada formação, pesquisadores e outros profissionais que prestam serviço na área se encontram, para debates e busca de soluções, com vistas à melhor atuação da casa e

³² A influência das publicações internacionais se sucedeu. Em atas da ABM, foram encontrados registros de iniciativas para formar uma “Rede de comunicação de atividades museológicas” (ABM. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 17 de julho de 1967. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 89-99), bem como da sistemática leitura do *Museum News*, da Associação americana, e do *ICOM News*, dentre outras publicações do Conselho Internacional de Museus.

³³ Na literatura, ao se referir à Organização Nacional do Conselho Internacional dos Museus, é utilizada a sigla ONICOM. Esse organismo possuía organizações nacionais em diversos países, inclusive no Brasil.

penetração na comunidade (COSTA, 2002, p. 64).

Reuniões seguiram-se naquele ano, de onde o ICOM deliberou sobre a composição da sua direção quando foi eleito Oswaldo Teixeira, diretor do MNBA, representante do Brasil no Conselho Consultivo. Dois anos após a criação do Conselho Internacional de Museus, foi criado o comitê nacional do ICOM no Brasil, com o objetivo de promover a cooperação, a assistência mútua e o intercâmbio de informação entre seus membros, profissionais de museus e instituições culturais no país.

Em 9 de janeiro de 1948, no MNBA, o Comitê Nacional do ICOM realizou sua primeira reunião, quando Oswaldo Teixeira assumiu como presidente. Os três vice-presidentes foram: Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional; Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional; e Alcindo Sodrê, diretor do Museu Imperial, todos estes situados no estado do Rio de Janeiro. Assumiram também como membros do conselho: Américo Jacobina Lacombe, diretor da Casa de Rui Barbosa; Regina Monteiro Real, conservadora do MNBA; Lygia Martins Costa, conservadora do MNBA; José Valadares, diretor do Museu do Estado (Salvador, BA); Sérgio Buarque de Holanda, diretor do Museu Paulista do Ipiranga; Inocêncio Machado Coelho, diretor do Museu Goeldi; Dante de Laytano, diretor do Museu Júlio de Castilhos; Cônego Trindade, diretor do Museu da Inconfidência; João Geraldo Kuhlmann, diretor do Jardim Botânico (Rio de Janeiro, RJ); Geralda Ferreira Armond, diretora do Museu Mariano Procópio; e Simoens da Silva, diretor do Museu Simoens Silva, museu particular já extinto (CRUZ, 2008).

QUADRO 3: MEMBROS FUNDADORES DO COMITÊ NACIONAL DO ICOM

NOME	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	CARGO NO COMITÊ NACIONAL DO ICOM
Alcindo Sodré	Diretor do Museu Imperial	Vice-Presidente
Américo Jacobina Lacombe	Diretor da Casa de Rui Barbosa	Tesoureiro
Cônego Trindade	Diretor do Museu da Inconfidência	Membro
Dante de Laytano	Diretor do Museu Júlio de Castilhos	Membro
Geralda Ferreira Armond	Diretora do Museu Mariano Procópio	Membro
Gustavo Barroso	Diretor do Museu Histórico Nacional	Vice-Presidente
Heloísa Alberto Torres	Diretora do Museu Nacional	Vice-Presidente
Inocência Machado Coelho	Diretor do Museu Goeldi	Membro
João Geraldo Kuhlmann	Diretor do Jardim Botânico (Rio de Janeiro/RJ)	Membro
José Valadares	Diretor do Museu do Estado (Salvador/BA)	Membro
Lygia Martins Costa	Conservadora do MNBA	Secretária-correspondente
Oswaldo Teixeira	Diretor do MNBA	Presidente
Regina Monteiro Real	Conservadora do MNBA	Secretária-arquivista
Sérgio Buarque de Holanda	Diretor do Museu Paulista do Ipiranga	Membro
Simoens da Silva	Diretor do Museu Simoens Silva	Membro

Fonte: Elaboração da autora com base em CRUZ (2008).



Figura 03: Reunião do Comitê Nacional do ICOM³⁴, Museu Imperial, 07/06/1955.
Fonte: Acervo NUMMUS.

Na segunda gestão do Comitê Brasileiro, entre 1953 e 1960, a presidência passou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que à época, presidia o SPHAN (CRUZ, 2008), e segundo Coelho (2015), nela ocorreu mais troca de ideias, reuniões mensais e a participação de conservadores de museus nas deliberações para organização do primeiro congresso de museus e de Museologia do país, denominado I Congresso Nacional de Museus (COELHO, 2015).

Soares et al. (2014, p. 256) apontam que o “comitê internacional, no pensamento de alguns ‘teóricos’ brasileiros, poderia ser visto como um aliado no movimento pela legitimação”. Como foi visto, na perspectiva de Bourdieu (2013), a dinâmica de um campo é o resultado das relações objetivas entre as posições relativas, as quais, nesse caso, se instituem umas em relações às outras, sendo espaços de legitimação, de negociação e da representação em torno do valor propriamente museológico.

A criação do ICOM estimulou e contribuiu para promoção do debate e a formulação de uma política global para os museus, o que favoreceu a institucionalização do campo museológico em muitos países, haja vista sua incumbência pragmática (estratégica e política), mas, sobretudo, pelos esforços envidados para sistematização teórica - traduzida a partir da

³⁴ 1º) Francisco M. dos Santos, Pascoalina Stilben; 2º)[?], Mário Cruz, Dulce Ludolf, Lygia Martins Costa, Regina Liberalli Laemmert; 3º) Clóvis Bornay, Carmen Quadros, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Maria Barreto, Elza Ramos Peixoto, Jenny Dreyfus; 4º) Yolanda Portugal, Regina Real, Gilda Lopes; 5º) F. dos Santos Trigueiros, Geraldo Pitaguary, Oswaldo Teixeira, Alfredo Rusins; 6º) Paulo Olinto de Oliveira, Carlos Cavalcanti, Orlandino S. Fernandes, Gerardo Alves de Carvalho.

década de 1970 pelo ICOFOM, e para o desenvolvimento profissional e treinamento de pessoal de museus -, sob a tutela do ICTOP, comitê criado no final da década de 1960 com esta finalidade.

Foi nesse contexto mundial de redefinição da geopolítica global (Guerra Fria), de reformulação de políticas econômicas, sociais, culturais, educacionais e tecnológicas que profissionais de museu, pela via do associativismo, promoveram alguns dos processos de institucionalização do campo museológico no Brasil. Segundo Coelho (2015), o Comitê Brasileiro do ICOM³⁵, na década de 1960, atuou no campo associativo-técnico, dando início ao processo para conquista de bases mais sólidas aos profissionais da área de museus, tanto nas atividades internacionais quanto nas atividades nacionais, sobretudo por intermédio do Congresso Nacional de Museus.

3.1.1. Os congressos Nacionais de Museus



Figura 04: I Congresso Nacional de Museus, Ouro Preto, 1956.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

³⁵ A representação brasileira do ICOM estava formalmente ligada à Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM). Em 1971 houve uma ruptura no grupo e se criou a Associação de Membros do ICOM, AMICOM (COELHO, 2015).

Nos anos de 1950, as reuniões do comitê nacional do ICOM e as trocas entre os profissionais se intensificaram. O Comitê Brasileiro organizou, por meio de uma iniciativa de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do comitê, o I Congresso Nacional de Museus - CNM, em julho de 1956, com o apoio do governo do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto - primeira cidade declarada Monumento Nacional e tombada pelo IPHAN -, e contou com cerca de 100 participantes (CAMARGO-MORO; NOVAES, 2010, p. 36).



Figura 05: I Congresso Nacional de Museus, 1956.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

O Correio do Povo de Porto Alegre, em 3 de agosto de 1956, noticiou a realização desse evento, destacando a participação, no I CNM, de Dante de Laytano, membro do Comitê Brasileiro do ICOM e representante do Rio Grande do Sul e do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura³⁶.

³⁶ O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) foi criado, pelo Decreto 9.355, de 13 de junho de 1946, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, como Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, com o objetivo de atuar em projetos naquelas áreas. Tinha sede no Palácio do Itamaraty e vinculava-se ao Ministério das Relações Exteriores. A Campanha Internacional de Museus, promovida pela UNESCO (ICOM/IBECC), em outubro de 1956, contou com os seguintes nomes na comissão de museus: Professor Dante da Costa, Mário Barata, Regina Monteiro Real, Aracy Muniz Freire, Jenny Dreyfus, Lygia Martins Costa, Maria Barreto, Carlos Flexa Ribeiro, Darcy Ribeiro, Professor Thomas Santa Rosa Jr. e Heloísa Alberto Torres.

I CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS E O I.B.E.C.C.

Fala ao "Correio do Povo" o prof. Dante de Laytano

O dr. Dante de Laytano, da diretoria do Comitê Brasileiro do ICOM — The International Council of Museums — foi delegado do Estado do Rio Grande do Sul ao I Congresso Nacional de Museus, que se realizou de 23 a 27 julho, em Ouro Preto, onde também representou o I.B.E.C.C. — Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — Comissão Brasileira da UNESCO, da qual é presidente o Prof. Themistocles Cavalcanti, ilustre jurista.

O I.B.E.C.C. esteve, assim, presente ao primeiro congresso que, no país, reuniu as autoridades em museologia.

Campanha de Museus — O I.B.E.C.C. está devidamente empenhado numa Campanha Nacional de Museus, obedecendo, aliás, à orientação da própria UNESCO, que pretende lançar, ainda este ano, um movimento simultâneo em todo o mundo no sentido de prestigiar, popularizar e melhorar os museus.

O delegado do I.B.E.C.C. pediu, em plenário do Congresso Nacional de Museus que se registrasse em ata o interesse a preocupação da instituição que representava. A presidente da Comissão Organizadora do Congresso d. Heloisa Alberto Torres, redigiu uma comunicação na qual mostra a posição do ICOM, na campanha de Museus.

Comissão Nacional de Museus — O I.B.E.C.C. fez ciente ao Congresso da existência de sua Comissão Nacional de Museus, secretariada pelo dr. Dante Costa, cientista de renome, que está realizando um inquérito sobre museus e que nos Estados já se organizaram comissões regionais de museus, como ocorre no Rio Grande do Sul onde reúne 22 instituições oficiais e particulares.

Comissão Nacional de Folclore — O dr. Renato Almeida, secretário geral da Comissão Nacional de Folclore, uma das comissões do IBECC vem dando notável impulso ao movimento folclórico do país e perante o Congresso, foi feita uma comunicação referente a 3 iniciativas importantes:

Museu de Folclore do Distrito Federal — Que é auspicioso fato para a Comissão Nacional de Folclore, pois ficou a Capital da República dotada de um museu especializado.

Museu de Carnarú — Que é uma ideia de Josué Condé e que a Comissão Nacional de Folclore prestigiará começando por um movimento de grande invergadura para a difusão e apoio do interessante museu pernambucano da terra de Vitalino.

Museu de Folclore do Rio Grande do Sul — A Universidade do Rio Grande do Sul, por intermédio de seu Conselho Universitário, aprovou, com louvores, a criação

de um Museu de Folclore na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que funcionará na Cadeira de História da Civilização Brasileira, pois é iniciativa sua, com a colaboração das cadeiras de Antropologia, Etnografia do Brasil, Sociologia, História da Arte, etc.

O delegado do Rio Grande do Sul, que representou o I.B.E.C.C. levou a plenário do Congresso um "Relatório sobre os Museus do Rio Grande do Sul" e a informação de uma edição de 30 gravuras referentes à história do traje do gaúcho, trabalho de autoria de Isolde Brans, existente na galeria do Museu deste Estado.

Foi ainda, representante dos museus D. Diogo de Souza (Bagé), Museu de Caxias do Sul, Museu de Santa Rosa e Museu Farroupilha (Triunfo).

A presidência do Congresso o designou um dos coordenadores da Comissão de Antropologia e integrante da Comissão Especial de visita às Autoridades.

Teve diversas interferências no plenário, participou ainda dos trabalhos da Comissão de História, da reunião de diretores de museus, apresentou diversas moções, etc.

O I Congresso Nacional de Museus foi proposto pelo dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, que tanto tem feito para salvaguardar o patrimônio histórico e artístico nacional, a Comissão Organizadora, em seguida, passou para a presidência de Da. Heloisa Alberto Torres, pesquisadora e indianista e a Comissão Executiva esta sob a presidência do dr. Aderbal Jurema, escritor, atualmente Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, presente ao congresso. Este constituiu notável acontecimento científico, promoveu visitas às cidades tradicionais de Minas Gerais, agrupou parte de duas centenas de especialistas, estabeleceu proveitoso encontro de técnicos e conservadores de museus, acolheu equipes da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Histórico, Museu Nacional, Instituto de Estudos Pedagógicos, perto de 20 diretores de museus, etc.

O II Congresso Nacional de Museus, promovido pelo ICOM, terá lugar no Rio de Janeiro.

GB
AB
135/15

Figura 06: Recorte do jornal *Correio do Povo*, 3 de agosto de 1956.

Fonte: Hemeroteca Gustavo Barroso, 1956 | 2º semestre³⁷

³⁷ Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=53564>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

O CNM foi a primeira experiência nacional para a constituição de uma comunidade do campo museal, um evento organizado para ser realizado no mesmo ano da conferência do ICOM, tendo por finalidade a discussão no contexto brasileiro das temáticas propostas pelo Conselho Internacional sobre os problemas dos museus, bem como a divulgação de informações técnicas. Pela primeira vez no Brasil, uma associação corporativa congregou autoridades, pesquisadores e profissionais em torno especificamente de uma pauta museal e museológica.

Os CNM tiveram papel interno e externo nos processos de institucionalização do campo museal e museológico, e constituíram um espaço de aprofundamento dos debates acerca dos problemas dos museus, bem como das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural sob a tutela de estabelecimentos museais. O primeiro CNM, juntamente com o Seminário da UNESCO de 1958 no MAM Rio, foram um marco não somente para a consagração da perspectiva pedagógica nos museus brasileiros, como também foram seminiais na profissionalização da Museologia ao promover um conagraçamento dos profissionais de museus para discutir temas da sua prática profissional e estimular o reconhecimento de uma identidade profissional. Na medida em que alguns profissionais passaram a se reconhecer naquilo que faziam e compreendiam que o trabalho museal e museológico era um capital social representativo para a sociedade e o Estado, iniciou-se um processo de mobilização e organização dessa categoria profissional.



Figura 07: Recorte do jornal Correio da Manhã, 2 de agosto de 1956.

Fonte: Hemeroteca Gustavo Barroso, 1956, 2º semestre.³⁸

³⁸ Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibvirtmhn&pagfis=53561>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

Algumas deliberações e encaminhamentos já apontavam como elementos definidores do escopo temático dos Congressos, isto é, discussões sobre políticas públicas voltadas para os museus, bem como para a regulação do exercício profissional de museólogo. Nesse sentido, as organizações dos primeiros eventos da área surgiram com o intuito de aglutinar os técnicos e, por isso, abriram caminho para gerações futuras de museólogos na prática associativa³⁹.

E em 1962, em Salvador, foi realizado o III CNM presidido pela antropóloga Heloísa Alberto Torres, que esteve à frente do ICOM BR entre 1961 e 1971, do qual foi deliberada a criação da Associação Brasileira de Museologia. Para tanto, foi instituída uma comissão composta por Wilma Teixeira Ormond, Museu Nacional; Elza Ramos Peixoto, MNBA; Regina Monteiro Real, Casa de Rui Barbosa; Gerardo Brito Raposo da Câmara, Museu Imperial; e F. dos Santos Trigueiros, Museu do Banco do Brasil.

QUADRO 4: CONGRESSOS NACIONAIS DE MUSEUS

EDIÇÃO	LOCAL	DATA	TEMÁRIO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
I	Ouro Preto, MG	1956	Não identificado por essa pesquisa.	Comitê Nacional do ICOM
				Fonte: Jornal do Commercio 27/1/57 e 30/1/57. ACERVO NUMMUS/UNIRIO.
II	São Paulo, SP	1959	Não identificado por essa pesquisa.	Comitê Nacional do ICOM
				Fonte: COSTA, Lygia Martins. Mário T. Chicó e a exposição de arte portuguesa (1550-1950). Disponível em: http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier06/textos/LMCosta.pdf . Acesso em: 16 out.2016.

³⁹ No início da década de 1960, foi criada a Associação dos Museus de Arte do Brasil (AMAB), em São Paulo, por Walter Zanini, então professor da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP, que manteve um trabalho de cooperação no plano especializado da produção artística, filiada ao ICOM, durante os dez anos de existência atuando na organização de colóquios de museus de arte com a participação de egressos do Curso de Museus (COELHO, 2015).

EDIÇÃO	LOCAL	DATA	TEMÁRIO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
III	Salvador, BA	6 a 12 de dezembro 1962	A programação dividia-se em setores: Antropologia, Arte, Ciência, História; visitas técnicas. Na programação consta a seguinte atividade: “UNESCO: 1. Exposição sobre o problema dos museus nos países subdesenvolvidos. 2. Exposição sobre os trabalhos do Seminário do México: os museus e a comunidade. Exposição sobre o curso de museografia de São Paulo. Criação de uma Associação brasileira de museus”.	Comitê Nacional do ICOM
				Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. Regimento do III Congresso Nacional de Museus. Acervo NUMMUS/UNIRIO.
IV	Rio de Janeiro, RJ	23 a 31 de julho de 1965	A programação dividia-se em setores: Antropologia, Arte, Ciência, História; visitas técnicas.	Comitê Nacional do ICOM
				Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. Ata de Reunião da ABM. 19 de setembro de 1966c. Coleção ABM.
V	Petrópolis, RJ	Julho de 1970	1. Museu no Mundo Moderno 2. Museu e Universidade 3. Museu e Turismo	ABM e Museu Imperial
				Fonte: IHGB. <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> , n. 293. Rio de Janeiro: IHGB, 1971. p. 237.
VI	Natal, RN	19 a 24 de novembro de 1978	1. Museu e Pesquisa 2. Museu e Ensino 3. Museu e Turismo	ABM
				Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. Folder do VI Congresso Nacional de Museus. Acervo NUMMUS/UNIRIO.
VII	Rio de Janeiro, RJ	17 a 22 de maio de 1981	1. Processamento Técnico de Bens Culturais 2. Preservação de Bens Culturais 3. Relação Museu/Clientela	ABM
				Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. Anais do VII Congresso Nacional. Acervo NUMMUS/ UNIRIO.

EDIÇÃO	LOCAL	DATA	TEMÁRIO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
VIII	Brasília, DF	2 a 6 junho de 1983	<p>“O Museu e a realidade brasileira”</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Formação do Museólogo- Cursos de graduação e pós-graduação 2. Regulamentação da carreira 3. Programa Nacional de Museus 4. Projetos de interiorização de Museus 5. Preservação dos acervos museológicos: a climatização 6. Marketing de Museus 7. Museus Comunitários 8. Projeto Preserve 	<p>ABM</p>
				<p>Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. <i>Regimento do VIII Congresso Nacional de Museus</i>. São Paulo, 1983d. Acervo NUMMUS/ UNIRIO.</p>
IX	São Paulo, SP	18 a 24 de agosto de 1985	<ol style="list-style-type: none"> 1. Administração de Museus 2. Marketing de Museus 3. Museu e Pesquisa 4. Museu e Comunidade 5. Museu e Informática 6. Preservação e Conservação de Acervos Museológicos 7. Regulamentação da Profissão de Museólogo 8. Programa Nacional de Museus e os sistemas Estaduais 9. Museus e Deficientes físicos (grupos marginalizados) 	<p>ABM</p>
				<p>Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. <i>Anais do IX Congresso Nacional de Museus</i>. São Paulo, 1985c. Acervo NUMMUS/ UNIRIO.</p>

EDIÇÃO	LOCAL	DATA	TEMÁRIO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
X	Ouro Preto, MG	8 a 13 de novembro 1987	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conferência de abertura: A Contemporaneidade do Museu 2. A multiplicação de museus no país 3. O pequeno museu do interior 4. Museu e pesquisa 5. Museu e educação 6. Arquitetura e técnicas museográficas 7. Política museológica do MINC e do Conselho Federal de Museologia 	ABM
				Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. <i>Anais do X Congresso Nacional</i> . Ouro Preto, 1987. Acervo NUMMUS/ UNIRIO.
XI	Vitória, ES	1989	Não identificado por essa pesquisa	ABM
				Fonte: Curriculum Vitae João de Souza Leite. Disponível em: http://uerj.academia.edu/Jo%C3%A3odeSouzaLeite/CurriculumVitae . Acesso em 16 out. 2016.
XII	Paraná	1991	Não identificado por essa pesquisa	ABM [?]
				Fonte: Curriculum Lattes Janine Menezes y Ojeda. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4292158H6 . Acesso em: 16 out. 2016.
XIII	Brasília (Regimento indica Brasília) ou Rio de Janeiro - (folder indica RJ)	3 a 5 de novembro de 1993	<p>“Museus: Perspectivas para uma Sociedade da Informação”</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Museu e Informação 2. Museu como Centro Cultural 3. Mercado de Trabalho e Formação Profissional: um novo perfil 4. Arquivo/Biblioteca e a Interface com o Museu 5. Integração entre acervos – Programas de Memória 	ABM
				Fonte: Regimento do XIII Congresso Nacional. Acervo NUMMUS/ UNIRIO.

EDIÇÃO	LOCAL	DATA	TEMÁRIO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
XIV	Florianópolis, SC	13 a 16 de novembro 1995	Não identificado por essa pesquisa.	ABM
				Fonte: FUSINATTO et al. Palácio Cruz e Souza: uma história através de documentos. Relatório. UDESC: Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.labpac.faed.udesc.br/relatorio%20pcs%20uma%20historia%20atraves%20de%20documentos.pdf . Acesso em: 16 out. 2016.
XV	Rio de Janeiro, RJ	10 a 23 de novembro de 1999	“Museu e Museologia para o século XXI- perspectivas para Países Periféricos”	ABM
				Fonte: SANTOS, Maria Célia T. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a práxis e a formação. In: _____. <i>Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, educação e o museu</i> . Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2008. p.169.
XVI	Recife, PE	4 a 7 de dezembro 2007	“Museus, Memória e Movimentos Sociais”	ABM e DEMU/IPHAN
				Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA. XVI Congresso Nacional de Museus. Notícias. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/o-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/xvi-congresso-nacional-de-museus-131502/10883 . Acesso em: 25 jun. 2017

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fontes indicadas no quadro.

3.2. Associação Brasileira de Museologia

Da política que resultou nos processos de aprimoramento e capacitação técnica dos profissionais de museu nas décadas de 1950 e 1960, pode-se destacar a ação tanto de Governos (federal, estaduais e municipais) como dos próprios profissionais que trabalhavam ou manifestavam interesse pelos museus brasileiros. A situação da profissão dos que atuavam em museus nos anos 1960 e as reuniões e discussões promovidas pelo ICOM foram catalisadores na criação da Associação Brasileira de Museologia⁴⁰, que resultou do III

⁴⁰ Iniciada sob a denominação de “Associação Brasileira de Museologia”, teve sua designação alterada para “Associação Brasileira de Museologia” na gestão de Therezinha de Moraes Sarmento, em 1980. Tendo em vista o encaminhamento do projeto de regulamentação da profissão de museólogo no MTPS, foi aconselhado à ABM que

Congresso Nacional de Museus organizado pelo Comitê Nacional do ICOM e realizado em Salvador, em 1962, evidenciando um elo concreto da relação institucional entre museus, Museologia e museólogo. Dada a precariedade de uma linha política em relação aos acervos musealizados, bem como do enquadramento funcional dos conservadores de museus na estrutura pública, estes se organizaram como sociedade civil por meio de uma associação profissional (*habitus*), a ABM, em prol de uma regulamentação do seu campo.

3.2.1. A formação de um *habitus*

Desde sua fundação, para cumprir seu fim, a ABM promoveu ações entre os profissionais de museus na condição de afirmação e valorização estratégica do campo museal e museológico, desempenhando papel fundamental na cooperação com o Estado, para a regulamentação da profissão de museólogo. Segundo Coelho (2015, p. 118):

O movimento associativo deve ser entendido, segundo Fonseca (2008), como uma organização de indivíduos colegiados por um conjunto de regras previamente estabelecidas que definem os procedimentos adotados pelos participantes e os modelos de comportamentos esperados oficialmente, reunindo os indivíduos em prol de interesses comuns nos quais congregam esforços para ganhar visibilidade, compartilhar códigos comuns e afirmar identidades coletivas nem sempre consideradas legítimas pelo Estado. Em certos coletivos profissionais, como no caso dos museólogos, a classe buscou a organização da categoria fora do sistema sindical. Desse modo, o associativismo no campo museológico é uma espécie de representação do grupo para realização de objetivos comuns, dentre eles a busca para regulamentar a profissão no país frente tanto ao Estado quanto à sociedade civil.

Os agentes buscaram determinar a dinâmica do campo, funcionando como marcos regulatórios oficiais: leis e atos afins, articulações políticas e administrativas, publicações e outros aspectos com capacidade similar de repercussão, que foram argumentos que se institucionalizaram por meio de consensos alcançados entre a ABM, outras associações de profissionais do campo, profissionais, instituições, Estado e sociedade.

se tornasse uma associação de classe registrada naquele Ministério, o que implicou em alterações no seu Estatuto a fim de adequá-lo às diretrizes do MTPS.



Figura 08: Reunião de fundação da ABM, MNBA, 1963⁴¹.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.



Figura 09: Reunião de fundação da ABM, MNBA, 1963⁴².
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

⁴¹ Na audiência: Geraldo Pitaguary, Paulo Olinto de Oliveira, Gerardo Alves de Carvalho, [?], Octávia Correa de S. Oliveira, Antonio dos Santos Oliveira, Maria Barreto, Heloisa Nansi Bandeira, Therezinha de Moraes Sarmiento, Dora Andrade, [?], Maira Augusta Machado da Silva, Regina Liberalli, Gilda Lopes, Dulce Ludolf, Sigrid Barros, Fortunée Levy, Yolanda Portugal, Maria Eliza Carrazzoni, [?], [?], Lygia Martins Costa, Nair Braga e Solon Leontsinis. Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

⁴² A mesa no dia da fundação da ABM foi composta por: Gerardo Câmara (presidente), Wilma Ormond, Regina Real, Elza Ramos Peixoto, F. dos Santos Trigueiros, José Roberto Teixeira Leite – diretor do MNBA, General Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Carmen Portinho – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e Alfredo Theodor Rusins – representando Heloisa Alberto Torres, presidente do Comitê Nacional do ICOM. Na mesa, da esquerda para direita: F. dos Santos Trigueiros, Wilma Ormond, Elza Ramos Peixoto, Regina Real, Gerardo Raposo Câmara e General Francisco de Paula e Azevedo Pondé.

Reunidos no Museu Nacional de Belas Artes, no dia 5 de novembro de 1963, Dia da Cultura Nacional, profissionais de museus fundaram a Associação Brasileira de Museologia (ABM), uma sociedade civil de direito privado com a finalidade de congregar os técnicos e cientistas dos museus, bem como as pessoas em geral interessadas nos problemas museais e museológicos.

Além da comissão designada para elaboração do seu Estatuto, constam na lista de fundadores: Regina Liberalli Laemmert, Gilda Marina Almeida Lopes, Alfredo Theodor Rusins – por si e representando Heloísa Alberto Torres (Comitê Nacional do ICOM), Cacilda Pereira Fernandes, Heloísa Nansi Bandeira, Paulo Olinto de Oliveira, Mário Cruz, Manoel Constantino Gomes Ribeiro, Lea Paranhos, Maria Augusta Freitas Machado da Silva, Geraldo Pitaguary, Paulo César Vincent da Fonseca, Mário Barata, Sérgio Guimarães de Lima, Gerardo Alves de Carvalho, Almir Paredes Cunha, Nair Araujo do Carmo Braga, Lygia Martins Costa, Maria Elisa Carrazzoni, Octávia Correa dos Santos Oliveira, Therezinha de Moraes Sarmento, Fortunée Levy, Dulce Ludolf, Dora Vidal de Andrade, Sigrid Porto de Barros, Yolanda Marcondes Portugal, Ecylla Castanheira Brandão, Max Gutmann, Carmen Portinho, Antonio dos Santos Oliveira, Solon Leontsínis, Sergio Ferreira da Cunha, José Roberto Teixeira Leite, General Francisco de Paulo e Azevedo Pondé, Carlos Cyrilo, Paschoalina Stilben, Donato Melo Junior, Maria Barreto, Geraldo Majela Pires Lima, Maria N. Castelo Branco Cruz e Beatriz Costa Ribeiro, num total de quarenta e oito sócios fundadores.

A ABM foi fundada sob a perspectiva de cooperação dos profissionais de museus junto aos órgãos governamentais, entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionava com os museus e a Museologia.

QUADRO 5: SÓCIOS FUNDADORES DA ABM

NOME	FORMAÇÃO	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
Alfredo Theodor Rusins	Curso de Museus/MHN (1938); Doutor em Filosofia, Faculdade Livre de Filosofia, Ciências e Letras (1938); Curso Superior de Biblioteconomia, Biblioteca Nacional (1940); Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade Nacional de Direito (1946); Doutor em Direito, Faculdade Nacional de Direito (1951).	Museólogo no DPHAN. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 42)
Almir Paredes Cunha	Licenciatura em Desenho, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959); Especialização em Mosaico e Cerâmica, UFRJ (1961); Curso de Museus, MHN (1963).	Professor da Escola de Belas Artes, UFRJ (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.160)
Antonio dos Santos Oliveira	Arqueólogo, indigenista ouvinte do Curso de Museus (1934).	Museu do Índio. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 36)
Antônio Pimentel Winz	Curso de Museus, MHN (1952); Licenciatura e bacharelado em Geografia e História, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1955); Bacharel em Jornalismo, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1956).	Professor de 1º e 2º graus, funcionário do Museu Histórico Nacional. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.162)
Augusto Silva Teles	Arquitetura	Professor da FAU/UFRJ, Diretor de Conservação e Restauração do DPHAN. Disponível em: http://www.iabrij.org.br/augusto-carlos-da-silva-telles-nota-de-falecimento . Acesso em: 25 jun. 2017.
Beatriz da Costa Ribeiro	Não identificada por essa pesquisa.	MAM Rio de Janeiro [?]

NOME	FORMAÇÃO	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
Cacilda Pereira Fernandes	Curso de Museus, MHN (1946).	Funcionária Pública do Conselho Nacional de Geografia. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 76)
Carlos Cyrillo	Não identificada por essa pesquisa.	Não identificada por essa pesquisa.
Carmen Velasco Portinho	Engenheira/Urbanista, Escola Politécnica da Universidade do Brasil.	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Disponível em: http://revistapesquisa.fapesp.br/2007/04/01/sempre-na-vanguarda/
Carmen Corrêa Quadros	Curso Fundamental; Curso de Museus, MHN (1942); Curso Superior em Biblioteconomia, Biblioteca Nacional (1950).	Chefe da Seção de Biblioteca e Mapoteca da Divisão de Documentação do MHN. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 64)
Donato Mello Júnior	Arquitetura, historiador da arte.	MNBA. Disponível em: http://www.museus.gov.br/mnba-recebe-artigos-para-a-proxima-edicao-de-anuario-ate-30-de-novembro/
Dora Vidal Andrade	Curso de Museus, MHN (1961).	MAM Rio de Janeiro. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 146)
Dulce Cardozo Ludolf	Curso de Museus, MHN (1941).	Conservador do Ministério de Educação e Saúde, chefe da Seção de Numismática do MHN Artes (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 59)
Ecyla Castanheira Brandão	Curso de Museus, MHN (1953).	Conservadora do Museu Histórico Nacional; professora da Escola de Belas Artes. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 112)
Elza Ramos Peixoto	Curso de Museus, MHN (1938).	Conservadora/museóloga MNBA, chefe da Seção Técnica. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 48)

NOME	FORMAÇÃO	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
Florisvaldo dos Santos Trigueiros	Economia, Faculdade de ciências Econômicas da Bahia (1948); Curso de Museus, MHN (1951).	Conservador do Museu e Arquivo Histórico do Banco do Brasil. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 101)
Fortunée Levy	Curso de Museus, MHN (1935).	Museu Histórico Nacional e Museu da República. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 35)
Francisco Marques dos Santos	Curso de Museus, MHN, ouvinte matriculado em 1932. Colecionar, dedicado ao antiquariato.	Diretor do Museu Imperial, Petrópolis (1954-67); membro do Conselho Consultivo do SPHAN. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 30)
Francisco de Paula e Azevedo Pondé	Engenheiro Militar, IME.	Diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Disponível em: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/fpaponde.html . Acesso em: 25 jun. 2017.
Geraldo Majela Lima	Matriculado no Curso de Museus, MHN, em 1963.	Auxiliar censitário. Aluno do Curso de Museus. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 170)
Geraldo Pitaguary	Bacharel em Direito, UFMG (1932); Curso de Museus, MHN (1944).	Museu do Índio. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 71)
Gerardo Alves de Carvalho	Médio Radiologista, Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1942); Curso de Museus, MHN (1948).	Professor de Etnografia do Curso de Museus, MHN. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 90)
Gerardo Britto Raposo da Câmara	Curso de Museus, MHN (1943).	Professor do Instituto Carlos Werneck em Petrópolis. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 60)
Gilda Marina de Almeida Lopes	Curso de Museus, MHN (1942).	Conservadora do MHN (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 65)

NOME	FORMAÇÃO	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
Heloísa Alberto Torres	Antropologia, Museu Nacional.	Museu Nacional, DPHAN, Presidente do ONICOM. (MAGLIEVICH-RIBEIRO, 2015)
Heloísa Nansi Bandeira	Licenciatura em Geografia e História; Curso de Museus (1960).	Museu Histórico Nacional. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 143)
Jenny Dreyfus	Curso de Museus, MHN (1939).	Conservadora do Museu Histórico Nacional. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 50)
José Roberto Teixeira Leite	Jornalista, historiador e crítico de arte. Bacharel em Direito, Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1954); Curso de Museus, MHN, matriculado em 1960 – não frequentou o curso.	Diretor do MNBA. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 153)
Josué Montello	Jornalista, escritor, teatrólogo.	Membro da Academia Brasileira de Letras, Diretor do MHN. (SIQUEIRA, 2009)
Léa Paranhos	Não identificada por essa pesquisa.	Não identificada por essa pesquisa.
Lygia Martins Costa	Curso de Museus, MHN (1939).	Conservadora dos museus do DPHAN; professora convidada da UnB. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 51)
Luiz Castro Faria	Curso Superior em Biblioteconomia, Biblioteca Nacional (1936); Curso de Museus, MHN (1935).	Chefe da Seção de Antropologia e Etnografia, Museu Nacional. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 35)
Manoel Constantino Gomes Ribeiro	Arquitetura, Escola Nacional de Belas Artes.	Conservador do MNBA. Disponível em: https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Manoel%20Constantino%20Gomes%20Ribeiro/ . Acesso em: 15 jan. 2017

NOME	FORMAÇÃO	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
Maria Augusta F. Machado da Silva	Curso de Museus, MHN (1947).	Coordenadora da Seção de Planos e Pesquisas Museológicas, Museu da Cidade do Rio de Janeiro. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 88)
Maria Torres de Carvalho Barreto	Curso de Museus, MHN (1939).	Conservadora do MNBA. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 53)
Maria Elisa Carrazzoni	Curso de Museus, MHN (1963).	Técnica em Assuntos Educacionais do MEC. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 161)
Maria Nazareth Castelo Branco Cruz	Não identificada por essa pesquisa.	Não identificada por essa pesquisa.
Mário Antônio Barata	Curso de Museus, MHN (1940); Ciências Sociais, Faculdade Nacional de Filosofia (1941); Licenciatura em História da Arte, Sorbonne (1948); Doutor em História da Arte, Universidade do Brasil (1954).	Professor da Escola Nacional de Belas Artes. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 57)
Mário José da Silva Cruz	Ouvinte do Curso de Museus (1941).	Conservador do Museu Imperial, chefe da divisão de ourivesaria. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 67)
Max Antonio Gutmann Bicho	Curso de Pintura, Escola Nacional de Belas Artes; Curso de Museus, MHN – matriculou-se em 1961, frequentou apenas o primeiro ano.	Professor. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 162)
Nair Araújo do Carmo Braga	Não identificada por essa pesquisa.	Escriturária do Ministério da Educação. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2411896/pg-67-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-08-1940?ref=next_button . Acesso em: 15 jan. 2017.

NOME	FORMAÇÃO	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
Newton Dias dos Santos	Especialista em insetos aquáticos	Naturalista do Museu Nacional. CORREA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. <i>Rev. Antropol.</i> , São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011997000100002&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 16 mai 2017.
Octávia Corrêa dos Santos Oliveira	Curso de Museus, MHN (1938).	Conservadora do MHN, chefe da Seção de Numismática. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 44)
Pascoalina de Almeida Stilben	Curso de Museus, MHN (1947).	Museu de Artes e Tradições Populares. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 89)
Paulo Cesar Vincent da Fonseca	Não identificada por essa pesquisa.	Não identificada por essa pesquisa.
Paulo Olintho de Oliveira	Curso de Museus, MHN (1933).	Conservador do Museu Imperial (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 32)
Paulo Olintho de Oliveira	Curso de Museus, MHN (1933).	Conservador do Museu Imperial (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 32)
Regina Liberalli Laemmert	Artista plástica; Curso de Museus, MHN (1937).	Conservadora do MNBA. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 44)
Regina Monteiro Real	Assistência Social (1937); Curso de Museus, MHN (1937).	Diretora da Divisão Técnica da Casa de Rui Barbosa. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 44)
Sérgio Ferreira da Cunha	Matriculou-se no Curso de Museus, MHN, em 1943, o qual abandonou e formou-se em Medicina; matriculou-se novamente em 1956, concluindo em 1958.	Criador do Museu de Armas Ferreira da Cunha. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 78)

NOME	FORMAÇÃO	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
Sergio Guimaraes Lima	Curso de Desenho, Escola Nacional de Belas Artes (1959); Licenciatura de Desenho, Faculdade Nacional de Filosofia (1959); Curso de Museus, MHN (1964).	Aluno do Curso de Museus, MHN. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 157)
Sigrid Porto de Barros	Curso de Museus, MHN (1949).	Chefe da Seção de História do MHN (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 95)
Solon Leontsinis	Curso Técnico, Escola Superior de Agricultura de Viçosa (1929); Mestrado em Zoologia, na Universidade de Nebraska, (1940); Doutorado, Universidade de Iowa (1942).	Naturalista do Museu Nacional. LEONTSINIS, Solon. José Cândido de Mello Carvalho (11.VI.1914 - 21.X.1994). Homenagem da Sociedade Brasileira de Zoologia. <i>Rev. Bras. Zool.</i> , Curitiba, v. 12, n. 1, pp. 1-4, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81751995000100001&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 25 jun. 2017.
Therezinha de Moraes Sarmiento	Curso de Museus, MHN (1958).	Conservadora de Museus do MEC (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 136)
Yolanda Marcondes Portugal	Curso de Museus, MHN (1937).	Conservadora do MHN, Professora do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 46)
Wilma Teixeira Ormond	Botânica.	Naturalista do Museu Nacional. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/botanica/ Acesso em: 15 jan. 2017

Fonte: Elaborada pela autora, fontes indicadas na tabela

O regime de direção na maioria das associações é presidencialista, podendo optar por um conselho consultivo como instância de deliberação juntamente com a Assembleia dos associados. Na reunião de fundação da ABM, foi estabelecido que deveriam ser eleitos a Diretoria e o Conselho Deliberativo, conforme consta na ata de 5 de novembro de 1963 da ABM:

Para facilitar havia sobre a mesa, uma chapa com indicação de integrantes de vários museus, mas como o voto era secreto as substituições eram permitidas segundo opinião do votante. Surgiu um debate em torno das especificações relativas aos sócios efetivos elegíveis para a Diretoria e o Conselho Deliberativo. Após vários pronunciamentos e esclarecimentos por parte dos membros da Comissão e, afim de logo início, a Associação corresponder ao anseio de todos, foi dada nova redação ao artigo referente aos sócios efetivo e cooperadores. Lida a alteração foram os Estatutos aprovados unanimemente. Procedeu-se então a eleição.

Assim, a ABM teve sua primeira Diretoria composta por: Presidente - Regina Monteiro Real - Casa de Rui Barbosa; Vice-Presidente - Gerardo Raposo Câmara - Museu Imperial; Vice-Presidente - Pascoalina Stilben - Museu da Cidade (do Rio de Janeiro); 1º Secretário - Antônio Pimentel Winz – MHN; 2º Secretário - Dora Vidal Andrade – MAM Rio de Janeiro; Tesoureiro - Florisvaldo dos Santos Trigueiros - Museu do Banco do Brasil; e Bibliotecária - Carmen Quadros – MHN.



Figura 10: Fundação da ABM, 5 de novembro de 1963.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

O Conselho Deliberativo foi composto por: Alfredo Theodor Rusins - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Augusto Silva Teles - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Carmen Portinho – MAM Rio de Janeiro; Dulce Ludolf – MHN; Elza Ramos Peixoto – MNBA;

Francisco Marques dos Santos - Museu Imperial; Gerardo Carvalho - Curso do MHN; José Roberto Teixeira Leite – MNBA; Josué Montelo – MHN; Mário Barata – MNBA; Newton Santos - Museu Nacional; Solon Leontsinis - Museu Nacional; e Wilma Ormond - Museu Nacional. Nessa mesma reunião, foram indicados como sócios honorários: Rodrigo Melo de Franco Andrade, Heloísa Alberto Torres e Raimundo Castro Maya (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1963, pp. 1-8).

3.2.2. *Compromissos estatutários e ações estratégicas*⁴³

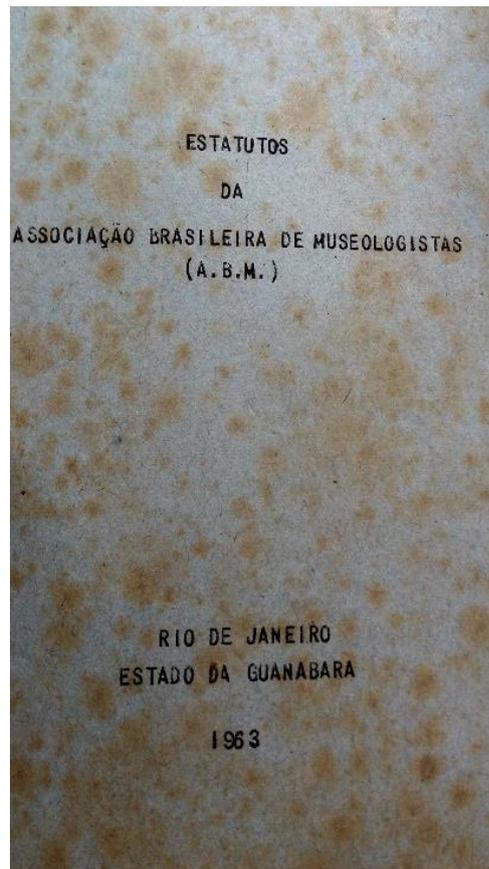


Figura 11: Capa do primeiro estatuto da ABM, 1963.
Fonte: Acervo NUMMUS.

A ABM foi registrada, no dia 19 de novembro de 1964, “no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Cartório Castro Menezes sob o nº 12895 no livro N. A6 e do Protocolo N. 33906. Livro Nº A3 – Av. Franklin Roosevelt 126, 2º and. s/205. Rio de Janeiro” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1966c, p. 57), e, destarte, começou a se organizar uma ação coletiva, por meio de um agente social com alto potencial articulador e estratégico, estruturado

⁴³ A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente, suposta pelo estruturalismo (que recorre por exemplo à noção de inconsciente). Ela é produto do sentido prático (BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004).

mediante associativismo profissional. Segundo Gomes (2011, p. 84):

A ação coletiva promovida pela sociedade civil é uma ação de organização dedicada, de modo quase que exclusivo, ao bem comum de sua coletividade, à produção de resultados e bens públicos que estejam disponíveis aos seus membros. Esse tipo de relação contribui para que o desenvolvimento da ação social ocorra em bases de expectativa coletiva, já que a existência de um interesse comum ou coletivo faz referência direta com o processo de identificação, reconhecimento, coerência e continuidade do grupo. Ao constituir uma identidade coletiva, a sociedade civil diminui a incerteza sobre seu próprio futuro, atribuindo ordem de preferências e adquirindo capacidade de desenvolver-se com estabilidade e segurança social.

A busca de soluções para os museus brasileiros, a afirmação da atividade museológica e a legitimação do exercício da profissão de museólogo contaram então com a Associação Brasileira de Museologia como um agente da transformação do campo. A ABM constituiu-se como uma entidade de classe que assumiu, nos idos dos anos 1960, o compromisso de congregar os profissionais atuantes na área museal, bem como as instituições dedicadas à Museologia e à preservação do patrimônio cultural (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1963a), no país, conforme o primeiro compromisso elencado no seu estatuto:

I - Congregar todos os técnicos e cientistas dos museus; os técnicos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; os membros de instituições e departamentos científicos tais como: jardins zoológicos e botânicos, herbários e aquários, planetários, serviços de preservação de recursos naturais, os membros de instituições culturais, artísticas e técnicas relacionadas com os museus; o pessoal administrativo de especialização museográfica; as pessoas interessadas em museus e seus problemas; os museus de diferentes categorias e as instituições afins (Idem, 1963a).

A ABM foi orientada também pelos objetivos de dignificar as profissões de museus e de colaborar no desenvolvimento da Museologia, bem como incentivar o intercâmbio cultural e científico dos museus:

II - Zelar pela defesa dos direitos e interesses dos que trabalham em museus e nas instituições acima referida, fiscalizando o exercício da profissão de museologista das diferentes categorias de museus, bem como as exigências para o preenchimentos desses cargos, em museus existentes ou a serem criados; incentivar o aperfeiçoamento técnico dos sócios desta Associação e seu aprimoramento cultural, através da promoção de cursos de especialização, de estágios, da concessão de bolsas de viagens de estudo no país e no estrangeiro (Idem, 1963a).

A ABM foi articuladora de um grupamento de pessoas que atuavam no campo museal, assumiu uma centralidade e se posicionou enquanto movimento pela sua capacidade de agregação de demandas. Essa associação se responsabilizou por representar os profissionais de museus, especificamente os museólogos, junto aos órgãos do governo, nos processos de enquadramento funcional e da regulamentação profissional, que se

desenvolveram enquanto argumentos e foram aderindo às formas institucionais. Destarte, a ABM atuou como representante legítimo junto ao DASP ao longo dos anos de 1960/1970, visando a um enquadramento funcional do museólogo em níveis que essa associação julgava compatíveis com a profissão, constituindo significativa manifestação de afirmação da profissão de museólogo, como será visto no próximo capítulo.

A ABM, inicialmente, reunia-se mensalmente. Na ata da reunião realizada em 19 de setembro de 1966, foi indicada a motivação da regularidade das reuniões, e se pretendia “[...] manter o ritmo de reuniões mensais, para que do esforço conjunto, de troca de ideias, fossem levados a bom termo os programas projetados” (Idem, 1966c). Assim também promoveu excursões e visitas técnicas coletivas entre os membros da associação. Em atas das reuniões da associação, há registros de técnicos e pesquisadores estrangeiros vindos ao Brasil, bem como de realização de viagens ao exterior por servidores públicos para participar de cursos, encontros, congressos promovidos por diversas instituições do campo museológico, com destaque para o ICOM.

Nas atas da associação, há registros sobre a participação dos museólogos em bolsas de intercâmbio, como as da Fundação Calouste Gulbenkian, da qual participaram, ainda na década de 1960: Marília Duarte Nunes, Ecylla Castanheira Brandão, Terezinha de Moraes Sarmiento, Mário Cruz, Sérgio Lima, Regina Liberalli Laemmert, Lygia Martins Costa, Maria Augusta Machado da Silva e Elza Ramos Peixoto. Para os Estados Unidos, ainda na década de 1960, foi Alfredo T. Rusins pelo Departamento de Estado Americano (Idem, 1966, pp. 57-73). O intercâmbio entre os profissionais se deu também por meio de visitas, dentre as quais se destaca, pela recorrência nos livros de atas da ABM, a Associação Portuguesa de Museologistas (APOM) (Idem, 1966c). Além do intercâmbio entre os profissionais, a ABM tinha como compromisso estatutário:

III - Incentivar o intercâmbio entre os museus e as instituições afins; colaborar no planejamento, na orientação e na assistência técnica aos museus e outras instituições quando solicitado; promover a utilização dos museus e outras instituições afins para divulgação científica, cultural e educativa; apoiar as instituições culturais em iniciativas relacionadas com museus (Idem, 1963a).

No que concerne à formação do capital social entre profissionais de museus, os eventos e cursos técnicos foram o local de aprendizado, de aperfeiçoamento profissional, encontro, troca de informações, de reflexão da prática, de problematização do trabalho e de discussão das políticas públicas voltadas para o campo museológico no Brasil. Destarte, a ABM, a fim de cumprir com sua finalidade estatutária, foi responsável pela realização de cursos técnicos, conferências, fóruns, congressos, seminários, encontros e debates, e principal agente de mobilização na luta pela regulamentação da profissão de museólogo – o que viria a acontecer em 1984.

Ainda na década de 1960, assumiu os congressos nacionais de museus, que constituíram as condições necessárias para a promoção oportuna de uma comunidade do campo museal e, posteriormente, do campo museológico. Promoveu ainda nesta década cursos voltados para “preparação para Guias de Museus” ou ainda sobre “História Comparativa de Música e Artes Visuais”. Como instituição reconhecida, foi convidada a participar do I Congresso Audiovisual de Educação, organizado pela Associação Brasileira de Educação, em julho de 1967, que, segundo a então presidente da ABM, Regina Real, “despertou grande interesse, pois que os museologistas sabem bem da importância e do papel dos museus na educação, sendo eles (os museus), audiovisuais por excelência e vivência” (Idem, 1967). Não somente se interessaram por temas da educação, a ABM também promoveu aulas do curso de Crítica de Arte, que foram ministradas por Frederico Moraes. Esse foi um dos seus compromissos estatutários:

IV - Promover e difundir os conhecimentos técnicos, científicos e museológicos através de publicações e de outros meios de difusão; publicar regularmente um boletim informativo; incentivar a realização de seminários de caráter nacional e regional (Idem, 1963a).

A ABM não somente promoveu eventos, como participou de outros de diversas organizações, sobretudo os promovidos pelo ICOM, como os Congressos Internacionais de Museus. Desde sua fundação, a ABM buscou também difundir os conhecimentos museológicos que estavam sendo discutidos através de publicações, sobretudo por meio de boletins, haja vista as dificuldades de recursos da associação. O primeiro boletim da ABM foi elaborado por Ecylla Castanheira Brandão e Regina Monteiro Real, no ano de 1967, sendo enviado pelo correio aos demais sócios, “bem como para entidades no estrangeiro tais como a Associação Portuguesa de Museologistas (APOM), ICOM, UNESCO”, conforme consta no relatório da diretoria da associação (Idem, 1967, pp. 88-99). Segundo Fonseca (2008, p. 198), as associações recorrem a diferentes formas de divulgação:

Independentemente do conteúdo, das tiragens, da distribuição, da periodicidade e da perenidade ou não das publicações [...] as associações viam os veículos impressos como meios eficientes de atingir seus associados, a sociedade e o Estado, ainda que, na prática, as dificuldades financeiras restringissem fortemente a possibilidade de publicarem.

No Boletim nº 1 da ABM, no ano de 1981, a então presidente, Therezinha Moraes Sarmiento, registrou uma demanda por publicação ao expor a ideia da criação da revista da associação:

Não dispondo as instituições museológicas, no Brasil, de organismos incumbidos de comunicar o que fazem, a pouca ênfase que vem sendo dada a muitas iniciativas positivas levadas a efeito por parte de integrantes da museologia, tem contribuído para que exista um desconhecimento quase que

generalizado dos trabalhos de elevado alcance educativo-cultural realizado pelos Museólogos do Brasil. Evidente que é que essa falha, além de minimizar o âmbito do conhecimento público pelos seus trabalhos, impede uma identificação mais ampla da importância do papel do Museólogo no contexto cultural do País. Há muito sentíamos a ausência de um espaço em que pudéssemos transmitir ideias, emitir opiniões, e que servisse de elemento de ligação entre os profissionais da área museológica.

A revista da ABM preencherá uma lacuna no campo editorial e de informação regular sobre a museologia, no Brasil, tanto na área acadêmica como na pesquisa e experimentação, permitindo maior e mais eficiente troca de ideias e experiências entre os profissionais de Museu dos diversos Estados do Brasil.

Nossa pesquisa não encontrou registros sobre essa publicação, além dessa comunicação no boletim da associação. A revista da ABM pretendia-se de circulação nacional e “aberta a contribuições providas de todas as regiões do País” (Idem, 1981b). A necessidade de uma base de publicações foi uma demanda do campo e na década de 1980 foi apontada também por Stránský (1980) como essencial para o desenvolvimento da Museologia, que, segundo esse autor, encontrou-se em “estágio de formação e de separação de outras ciências”, inclusive a publicação do MuWoP em que ele escreveu seu artigo, foi uma iniciativa do ICOFOM para atender a essa demanda.

Desde sua fundação, a associação tinha clareza da necessidade de estabelecimento de canais de comunicação em todo território nacional. Foi preciso, portanto, ampliar articulação para além do Rio de Janeiro. A criação dos núcleos regionais assumiu um caráter multiplicador, servindo de suporte e apoio à ABM, tendo como principal característica institucionalizar um espaço de diálogo, de ação política para além da sede e foro da Associação.

Para tanto, foi proposta a criação de comissões regionais. Em ata do dia 19 de setembro de 1966, na qual foi apresentado um relatório das atividades da diretoria da associação até aquela data, foi verificado que a ABM contava até então com “121 sócios efetivos e cooperadores, sendo 7 dos Estados (2 do Ceará, 1 do Amazonas, 1 do Amapá, 1 de Sta. Catarina, 1 do Paraná e 1 do Rio Grande do Norte)” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1966c, pp. 57-73). Em ata de 17 de julho de 1967, a diretoria da ABM apresentou um relatório de atividades, no qual constam 138 sócios (Idem, 1967, pp. 88-99).

No Boletim da ABM, de 1968, foi narrada a fundação da primeira comissão regional no Rio Grande do Norte, em outubro de 1967, por Claudio Augusto Pinto Galvão. Na década de 1980, houve representações estaduais no Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Brasília (Idem, 1986). Entretanto, Coelho (2015, p. 126) observa que, mesmo com o registro das comissões regionais, havia clara dificuldade de troca de informação com museólogos de outros estados, e essa dificuldade de comunicação com museólogos de outros estados acarretou uma centralização das demandas.

CAPÍTULO 4
A ABM E A REGULAMENTAÇÃO DA
PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO NO BRASIL

4. A ABM E A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO NO BRASIL

Dentre as diversas ações desenvolvidas pela ABM, sua atuação em prol dessa regulamentação teve destaque, haja vista que essa Associação foi um dos agentes estratégicos para a realização deste marco na distinção de quem está dentro e fora desse campo. Destarte, foram identificadas as ações administrativas e políticas da ABM em prol da regulamentação, objetivando entender seu papel na configuração do espaço de institucionalidade do campo profissional da Museologia no Brasil.

4.1. Situação da profissão de conservador de museus/museólogo nas décadas de 1940 a 1960: o enquadramento junto ao DASP

Segundo Miglievich-Ribeiro (2015), no Rio de Janeiro, as décadas de 1930, 1940 e 1950 ofereceram um claro exemplo da multiplicação dos círculos sociais. Os grupos intelectuais foram se expandindo, principalmente, com a criação de instituições e órgãos do Estado a exigir competências específicas e a remunerar funcionários para o desempenho de funções bem determinadas. Na área da cultura, da ciência e da educação, ensaiaram-se os primeiros passos para que se conformasse uma autoridade - através de cargos - que definisse as regras das atividades culturais. Nesse cenário, sobretudo, nas décadas de 1940 e 1950, o universo dos museus brasileiros vivenciou significativas transformações, registrando um esforço pela profissionalização da área por meio de diversas ações relacionadas ao patrimônio cultural, alcançando o que Rangel (2011) denomina como anos dourados.

Ainda na Era Vargas, se deu a criação do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), em 1938, que foi o órgão do governo federal responsável por viabilizar a reforma administrativa do serviço público, isto é, equipar o Estado com racionalidade administrativa, mediante a “modernização” da burocracia e estabelecimento de critérios para a avaliação da capacidade no recrutamento do funcionalismo, implantando-se os concursos como forma de seleção do servidor público (SILVA, 2010, apud SILVA, 2013, p. 63). Esta última finalidade visava atender à demanda de “neutralizar as disputas políticas” e destarte, “valorizar a capacidade técnica e o mérito, em detrimento da indicação política” (Idem, p. 63). Esse processo de estruturação de uma racionalização administrativa, segundo Santos (2008), representou um contexto de expansão das funções estatais e conseqüentemente de serviços

prestados pelo Estado, o que implicaria a criação de carreiras públicas, dentre elas a de conservador de museus.

O campo museal foi marcado por um quadro instável de funcionários, no decorrer do século XX, a despeito dos anos dourados elencados por Rangel (2011). Uma sinalização oficial da insatisfação dos profissionais acerca do enquadramento funcional dos conservadores de museus junto ao DASP foi realizada por Gustavo Barroso, enquanto Diretor do MHN, mediante um documento para a revisão dos vencimentos desse funcionário civil, encaminhado, em maio de 1954, para a Comissão do Plano de Classificação e Cargos do DASP.

O documento constituiu-se em um memorial sobre a carreira de conservador, no qual Barroso discorreu sobre as equivalências entre as funções e os objetivos dos profissionais dedicados aos estudos naturalistas e os conservadores de museus, bem como questionou o enquadramento diferenciado desses profissionais na tabela de níveis daquele órgão, haja vista que cumpriam funções similares. Para ele:

Foi com certo espanto que esta Diretoria tomou conhecimento da posição atribuída aos Conservadores de Museu na publicação nº 2 da Comissão do Plano de Classificação de Cargos para a Revisão dos níveis de Vencimentos do Funcionalismo Civil da União. Com certo espanto, está bem dito, pois, nas tabelas constantes da referida publicação os Conservadores de Museu figuram sob a rubrica Educação e Cultura nos níveis 12, 13 e 15, enquanto os Naturalistas do Museu Nacional, pertencentes ao serviço técnico e científico, ocupam os níveis 14, 16 e 18, como se não fôsem similares esses cargos, com a única diferença de se se ocuparem os Conservadores de Museu de ciências como a História, a Iconografia a Paleografia, a Etnografia, a Numismática, a Biblioteconomia, a Arqueologia, e a Diplomática, e os naturalistas com as ciências denominadas naturais: Geologia, Zoologia, Botânica, etc., ou será - pergunta-se - que há hierarquia entre os ramos superiores do saber humano? Além disso, do exame das citadas tabelas se verifica que, permanecendo nesse nível, sem a menor razão, tôda a Carreira de Conservador de Museu sofre a humilhação e a injustiça de ser considerada inferior à de Naturalista. No entanto, as funções e objetivos são idênticos: se o último conserva e pesquisa o material etnográfico, zoológico, botânico ou geológico, o primeiro conserva e pesquisa o material histórico, artístico, numismático ou paleográfico. Em que poderá ser o estudo e o trabalho de um superior ao trabalho do outro? (BARROSO, 1947, pp. 229-230).

Lygia Martins Costa, em 1982, no seu parecer no processo de regulamentação, destaca que havia resquícios desse entendimento ainda nos anos de 1980 e a ele atribui um “entrave ao acerto”. Segundo a autora:

Se na maioria dos países já há um consenso desse profissional, entre nós a

situação ainda é confusa. Isso porque, até agora, o problema não foi determinadamente pensado. A velha ideia de que os especialistas dos museus de ciências naturais e tecnologia dispensam formação especializada na área museológica, ou a de que essa formação prescinde de um embasamento cultural-científico sólido nos campos em que se ocupam os museus de história e arte, tem se constituído em entrave ao acerto (COSTA, 2002, p. 65).

Rússio (2010e) destaca que os museus não dispunham de um quadro estável de funcionários e que isso fazia com que muitos deles fossem dirigidos por pessoas sem formação ou experiência. Na avaliação de Rússio (1977, p. 121), essa prática seria uma das responsáveis pela manutenção da elitização do museu:

Gerindo coleções que são patrimônio do Estado e como este é um "senhor" (dominus) abstrato e longínquo, o Diretor de Museu se sente "dono e senhor" dos tesouros que guarda e que deveria preservar: Suserano sem muitos vassallos, julga-se quase sempre mais que curador vitalício – que muitas vezes consegue ser – aquele que vai indicar o seu sucessor: os museus são, assim, pequenos feudos onde as relações são pessoais e não em função de cargos com atribuições formalmente definidas.

Para Rússio (2010a), a elitização do museu no Brasil não esteve apenas em seu ambiente e em sua exposição, mas se trata também da elitização dos funcionários dessas instituições. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, observa que:

Com o declínio da velha lavoura e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente pela vinda, em 1808, da Corte Portuguesa e depois pela Independência, os senhorios rurais principiam a perder muito de sua posição privilegiada e singular. Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente cidadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais. É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos (HOLANDA, 1984, p. 50).

Os filhos de famílias tradicionais se ocuparam principalmente das funções públicas “porque estas representam ao menos teoricamente um *munus*; e, sob este eufemismo, disfarçam-se as sinecuras criadas para atender as novas necessidades de um segmento social” (RÚSSIO, 2010a, p. 94). Com referências a Sérgio Buarque de Holanda, Rússio (1977, p. 40) sublinha que:

[...] há, no brasileiro, “um apego virtual às coisas da inteligência”, dentro da própria burocracia se vai criar o conceito de que os mais inteligentes e talentosos dirigir-se-ão para as coisas da educação e da cultura, e, entre elas, o museu, ao qual agregam um conteúdo quase religioso. Esse traço arcará todo o Brasil Reino Unido, Brasil Império, continuará na República nascente e deixará sulcos profundos até os nossos dias.

A despeito de questionar uma hierarquização “entre os ramos superiores do saber humano”, Gustavo Barroso alegou haver um desconhecimento por parte daquele órgão acerca da atividade profissional do conservador de museu, quando hierarquiza e faz distinção entre atividade intelectual e manual. Ao argumentar que “a palavra Conservador presta-se à interpretação acima aludida por ignorância ou malícia. Por isso, muitas vezes se pretende rebaixar o cargo assim nomeado, porque ao seu nome atribuem funções de condição inferior como guarda ou limpeza de materiais e edifícios” (BARROSO, 1947, p. 230), pode-se atrelá-lo a uma mentalidade da época de valorização das atividades que exigiam nível superior na educação, ou ainda, como ressalta Holanda (1984, p. 50), que “trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros”. Ainda segundo o autor:

Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços, tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parecer, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas que pertencem às classes servis (HOLANDA, 1984, p. 51).

Apesar do campo museal ter sido alvo de políticas públicas oficiais, reconhecido e amparado por agências governamentais criadas para atuar no setor cultural, no governo Vargas, os museus ficaram sob direção de profissionais e intelectuais diversos, que fugiam à formação de museólogos, tais como historiadores e críticos de arte, dentre outros. E, não obstante Barroso questionar a hierarquização com “ramos superiores do saber humano” e fazer distinção de atividades profissionais como guarda e zelador, a escassez de museólogos em direção de museus pôde expressar um entendimento ou a imagem, à época, do conservador de museus mais ligado às técnicas e menos à produção intelectual. Guardadas as peculiaridades da formação da profissão em cada país, houve uma imagem análoga em relação aos conservadores franceses. Sobre esse grupo social, no decênio posterior ao texto de Barroso, Bourdieu (2007, pp. 144-145), em “O amor pela arte”, destaca:

O princípio de todas as características sociológicas desse grupo não deve ser procurado em sua reduzida importância numérica, nem no sistema de recrutamento que se limita a manifestar sua lógica e garantir, logicamente, sua perpetuação; de fato, ele reside na sucessão de acasos, iniciativas individuais e decisões administrativas que, em vez de organizar o estado de fato, tendem a legalizá-lo. Daí, surgiu uma instituição com funções diversas e mal definidas e, sobretudo, com a imagem subjetiva e objetiva de uma “tarefa”

que, participando da arte e dos valores sagrados e inefáveis da salvação cultural, sente repugnância em se deixar confinar em quadros burocráticos de um simples ofício. Eis a razão pela qual a verdadeira natureza dessa “sociedade” tradicional nunca apareceu tão claramente a não ser em face da provação suscitada pelo estatuto de 1945, tentativa tímida de racionalização. Com efeito, o estatuto dos museus, contemporâneo da criação da *École nationale d'administration*, esforçava-se por impor, à corporação dos conservadores, as regras que regem os serviços públicos, tanto em matéria de carreira ou de definição das funções, estabelecendo uma dissociação, por exemplo, entre a função administrativa e a qualificação científica, ou criando um grupo de executivos. Nesta sociedade tradicional, segundo um processo conhecido por especialistas da aculturação, a prova da racionalidade desencadeou - entre outras coisas - um conflito agudo entre as gerações que é vivenciado pelos mais antigos como oposição de amadores desinteressados contra “cientistas” ambiciosos.

Barroso, em atenção às exigências do DASP, à época, para classificar uma atividade profissional, discorreu também sobre a formação universitária desse profissional e a submissão à defesa de tese como condição para concurso público, apesar do equívoco da não aplicação desta no último realizado, compondo, assim, um conjunto de requisitos, que, segundo ele, em nada diferiu, portanto, dos parâmetros requisitados aos profissionais naturalistas (BARROSO, 1947). O autor conclui que:

Nenhuma razão de peso milita, por conseguinte, para que se mantenha a diferença de classificação entre Naturalistas e Conservadores de Museu. Esta Diretoria tem fé no espírito de justiça da douta e ilustre Comissão, está certa de que, devidamente esclarecida aos que neste memorial se articula, dará ganho de causa aos que se julgam injustiçados. Na defesa dos mesmos, não entra visando qualquer interesse pessoal, mas unicamente a pura justiça da causa e a defesa da carreira de Conservador, pois o rebaixamento do seu nível de salário terá como consequência lógica o rebaixamento de sua qualidade. Isto já se evidenciou com a inexplicável supressão da defesa pública de tese no último concurso, o que permitiu a entrada no quadro de elementos menos preparados do que nos anteriores. Se o cargo de Conservador de Museu fôr mal considerado e mal pago, não atrairá pessoal de melhor preparação, pouco a pouco se inferiorizará e isso será terrivelmente prejudicial ao serviço público no futuro, pois aos Museus do Estado faltarão pesquisadores e classificadores competentes (BARROSO, 1947, pp. 229-230).

O Curso de Museus nessa época começou a consolidar seu espaço ao formar profissionais e servidores para atuarem, principalmente, em museus de História e Belas Artes. Entretanto, houve “divergências mercadológicas” no campo museal manifestadas na época: um de atuação dos museólogos formados no Curso de Museus do MHN, qualificados ao trabalho em museus de História, Belas Artes e Arte Religiosa, mantidos pela Igreja ou pelo Poder Público; outro núcleo relacionado à prática em museus de Ciências – vinculados às universidades –, aos museus de Arte Moderna e Contemporânea – mantidos por particulares

– e em museus etnográficos – que priorizaram profissionais de outras áreas. (CRUZ E SOUZA; MORAES, 2013). Nesse contexto, começou a se estruturar um campo museológico e a clivar um grupo de status. A situação denunciada por Gustavo Barroso permaneceu ainda no começo da década de 1960. Destarte, os museólogos começaram a buscar a regulamentação do seu exercício profissional, não somente pela disputa de um espaço de atuação, mas também pela dignidade da profissão.

Os museólogos brasileiros iniciaram a década de 1960 questionando novamente o enquadramento no DASP e esboçaram os primeiros projetos para regulamentar a profissão. Nesse cenário, haja vista a alegada equivalência dos cargos, os conservadores de museus buscaram um reenquadramento funcional semelhante não somente ao dos naturalistas do Museu Nacional, mas também ao dos bibliotecários, previsto na lei que regulamenta sua profissão, à época, também pertencentes ao nível técnico científico, conforme o primeiro projeto que visava regulamentar a profissão de museólogo, elaborado pelo conservador do MHN, Antonio Pimentel Winz.

A ABM, então recém-criada, assumiu o encaminhamento e o acompanhamento dos pleitos dessa categoria profissional junto ao DASP. Em 5 de dezembro de 1963, a associação deu entrada no DASP do requerimento de inclusão da carreira de conservador entre as de nível técnico-científico “reforçando-o com uma conversa pessoal com o então Presidente dessa entidade, Sr. Carrazzoni”. Ainda aos 30 de dezembro daquele mesmo ano, foi entregue, em mãos, ao ministro do MEC, Júlio Furquim Sambaqui, exposição de motivos solicitando o aumento do quadro de conservadores e a abertura de concursos com a finalidade de serem aproveitados e nomeados os diplomados pelo Curso de Museus do MHN, formatado em um “Memorial dos Conservadores de Museu” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1966c, pp. 67-69).

Não somente buscaram um reenquadramento funcional naquele órgão, como também demandaram aumento de funcionários no quadro de conservadores. Esse assunto foi discutido em reunião na ABM, quando foi acordada a elaboração de documento a ser assinado pelos diretores de museus, com tal reivindicação. Nesta mesma reunião, foi comentado que Pimentel Winz havia entregado ao deputado Muniz Falcão, no dia 27 de novembro de 1963, um “Memorial dos Conservadores” (Idem, 1963b, pp. 9-11).

Em 1964, a presidente da ABM, Regina Real, apresentou, ao DASP e ao Ministério de Educação e Cultura, reivindicação da classe para regulamentação da carreira, sendo também entregue, em mãos, ao ministro solicitação do aumento (duplicação) de vagas para

conservadores (Idem, 1964a, pp.12-14), sendo reforçado pessoalmente com André Carrazzoni⁴⁴, dirigente do DASP. A resposta desfavorável do DASP veio em 10 de abril de 1964, conforme expôs Regina Real em reunião da ABM (Idem, 1964b, pp.15-18). A inviabilidade de recurso, naquele momento, foi creditada à mudança de governo que o país passou naquele período, poucos dias após o Golpe Militar de 31 de março de 1964⁴⁵.

Nessa mesma reunião, ratificou-se a insistência no pleito dos 15% na tabela do DASP, referentes ao nível universitário que havia sido negado por esse departamento, haja vista não ter ocorrida defesa de tese no último concurso, única exigência considerada por esse órgão para emissão do parecer. Sigrid Barros alegou então que a condição primordial para a obtenção do nível universitário seria apenas a formação pelo Curso de Museus, que, desde 1951, contava com o mandato universitário. Florisvaldo dos Santos Trigueiros narrou também o prejuízo que vinha sofrendo no Museu do Banco do Brasil por seu enquadramento como assistente administrativo e não técnico, como sugeria sua formação como museólogo e função especializada de Conservador. A presidente da ABM, Regina Real, propôs então a elaboração de um memorial para ser “apresentado ao Dr. Calaza e ao Diretor do DASP”, sugerindo a reconsideração pelo diretor daquele departamento e a regulamentação da profissão, bem como o “apoio do ministro (por ser sua atribuição exclusiva)”. Sugeriu-se ainda que este documento discorresse também sobre a não exigência de diploma para ingresso da carreira e que fosse solicitada a equidade aos bibliotecários, considerando a duração de três anos do curso de formação de ambos.

Em 27 de julho de 1964, foi encaminhado ao DASP um novo “Memorial dos Conservadores”, no qual solicitou-se àquele órgão a inclusão da carreira entre as de nível universitário e o reenquadramento funcional. Com o intuito de dar andamento ao processo, uma representação da ABM esteve em Brasília, em meados de agosto, levando, pessoalmente, o memorial do DASP ao procurador-geral da República, Adroaldo Mesquita, o qual deu parecer favorável, sendo em dezembro daquele ano ainda, homologada a passagem para os níveis universitários 19 e 20. Em reunião no mês seguinte, foi informado o encaminhamento do memorial reivindicatório sobre a carreira do conservador, acompanhado

⁴⁴ André Carrazzoni, jornalista, pai da museóloga Maria Elisa Carrazzoni, foi diretor do DASP entre 1963-1964. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carrazzoni-andre>. Acesso em: 05 out. 2016.

⁴⁵ Para Santana (1999, p. 104, apud SILVA, 2013, p. 29), o movimento dos trabalhadores experimentou uma supressão do espaço de ação depois do golpe militar de 1964, restringindo-se ao interior das fábricas. Esse quadro se reverteria dez anos mais tarde, na medida em que “a reemergência do movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados sem levá-lo em consideração”.

dos ofícios de Josué Montello⁴⁶, e Américo Lacombe sugeriu o encaminhamento e requerimento ao judiciário (Idem, 1964d, pp. 23-24).

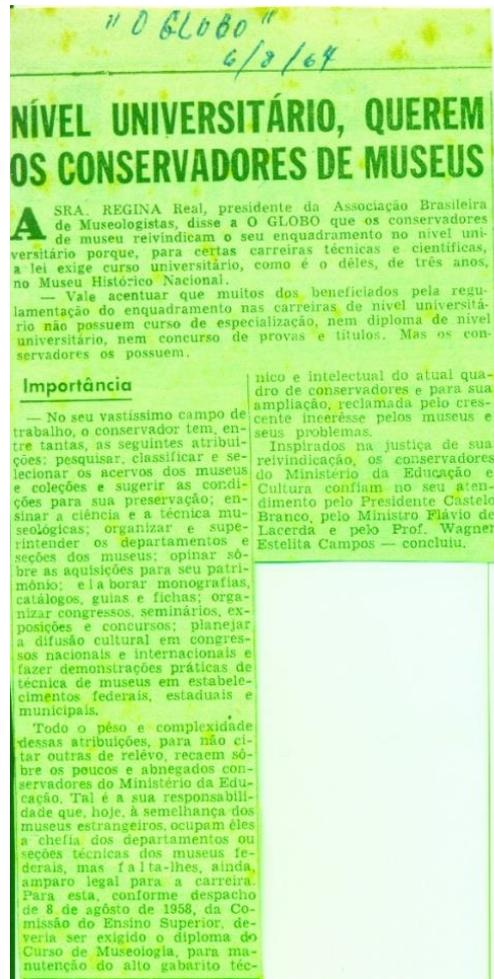


Figura 12: “Nível universitário, querem os conservadores de museus”.
In: O Globo, 06 de agosto de 1964.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Em reunião realizada no dia 5 de abril de 1965, Heloísa Alberto Torres⁴⁷ propôs que o Conservador de Museus seria o elemento com nível superior e que deveria haver uma carreira inicial de auxiliar de conservador “para as pessoas mais moças” (Idem, 1965a, pp. 30-33). Antonio Pimentel Winz demonstrou que este projeto já havia sido apresentado na Câmara dos

⁴⁶ Josué Montello foi Diretor do MHN e do Curso de Museus no período de 1959/1967.

⁴⁷ Em 1936, na qualidade de vice-diretora do Museu Nacional, a antropóloga Heloísa Alberto Torres envolvia-se diretamente nos debates acerca da criação do Serviço do Patrimônio. Segundo Miglievich-Ribeiro (2015), ela foi responsável pelo treinamento de novos profissionais, pela incorporação de novos atores e pela sustentação de padrões de desempenho, através da alocação de meios e recompensas para o exercício intelectual, criando uma rotina garantidora da convivência intelectual. À época, Heloísa Alberto Torres era membro da ABM e esteve à frente do ICOM BR entre 1961 e 1971 (COELHO, 2015), quando conduziu o IV CNM de 1965, realizado no Rio de Janeiro.

Deputados dois anos antes e que estava estacionário até aquela data. Foi formada uma comissão composta por Regina Real, Jenny Dreyfus e Pimentel Winz, para procurar Themístocles Cavalcanti, político e jurista, a fim de ouvi-lo sobre a questão. Esta pesquisa não encontrou relatos sobre esse propósito, além do episódio da formação da comissão e seu intento.

A ABM manteve a regularidade de reuniões mensais. Numa delas, a de 6 de junho de 1966, foi abordado por Alfredo Rusins “o problema do despovoamento dos museus pelos técnicos que vão se aposentar”, no qual ele alega que “um Conservador não se improvisa” e é apontado que não era realizado concurso “há mais de 16 anos” (Idem, 1966c, pp. 57-73). E mais uma vez, a ABM expôs a situação à imprensa, sendo desta vez registrada no *Diário de notícias*, em 21 de junho de 1966:



Figura 13: “Museus estão sem conservador: último concurso foi em 1950”.

In: *Diário de Notícias*, 21 de junho de 1966.

Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Naquela mesma reunião, Gerardo Alves de Carvalho, formado pelo Curso de Museus em 1948 e, depois, professor de Etnografia, apontou que a não realização de concursos e a falta de mercado de trabalho causaram desestímulo à procura pelo Curso de Museus, que, segundo ele, também passou pelos inconvenientes da ausência de professores assistentes.

A escassez de concursos para a área permeou a pautas da ABM. Na ata da reunião, do dia 19 de setembro de 1966, falou-se sobre o concurso para a carreira de conservador pelo DASP aberto naquele ano, de acordo com normas apresentadas por uma comissão de membros da ABM: Lygia Martins Costa, Dulce Ludolf e Regina Monteiro Real. No primeiro boletim da ABM, em 1966, foi noticiada a abertura pelo DASP de concurso para a carreira de Conservador de Museu após dezesseis anos de interrupção. No segundo boletim, em 1968,

constou nota sobre a abertura daquele concurso: “após mais de quinze anos foi aberto concurso à carreira de Conservador de Museu”, em que se congratularam os aprovados, mas lastimou-se a raridade de tal iniciativa dos poderes públicos no pesar da necessidade de tais profissionais, “há trinta anos os mesmos 30 integrantes do início” (Idem, 1968a). No final da década de 1960, seguiram notícias nos jornais sobre a ausência de concursos para a área:

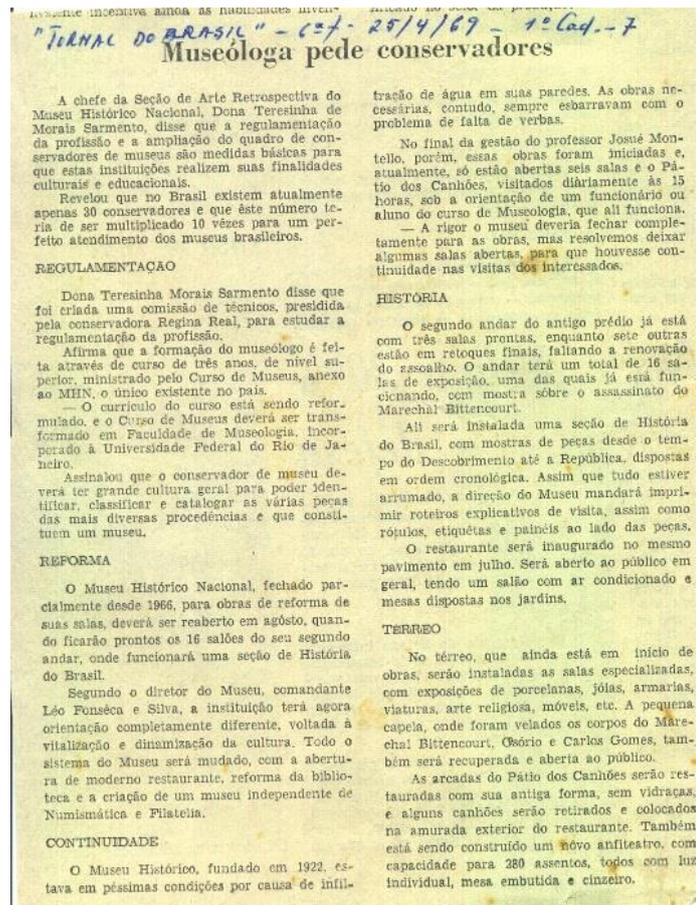


Figura 14: “Museóloga pede conservadores”.
In: *Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1969.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

A carência de profissionais da década de 1960 evidenciou um descompasso entre a formação de museólogos e seu exercício efetivo nos museus, assim como a existência de instituições não assegura que estejam em uma relação que não assegura a capacidade de impactar o campo. No final da década de 1960, o cenário foi de um lado, museus sem museólogos; de outro, museólogos sem museus.

4.2. Os primeiros anteprojetos: formulações e articulações da ABM

Os requisitos e atribuições para a formação foram definidos nessa época pelo Curso de Museus, entretanto, buscaram-se também parâmetros para regulação do exercício profissional do museólogo, a fim de dignificar a atividade trabalhista nos museus, o que foi sustentado pela ABM. Na esteira da busca por reconhecimento e legitimação profissional, por meio do credenciamento legal da atividade profissional e do estabelecimento de direitos e deveres trabalhistas equiparados às funções liberais, juntamente com a insatisfação com o enquadramento funcional previamente registrada no memorial para a carreira de conservador elaborado e encaminhado ao DASP em 1954, por Gustavo Barroso, culminou-se o projeto para regulamentar a profissão de museólogo proposto em reunião realizada em 12 de setembro de 1962, no MHN (BISERRA, 2013).

Essa primeira iniciativa formal assinada pelo conservador do MHN, Antônio Pimentel Winz, tomou por base a proposta de regulação do exercício da profissão de bibliotecário publicada no Diário Oficial em 27 de setembro de 1961 e que se tornou a Lei 4.084/1962, bem como a Consolidação das Leis do Trabalho (Lei 5.452/1943). O projeto do MHN/1962 dispôs sobre a profissão de museólogo e a regulação do seu exercício, e no Artigo 1º, a designou como privativa dos diplomados no Brasil em “ciências afins com as suas especialidades de conformidade com as leis em vigor”, enquadrando a designação profissional desta categoria no grupo 2º do quadro das profissões liberais da época, isto é, ligada à:

Confederação Nacional de Educação e Cultura – Empresas de difusão cultural e artística – Museus e laboratórios de pesquisas (tecnológica) – Empregados de museus e laboratórios de pesquisas (tecnologistas), anexo ao Decreto-lei nº 5425 de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho, 1943).

No anteprojeto elaborado no âmbito do Museu Histórico em 1962, o exercício da profissão de museólogo, segundo o seu artigo 2º, só seria permitido:

- a) aos Conservadores de Museus Históricos e Artísticos, portadores de ; diplomas expedidos pelo Curso Superior do Museu Histórico Nacional;
- b) aos Conservadores do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, portadores dos diplomas de que trata a letra a ou de faculdades afins oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;
- c) aos Antropólogos; Botânicos; Etnólogos; Geólogos; Paleontólogos; Zoólogos etc. que trabalhando em Museus, sejam portadores de diplomas de Faculdades de Filosofia ou Faculdades afins oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas
- d) aos atuais profissionais especializados, possuidores de diplomas de nível universitário superior, constituem pelos seus elevados conhecimentos, peças indispensáveis no complexo mecanismo dos museus históricos, artísticos ou

científicos: restauradores de cerâmicas, pinturas, estátuas e outras obras de arte.

O anteprojeto do MHN/1962 foi encaminhado para o Congresso Nacional por meio do deputado Muniz Falcão (PSP/AL), que o apresentou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 801 de 1963, em 12 de agosto de 1963. Esse foi o primeiro projeto para a regulamentação da profissão de museólogo, encaminhado para a Câmara dos Deputados (BISERRA, 2013). Dispôs sobre a profissão de conservador de Museu, museólogo, auxiliar técnico⁴⁸ e regulou seu exercício, alocando-a no grupo 2º das profissões liberais previsto no anexo da CLT/1943, isto é, na Confederação Nacional de Educação e Cultura, empregados de museus e laboratórios de pesquisa (tecnologistas). Pelo PL 801/1963, só seria permitido o exercício da profissão de conservador de museu, museólogo e auxiliar técnico aos seguintes profissionais:

- I) Aos Conservadores:
 - a) de Museus Históricos e Artísticos, portadores de diplomas expedidos pelo Curso Superior do Museu Histórico Nacional;
 - b) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, portadores dos diplomas de que trata a letra a ou de faculdades afins oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas.
- II) Aos Antropólogos; Botânicos; Etnólogos; Geólogos; Paleontólogos; Zoólogos etc. que trabalhando em Museus, sejam portadores de diplomas de Faculdades de Filosofia ou Faculdades afins oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;⁴⁹
- III) Aos museólogos e restauradores de artes plásticas;
- IV) Aos Auxiliares técnicos especializados (preparadores dos laboratórios zoológicos ou de ensaios minerais para microscópios meta[?]ográficos, desenhistas, fotógrafos de assuntos históricos ou microfotografias,

⁴⁸ Fazia, portanto, uma distinção entre o Conservador de Museus e o Museólogo, e ainda previa o auxiliar técnico, carreiras estas que, desde os primórdios da Museologia no Brasil, se misturavam em suas atribuições e funções, e cujas nomenclaturas foram mudando e diversificando seus significados no decorrer do século XX: conservadores de museus, técnicos de museus, museologistas e museólogos. Além das nomenclaturas em si, era complexo arbitrar quem seria o profissional museólogo e sua formação, haja vista que, nesse período, década de 1960, só havia o Curso de Museus do MHN e ainda há que ser considerada a natureza essencialmente interdisciplinar deste campo, e que, à época, se interseccionava com atribuições de outros ofícios, sobretudo, com a diversidade de agentes da área do Patrimônio. Talvez por isso, a inclusão, como Conservadores, no projeto do MHN/1962 e no PL 801/63, dos profissionais atuantes no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme o Artigo 2º. Eram considerados museólogos por este projeto, os egressos do Curso de Museus do MHN, que, só ao se submeterem a concurso público de provas e títulos, poderiam, então, ingressar na carreira de Conservador de Museus (BISERRA, 2013).

⁴⁹ A inclusão desses profissionais ligados às ciências naturais deveu-se, possivelmente, à orientação do Curso de Museus direcionada à formação de Conservadores para Museus de História e/ou para Museus de Artes, excluindo-se da sua formação a discussão sobre Museus de Ciências e o estudo de coleções científicas que não as compreendidas como etnográfica ou arqueológica (BISERRA, 2013). Ficando, informalmente, a cargo dos chamados “naturalistas”, antropólogos, botânicos, zoólogos, dentre outros, lidar com ciências naturais nos museus, sobretudo, no Museu Nacional e de outras agências científicas, onde os Conservadores/Museólogos não eram considerados suficientemente preparados para cuidar dessas coleções nem as interpretar (SCHEINER, 1988). Cabe ressaltar que, ao trabalhar em museus, a eles era exigida formação também em faculdades de Filosofia ou faculdades afins.

entalhadores, moldadores ou enformadores.

Na justificativa do projeto de lei, o deputado retomou a perspectiva do Memorial de Conservadores elaborado por Gustavo Barroso e aludiu à “atividade análoga” em outros países como os *Conservateurs* do Louvre e de outros museus franceses que “[...] ombreiam com os mestres das célebres universidades de Paris, Sorbonne, Estrasburgo” e ao *Curator* na Inglaterra e Estados Unidos, que gozava de “altas prerrogativas para o desempenho de seus misteres nos museus onde trabalha”. O deputado também retomou o argumento de Barroso acerca do desconhecimento da profissão, “mau grado o trabalho que desenvolvem na preservação dos nossos bens culturais, sendo inclusive confundida com os empregados profissionais que se dedicam à limpeza e conservação dos escritórios, edifícios públicos etc.”. (BRASIL, 1963, p. 5.371). Ainda segundo o deputado:

No nosso País, os Conservadores de Museus constituem um grupo de técnicos altamente especializados, a maioria com curso universitário no Brasil e estágios culturais em vários países europeus e americanos. Os Museólogos após o término do Curso de Museus, no Museu Histórico Nacional (duração de três anos), ficam estagiando nas diversas divisões do mesmo, aprimorando-se teórica e praticamente, sob a orientação dos Conservadores de Museus. Somente após concurso público e provas de títulos ingressam na Carreira de Conservador de Museu.

O Projeto de Lei 801/1963 foi arquivado em 9 de março de 1967, conforme consta no Diário do Congresso Nacional (BRASIL, 1967, p. 554). Assim, o intento de regulamentar a profissão de museólogo começou a ser forjado pouco antes da ABM se constituir e foi ao fim e ao cabo o motivo mor de sua criação.

A ABM então, desde sua fundação, assumiu estatutariamente o compromisso que era inerente à ação associativista naquele momento: legitimar e regulamentar a função social da profissão de museólogo. Segundo Fernandes (2014, p. 25):

as gestões da ABM pautaram suas plataformas nesta questão, condição *sine qua non* para toda a classe de profissionais de museus que pleiteava e vinculava o desenvolvimento das instituições museológicas ao próprio reconhecimento da profissão. Foram sete gestões, neste período de 22 anos [1963-1985], marcado por intensos debates e discussões, constituindo um processo coeso que foi se avolumando a cada gestão: Regina Monteiro Real, 1963-66 e 1966-69; Léo Fonseca e Silva, 1970-73; Lourenço Luiz Lacombe, 1973-76; Arnaldo Machado, 1976-79; Therezinha de Moraes Sarmento, 1979-82; e Neusa Fernandes, 1982-85.

A ABM, conforme compromisso estatutário de empreender esforços para regulamentar a profissão, assumiu o projeto do MHN/1962 e acompanhou a tramitação do Projeto de Lei

801/1963 até seu arquivamento em 1967. Durante esse período da tramitação do PL 801/1963, a ABM atuou junto ao DASP encaminhando documentos àquele órgão a fim de rever o enquadramento funcional do museólogo. Após o arquivamento do PL 801/1963, em 1967, a ABM assumiu no ano seguinte um outro anteprojeto.

No Rio de Janeiro, em 1968, o professor Léo Fonseca e Silva, Diretor do Museu Histórico Nacional e membro da ABM, assinou nova minuta de anteprojeto da regulamentação da carreira de Museólogo, elaborada por equipe de funcionários e alunos do MHN, que foi colocada à apreciação e discussão dos dirigentes de Museus e instituições afins, e submetida à presidente da Associação Brasileira de Museologia, Regina Monteiro Real (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1968b, pp. 6-7).

A minuta previu a inserção da profissão de museólogo no quadro das profissões liberais, anexo à CLT/1943, pelo Artigo 5º, e seriam considerados como museólogo, além dos diplomados pelo Curso de Museus do MHN, que deveriam fazer o registro no órgão profissional competente até três anos depois, os seguintes profissionais:

- a) os atuais Conservadores do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pertencentes aos quadros permanentes de pessoal do Governo Federal;
- b) os atuais Antropólogos, Botânicos, Zoólogos, Naturalistas, Geólogos, Mineralogistas, Etnólogos, Paleontólogos e ocupantes de cargos afins que exercem atividades científicas de nível superior em museus oficiais e particulares;
- c) os diplomados por cursos superiores em geral que exercem, há mais de 3 anos, atividades técnicas em museus oficiais ou particulares;
- d) pessoas do notável saber que exerçam atividades - intimamente relacionadas com museus, como tal declaradas pelo órgão citado no art. 16º, no prazo de 3 anos.

Ainda no Artigo 6º, foram previstos outros parâmetros para obtenção do registro profissional após a entrada em vigor da lei e até três anos depois, que seriam eles:

- a) os diplomados em cursos superiores de arte, história e ciência que completem a sua formação com as matérias específicas de Museologia em um curso oficial de nível superior;
- b) os portadores de títulos, diplomas e certificados de cursos não oficializados, relacionados com os museus, com duração – mínima de 20 meses, que venham a ser aprovados em exame de suficiência a ser feito no Curso de Museus mantido pelo MHN;
- c) as pessoas que hajam feito o Curso de Museus mantido pelo MHN na qualidade de ouvinte, desde que sejam aprovadas em exame de suficiência a ser feito no referido Curso;
- d) os peritos em arte, críticos de arte e profissionais em geral de atividades relacionadas com os museus, não possuidores de curso superior, se vierem a ser aprovados em exame de suficiência a ser feito no Curso de Museus mantido pelo MHN.

Para tanto, no Artigo 7º, esteve previsto que o Curso de Museus realizaria, durante três anos, um exame de suficiência anual, ao qual o interessado poderia se submeter até três vezes. No Artigo 8º, restringia-se a obtenção do registro profissional, a partir do terceiro ano de vigência da lei, aos diplomados pelos cursos superiores de Museologia, oficiais ou oficializados e ao previsto no Artigo 10, que compreendeu os diplomas e títulos estrangeiros, em que, para a obtenção do registro profissional no Brasil do seu portador, deveria haver revalidação do diploma conforme a legislação vigente. Os demais artigos discorreram sobre as atribuições do museólogo, o registro profissional, a Ordem dos Museólogos e as anuidades e taxas.

A minuta foi precedida de uma carta, na qual Léo Fonseca e Silva expôs um quadro dos museus e da Museologia no Brasil, no final dos anos 1960. Discorreu sobre a escassez de profissionais formados pelo Curso de Museus, o que não atenderia às demandas do mercado, sobre a restrição da formação em artístico ou histórico, e apontou a necessidade de reformulação e de transformação do Curso de Museus em “uma verdadeira escola superior de Museologia”, a fim de servir de modelo a outros cursos superiores “que certamente surgirão”, e a premência de provisionar os profissionais que atuavam na área, porém, sem a formação específica.

Além da defasagem de profissionais em relação ao mercado de trabalho, Léo Fonseca e Silva, imbuído de uma concepção de museu que se restringiria ao estabelecimento museal - esse valor começou a mudar naquela década, como foi visto no capítulo I -, apontou uma necessidade de controle terminológico acerca do termo museu, haja vista, segundo o diretor, a “existência de 251 museus reconhecidos como tais, mas que, pela definição de museu do ICOM, haveria de ter outros mais, e, por isso, no preâmbulo da minuta, ele expôs o conceito de museu para que houvesse critério na aplicação do termo quando na elaboração da lei”.

Em carta de 6 de dezembro de 1968, Heloísa Alberto Torres respondeu ao Diretor do Museu Histórico Nacional, Léo Fonseca e Silva, que havia enviado um anteprojeto de regulamentação da profissão de museólogo. Ela mencionou a criação do Ministério da Cultura e a importância da seleção dos futuros técnicos de museus, fazendo a afirmação seguinte, em que fica claro seu empenho na modernização da esfera cultural, no âmbito do Estado:

Penso que nos cabe cerrar as malhas do crivo da seleção desses técnicos, em vez de facilitar a outros servidores públicos, por mais dignos e esforçados que hajam sido no desempenho de encargos estranhos ao seu labor específico e a que foram compelidos por exigência dos serviços sem pessoal devidamente habilitado (TORRES, 1968, apud MAGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, pp.117-118).

À ABM coube o encaminhamento da redação final aprovada pelos dirigentes de Museus ao MEC, seguindo, posteriormente, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, haja vista que era atribuição desse órgão a análise técnica do processo de regulamentação. Segundo Fernandes (1982, apud Fernandes, 2014, p. 27):

diversas reuniões foram realizadas na Divisão de Identificação e Registro Profissional do Departamento de Mão de Obra do Ministério do Trabalho, com a presença do grupo que participara da redação final da minuta do anteprojeto, contando com a acolhida favorável e o assessoramento de D. Lorenza Carlini, da citada Divisão.

Auta Rojas Barreto, primeira secretária da ABM, em ata de 30 de setembro de 1970, informou que o anteprojeto havia saído da Secretaria Geral do MTPS no Rio de Janeiro e estava em estudo na Assessoria Jurídica daquele Ministério, em Brasília (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1970c, p. 23). A ABM acompanhou a tramitação do processo entre os Ministérios da Educação e o do Trabalho, e em 1971, o “presidente da ABM foi a Brasília para acompanhar os trâmites no ministério do Trabalho, obtendo a informação de que o processo havia retornado ao MEC” (FERNANDES, 2014, p. 27).

Na reunião da ABM realizada em 28 de abril de 1972, Auta Barreto expôs os esforços envidados no sentido de dar continuidade ao projeto para regulamentação da profissão e declarou tê-lo entregue já aprovado pelo Departamento de Mão de Obras do MTPS, “em mãos”, ao chefe do gabinete do Sr. Ministro do Trabalho. A ABM encaminhou exposição de motivos para o ministro do Trabalho e Previdência Social, Júlio Barata, historiando a tramitação pelos MEC e MTPS do processo de regulamentação da profissão de museólogos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1972a, pp. 40-41).

Nessa ocasião, a ABM enviou anexa ao documento supracitado cópia do anteprojeto com a solicitação de que este fosse encaminhado ao Presidente da República, a fim de que fosse transformado em Lei (FERNANDES, 2014, p. 27). A despeito dos esforços envidados para dar continuidade ao andamento do projeto de regulamentação, o processo desapareceu ainda no começo dos anos 1970. Em 1973, o anteprojeto e os despachos a ele favoráveis saíram protocolados do MTPS sem, contudo, darem entrada no MEC, conforme constatou Auta Rojas Barreto, “que foi inúmeras vezes aos dois Ministérios, tendo sido recebida pelos chefes de gabinete de ambos” (FERNANDES, 2014, p. 27).

No ano seguinte, em 1974, a ABM, na gestão de Lourenço Luís Lacombe, apresentou um novo projeto para regulamentar a profissão de museólogo. Reavaliado, em 1976, quando foram realizadas modificações de alguns artigos, segundo Fernandes (2014, p. 27), “para dar

maior abrangência às reivindicações”, sendo reencaminhado em 1978 mediante o processo 306.793/1978, que “foi acompanhado, exaustivamente, pelo presidente Arnaldo Machado” (FERNANDES, 2014, pp. 27-28).

Coelho (2015, p. 139) esclarece que “comparativamente nesse documento ganha destaque a alteração da redação que agora passa a privilegiar a formação especializada do profissional em nível de graduação e/ou pós-graduação nacional e internacional para exercício profissional”. Para Coelho (2015, p. 139):

desse modo, a referência ao campo formado por profissionais especializados ganhou relevância para sustentar a ideia do fortalecimento dessa classe profissional, suprimindo o impasse entre a valorização do método científico e da prática por pessoas de notório saber.

Arnaldo Machado, então presidente da ABM, em 1979, organizou uma comissão composta pelas museólogas Therezinha de Moraes Sarmento, Marília Duarte Nunes e Neusa Fernandes para fazerem levantamento do histórico do processo, “ao longo de dezesseis anos de tramitação, visando à urgente regulamentação da carreira” (FERNANDES, 1981, apud FERNANDES, 2014, p. 28), sendo esse relatório entregue em 10 de julho daquele ano. Essa comissão sugeriu ao presidente da ABM que fosse realizado outro encaminhamento no qual seria solicitado “apenas a regulamentação da carreira e nova minuta de anteprojeto da regulamentação da profissão de museólogo, em vez da criação da Ordem dos Museólogos do Brasil” (Idem).

Na ata de 7 de janeiro de 1980 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1980a, pp. 9-11), foi comentado que, no projeto que estava em tramitação no Ministério do Trabalho, em reformulação do Assessor do Ministro, omitira-se a criação dos Conselhos Regionais e por isso não foi aprovada pela presidente da ABM. Contudo, foi explicitado também, na mesma reunião, que o Governo não estava interessado, àquela época, na criação de novas ordens e conselhos, pois não dispunha de estrutura para fiscalizar estes novos órgãos, sendo sugerido à ABM, ratificando o relatório da Comissão da Associação, que tramitasse a regulamentação sem esse adendo, o que foi aceito pelo então presidente, Arnaldo Machado.

A ABM encaminhou o documento⁵⁰ elaborado pela comissão ao Ministério do Trabalho,

⁵⁰ A nova proposta retomou a equiparação de museólogo tanto aos conservadores de museus quanto aos profissionais técnico-científicos de caráter museológico com exercício profissional comprovado no período

quando deu entrada em 14 de agosto de 1979, como Processo 317.243/1979 substituindo o antigo 306.793/1978. Daí em diante, o processo foi acompanhado pela museóloga Laís Scutto, representante da ABM, em Brasília, mas continuou sem resposta (FERNANDES, 2014, p. 28; BISERRA, 2013, p. 56). Em 30 de outubro de 1979, foi recebida a notícia do arquivamento desse projeto (BISERRA, 2013). No Boletim 01/1981 da ABM, foi informada a constituição de um grupo de trabalho para acompanhar a regulamentação em Brasília, e além de Laís Scutto, a incumbência foi dada também a Dinah Brognolli. Apesar do acompanhamento em Brasília e dos atos supracitados, o anteprojeto foi também arquivado em 11 de fevereiro de 1981, conforme a informação apresentada à ABM por Arnaldo Ponto Lima, chefe da Secretaria de Estudos Especiais do Ministério do Trabalho, e Élcio Almeida, chefe do gabinete do mesmo Ministério, alegando a ausência de interesse por parte do Ministério do Trabalho, de regulamentar carreiras com poucos profissionais.

A reivindicação propriamente dita corporativista da ABM constituiu-se na definição do espaço de atuação profissional, na delimitação normativa do campo de atribuições nas quais estivessem regularmente investidos de suas funções do profissional especializado, ora conservador de museus, museólogo, e até mesmo do auxiliar técnico, de acordo com os anteprojeto que foram apresentados para a regulamentação da profissão.

4.3. Breve panorama da profissão na conjuntura da década de 1970

O projeto de Léo Fonseca e Silva alertou sobre um descompasso entre a demanda de técnicos em museus e o número de profissionais formados. O diletantismo e o autodidatismo na área foram comuns devido à fragilidade da profissão. Rússio (2010e, p. 255) atribui à tradição jurídico-formal do país:

a inexistência de uma profissão regrada e reconhecida por leis que estimulava o improviso, o amadorismo, quando não o arraigamento de um sistema de favores aos beneficiários de um nepotismo extenso; junto a tudo isso, um problema a mais: a proibição de criação de novas faculdades no país.

Em pesquisa sobre o ano de 1967, o IBGE apontou um número de 206 museus, distribuídos em 19 estados, nos quais trabalhavam 361 técnicos, não apenas museólogos,

estabelecido com interrupções ou não na prestação do serviço. E, ainda, incluía a criação do Conselho Federal de Museologia e dos Conselhos Regionais para fiscalização do exercício profissional, suprimindo a Ordem dos Museólogos do Brasil da minuta anterior de 1974 (COELHO, 2015).

mas também diversos outros profissionais de museus. A despeito de o texto de Léo Fonseca e Silva tratar da regulamentação da profissão de museólogo, foi escrito no contexto da Reforma Universitária ocorrida em 1968 e traduziu a situação da Museologia nele, quando o autor asseverou a demanda por formação na área e a defasagem em relação ao mercado de trabalho. No Brasil, segundo Rússio (1989, p. 75):

Durante esse período, salvo raríssimas exceções, mais resumidas a fatos ou ações esporádicas e isoladas, a Museologia e os Museus brasileiros estiveram atrelados ao aparelho ideológico do Estado, resta dizer, às classes e segmentos dominantes. Grande parte, senão a maior parte, da ação renovadora ficou circunscrita a atividades que não tiveram continuidade, a projetos que como projetos ficaram, sem faltar um corolário de menosprezo e, até, de deboche, que não esqueceu de incluir, aí sim fartamente, os profissionais da área, sempre rotulados como paranoicos, difíceis, visionários ou, na visão mais branda, “perfeccionistas”

Sob o rótulo do “notório saber” recusaram-se não apenas os museólogos, mas também os pesquisadores científicos e/ou de arte não afinados com o Poder.

Diniz (2001) atribui à explosão no número de ocupações que requereram o nível superior de educação à expansão vertiginosa do sistema de ensino superior, sobretudo a partir da Reforma Universitária de 1968, que fez com que os jovens buscarem o diploma universitário e, destarte, forçou a ampliação do número de carreiras disponíveis, “talvez mais do que as exigências da divisão social do trabalho” (DINIZ, 2001, p. 13). A autora esclarece ainda que termos como “inflação de diplomas” e “credencialismo” foram comuns à época: o primeiro “como um alarme contra a desvalorização dos graus acadêmicos”; e o segundo para “denunciar o ensino superior como uma mera fábrica de sinalizadores para um mercado de trabalho muito competitivo, independentemente do conteúdo da educação”. Segundo Silva (2013, p. 32):

A análise dos processos históricos e sociais que presidem a organização do funcionamento de instâncias coletivas de ação no Brasil da década de 1970 revela ainda a importância da expansão de profissões técnicas assalariadas no período e seu papel enquanto ator coletivo. Boschi (1987) observou um crescimento de 80% nas ocupações burocráticas e técnico-científicas entre 1970 e 1980.

Então, no bojo da Reforma Universitária de 1968, a Museologia acompanhou timidamente essa vertiginosa expansão do sistema de ensino superior, e conseqüente “inflação de diplomas” no decorrer da década de 1970. Costa (1982, p. 67), no parecer sobre a regulamentação da profissão, entende que:

Dada a falta de regulamentação da profissão, pouco se utiliza a mão-de-obra

especializada que o governo vem lançando no mercado de trabalho, e esse não-aproveitamento afasta cada vez mais da área o melhor da juventude. Como decorrência, deixam de ser atendidas grandes reformas do ensino respectivo, que um bom corpo discente naturalmente exigiria.

Sobre esse contexto, Rússio (1989, p. 75) assevera:

Nossos cursos de Museologia entram na Universidade não apenas num momento em que esta atravessa uma de suas piores crises, agravada pelo terrorismo cultural e pela intolerância, mas também num momento em que as Ciências Humanas e Sociais, entre as quais deverá estar a Museologia, não encontram espaço para se desenvolver.

Por mais que houvesse a demanda de profissionais, haja vista a supracitada argumentação de Léo Fonseca Silva e os dados apresentados colhidos no IBGE, a Museologia se manteve, após a década de 1970, apenas com os mesmos quatro cursos⁵¹ que promoveram a formação específica para Museologia: as graduações da MHN/UNIRIO, UFBA e FAMMARO/FINES e a pós-graduação da FESP.

Na década de 1970, o Curso de Museus do MHN migrou para a atual UNIRIO. O Curso de Museologia da UFBA, criado em 1969, passou por vários percalços no seu começo, tendo sido bloqueado em 1974 sob a alegação de que o mercado de trabalho não possuía condição de empregar aqueles profissionais - o que seria um contrassenso, considerando-se os dados do IBGE, bem como a carta da minuta do anteprojeto de 1968. Coelho (2015, p. 127) assevera que “esse contrassenso foi decorrente da ausência de apoio contra o bloqueio do vestibular do Curso da UFBA, inclusive da Associação Brasileira de Museologia (ABM)”. Segundo Santos (2002), a interrupção motivou alunos e professores a fazerem a defesa do Curso, mobilizando influências e repercutindo a questão na imprensa local. Desse momento, decorreu também a criação da Associação de Museólogos da Bahia (AMB) em 1978 (Coelho, 2015)⁵².

Nos anos de 1980, o grupo que se constitui na FESP fundou e participou da Associação de Trabalhadores de Museus (ATM) e da Associação Paulista de Museólogos

⁵¹ Segundo Coelho (2015), na década de 1960, chegou a existir uma pós-graduação em Museologia, ligada à Faculdade de Arquitetura da USP, que teve alcances pontuais e não trouxe como consequência a sistematização de um currículo para o ensino sistemático em São Paulo.

⁵² Segundo Coelho (2015), tanto o Curso quanto a Associação tiveram uma atuação sistemática no trâmite que levou à regulamentação da profissão durante a década de 1980. É possível considerar, como evidência dessa articulação, o Projeto de Lei 4.858/1981 para regulamentar a profissão de museólogo.

(ASSPAM)⁵³, ambas criadas em 1983, em torno da relação entre formação e exercício da profissão⁵⁴. Waldisa Rússio explicita, em vários textos seus, a situação do campo museal em São Paulo. Segundo a autora, a explosão de museus em São Paulo, devido ao processo de industrialização do país, demandou a criação de um curso de formação na área nesse estado. Ela afirma que:

Em 1978, o estado de São Paulo era já uma das regiões do país onde se via intenso movimento de criação de museus. Mas a dinâmica dos estabelecimentos museológicos era em seguida impedida pela inexistência de um corpo técnico eficientemente preparado para a manutenção desses museus, concorrendo não apenas para seu fechamento, como também para a desmoralização do conceito de “museu” (RÚSSIO, 2010e, p. 255).

Sobre a formação, Rússio (1977, p. 134), afirmando a necessidade de expansão e descentralização da formação, fez um alerta na sua dissertação de mestrado, quando critica os argumentos utilizados por Fernanda de Camargo e Almeida Moro e Lourdes Novaes no *Guia dos Museus do Brasil*. Ela assevera:

[...] na apresentação que fazem de sua excelente "Introdução do ensino dirigido de Museologia" referem à invasão da área da museológica por outros profissionais, o que não deixa de ser verdadeiro. É preciso, entretanto, que se diga que, se no Estado da Guanabara há uma saudável emulação, devido não só à existência de cursos de formação, mas sobretudo devido ao grande número de museólogos que aí reside e a presença - muito marcada nestes últimos anos - do Comitê Brasileiro do ICOM [...] que realiza frequentes encontros, seminários, cursos intensivos e reciclagens, nos outros Estados Brasileiros, em São Paulo inclusive, a inexistência de profissionais habilitados em número suficiente, além de obrigar à autodidaxia, gerou uma "injustiça" no recrutamento, pois não se pode falar em maior aptidão e capacidade onde se é obrigado a aceitar como critério de avaliação apenas a habilitação profissional. Este critério, conquanto legítimo e necessário, não é suficiente. A falta de atualização de alguns profissionais, inclusive, tem conduzido a uma visão estereotipada do museólogo. A isto se junta o fato de não ser, ainda, profissão legalmente regulamentada.

Na década de 1970 e 1980, o campo museológico brasileiro esteve formalmente organizado nas seguintes instituições: museus, cursos de formação em Museologia, comitê brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR), associações de classe e conselhos profissionais. Nesse período, as mediações estabelecidas entre profissionais de

⁵³ A ASSPAM, apesar da duração breve de 8 anos (1983-1991), agregou ações importantes para o campo museológico e atuou na constituição do Conselho Regional de Museologia de São Paulo (Corem/SP) e na revisão do Sistema de Museus do Estado de São Paulo estabelecido pelo Decreto 24.634 de 1986.

⁵⁴ Apesar de todo o aparato policial repressor da Ditadura civil militar à qual o país estava submetido, surgiram novos movimentos sociais de reivindicação salarial, que se ampliaram, assumindo caráter, contestatório em relação às condições sociais e políticos de país (SILVA, 2013).

museu, sociedade e Estado criaram condições políticas subjetivas necessárias e favoráveis para articulação de projetos de institucionalização do campo.

Nos anos 1970, houve um grande investimento na cultura pelo governo brasileiro, quando vários museus e centros culturais foram instituídos pelo país (SCHEINER, 1988), porém foi também um período de críticas aos museus, tecidas por diversos campos, que consideravam essas instituições como veículos de histórias oficiais (SANTOS, 2004). Data dessa década o desenvolvimento de uma Política Nacional de Cultura, do Centro Nacional de Referência Cultural, do Programa de Revitalização de Cidades Históricas e ainda, no final da década, da criação da Fundação Nacional Pró-Memória, idealizada por Aloísio Magalhães, centralizando a administração de vários museus.

Encontros regionais se intensificaram, haja vista a abertura dos novos cursos e as políticas culturais desenvolvidas na década de 1970. Os Congressos Nacionais de Museus, Reuniões Brasileiras de Museologia, Congresso de Dirigentes de Museus, Encontros Regionais e demais eventos contribuíram para o estreitamento das relações entre os profissionais, bem como a troca de práticas e experiências, atualização e aprimoramento técnico e compartilhamento da diversidade da realidade museal no país. Neles, dentre os temas que agitaram o campo à época, incluiu-se a regulamentação profissional também como pauta - como se pode ver na programação do VII, VIII e do IX Congressos Nacionais de Museus. Além da regulamentação da profissão, fortaleceram-se, também, as discussões e estudos acerca de políticas públicas voltadas para o campo museal, como a criação do Sistema Nacional de Museus e do Programa Nacional de Museus.

O I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus foi promovido pelo então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atual FUNDAJ, no Recife, em outubro de 1975. Participaram representantes e diretores de museus de todo o país e renomados intelectuais, dentre os quais Gilberto Freyre e Aloísio Magalhães, que à época era diretor do Centro Nacional de Referência Cultural. O objetivo do encontro foi “estudar a situação dos museus em nosso país” e elaborar estratégias e soluções para lidar com os problemas existentes, a fim de estabelecer as bases para “[...] uma política museológica de capacitação dos museus, tendo em vista sua dinamização, para uma atuação permanente a serviço da comunidade e do país” (BRASIL, 1976, apud TOLENTINO, 2013, p. 106).



Figura 15: Cartaz do I Encontro Nacional de Dirigentes, Recife, 1975.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Desse encontro, resultou o documento “Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira”, publicado em 1976, composto de sugestões e recomendações para a implantação de uma possível política museológica brasileira, bem como recomendações nas áreas de organização técnica e administrativa, capacitação financeira e profissional, pesquisa, educação, preservação do patrimônio cultural e relação com o meio (TOLENTINO, 2013, p. 106).

É possível destacar também o I Encontro Nacional de Museólogos realizado, em 1981, na cidade de Salvador. Segundo Coelho (2015), desde 1979, os profissionais da Bahia, ligados ao Curso de Museologia da UFBA e à AMB, passaram a dedicar atenção ao tema. Desse encontro, resultou um novo projeto para regulamentar a profissão de museólogo, que passou a tramitar na Câmara dos Deputados por meio do deputado Octacílio Queiroz (PMDB/PB). Nesse período, foi intenso o debate acerca da inclusão da pós-graduação na

obtenção do registro profissional de museólogo. Em São Paulo, se defendeu a pós-graduação para a formação do museólogo, refletindo a experiência desenvolvida na FESP. Segundo Rússio (2010c, p. 235):

Encontros de cultura, realizados em Brasília e Salvador, propunham um Sistema Nacional de Museus: este previa alguns Polos Regionais de Formação, situando-os no Rio de Janeiro, na Bahia, em Recife, Porto Alegre e Curitiba. Ou seja, São Paulo não teria nenhum centro de formação de pessoal para museus.

Entretanto, os projetos encaminhados até aquela data não incluíam essa modalidade de formação para obtenção do registro profissional, sendo um tema amplamente debatido, em 1982, no I Encontro de Museólogos do Norte e do Nordeste, que resultou no apoio à entrada no projeto em trâmite da pós-graduação *stricto sensu* como condição para obtenção do registro profissional como museólogo.

A ABM, nos anos 1980, tentava articular a criação de cursos de formação em Museologia em outros estados. No NUMMUS/UNIRIO, há correspondências da presidente da ABM, Therezinha Moraes Sarmento, com Carmen Lúcia, do Museu Theodor Brandão – vinculado à Universidade Federal de Alagoas (1980/1981) - que tentou articular a criação de curso de Museologia nessa universidade; com Osmar Pisani, um curso em Florianópolis (1980); e com Juliana Menezes, correspondeu sobre curso em Curitiba (1981).

Em meados da década de 1970, a ABM empreendeu mais uma tentativa de reenquadramento junto ao Ministério do Trabalho, desta vez, questionou e solicitou a equiparação entre os vencimentos dos Técnicos em Assuntos Educacionais e Técnicos em Assuntos Culturais. A Reforma Administrativa feita no Serviço Público Federal, naquela época, enquadrou os museólogos como Técnicos em Assuntos Culturais, colocando quatro referências abaixo dos Técnicos em Assuntos Educacionais. Destarte, a então presidente da ABM, Therezinha Moraes Sarmento, participou de reuniões no DASP para discutir sobre os enquadramentos dos Técnicos em Assuntos Culturais ou Educacionais.

Ainda no final da década de 1970, a ABM empreendeu a elaboração de um Código de Ética, documento que se caracteriza como um meio de autorregulação profissional, com o objetivo de definir normas mínimas para o exercício da profissão, bem como estipular claramente aquilo que o público ou a sociedade tem o direito de esperar dos profissionais de museus no Brasil.

O Conselho Internacional de Museus elaborou sua primeira versão do documento

deontológico em meados da década de 1980. Entretanto, cabe lembrar que o ICOM publicou ainda nos anos 1970 a *Ética de Aquisição*, e que se ampliou o debate sobre a atuação dos museus e de seu pessoal. O Código Deontológico para Museus constitui um dos documentos fundamentais do ICOM e do cotidiano do campo museal, no qual constam importantes questões éticas encontradas amiúde no funcionamento dos museus e são estabelecidas normas mínimas para a prática profissional. Sua primeira edição foi aprovada na 15ª Assembleia Geral do Conselho, realizada em Buenos Aires, em novembro de 1986. Ao aderir à organização, os membros do ICOM adotaram as provisões deste Código. No prefácio do documento (ICOM, 2009), Geoffrey Lewis esclarece que:

O Código Deontológico do ICOM para Museus constitui-se em instrumento de auto-regulamentação profissional em um domínio-chave nos serviços públicos no qual, em nível nacional, a legislação é geralmente dispersa e inconsistente. Estabelece normas mínimas de conduta e procedimentos, cujo cumprimento os profissionais, no mundo inteiro, podem desejar e estipula o que o público pode esperar da profissão de museu.

O Código constitui um produto de seu tempo e tem sido sistematicamente revisado, sendo a primeira aprovada na 20ª Assembleia Geral realizada em 6 de julho de 2001, e novamente revisado com emendas aprovadas na 21ª Assembleia Geral que aconteceu em Seul, Coreia do Sul, em 8 de outubro de 2004. É um documento influenciado tanto pelas alterações sociais como pela evolução das práticas profissionais.

Nessa época, ampliou-se o conceito de museu e foram travadas discussões acerca da ética desse profissional e qual seria sua função social. Não se aceitava mais a concepção de museu como lugar onde eram guardadas velharias à espera de intelectuais ou de alguns raros curiosos.

Museólogos, salões e afiúns

Pietro Maria Bardi

Há um profissional que denominam museógrafo. Os que aspiram à distinção, se apelidam museólogos, pensando, não sei se justamente, que a atribuição é científica.

Seja como for, este pessoal atende à conservação de patrimônios culturais, e têm escolas que ensinam como desenvolver o trabalho. O que não se aprende lá é a dinamização de um museu, isto é, o movimentar interesse e conseguir assistência através de iniciativas, contradizendo o manifesto dos Futuristas que propunha a destruição dos museus, considerados túmulos inúteis de memórias.

Para entrar na conversa: em 82, a Galeria dos Uffizi vai comemorar o quarto centenário da sua abertura e, para a ocasião, o "Centro de Estudos para a Museologia, a Expressão e a Comunicação", promove, em Florença, o segundo Congresso Internacional de Museologia para discutir o tema: "O Museu no Mundo Contemporâneo; Conceitos e Propostas".

O presidente do Conselho, professor Carlo Ludovico Ragghianti, convidou o redator desta nota e diretor do que ele chama de "extraordinário museu, trono e altar sobre São Paulo", para enviar uma comunicação. O caso me dá ocasião de informar aos leitores que minha participação obedecerá ao seguinte título: "Experiência de um museu de arte no Brasil, 1946-1982".

É implícita, uma vez que estamos tão distantes dos conciliábulos europeus, a necessidade de uma informação sobre o ambiente que, paulatinamente, viu nascer e prosperar o Museu de Arte de São Paulo, idéia e ação do sr. Assis Chateaubriand. Se é verdade que as almas se agitam nos caixões em que foram acomodadas, também ele às vezes deve se revoltar por tudo que de não esplêndido se dá com as empresas dos "Associados", mas pode ser aplacado no que se refere à instituição que leva seu nome, pois esta, no terço do século que tem funcionado, não deu lugar a reprimendas.

000

Quando encontrei o fundador, por mania historicista e para dinamizar uma crônica que escrevi, nela semeei uma lembrança comparando o padrão a Paolo Giovio. Este humanista, em seu palácio no Lago de Como, cons-

tituiu um museu, a famosa coleção de retratos de homens ilustres, por ele mesmo ilustrada no "Elogia veris clarorum virorum... quae in Museo..." publicada em Veneza em 1546.

As condições ambientais de São Paulo, naquele tempo, podiam comparar-se às de Como: a iniciativa foi uma vistosa novidade. Quase nada havia aqui de vivo, e este pouco era relegado a uma moldura oitocentista, a Pinacoteca da Luz, que agora o Fábio Magalhães anima.

Nosso "exploit" provocou imediata curiosidade, perplexidade e, porque não dizer, dor-de-cotovelo, as três entidades marchando "pari passu", desafogando-se até em reações negativas do gênero jardim de infância.

O ambiente, francamente, não dava pé. O Masp se abria na sede dos "D.A.", a concorrência não registrava nem a vinda de um Renoir ou de um Goya, nem as exposições de Portinari, Max Bill, Saul Steinberg, nem os ciclos de comemorações dedicados



Ilustração de Karpuska

Figura 16: Folhetim, 1981.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

No final da década de 1970, Rússio (1977) aponta a necessidade de pensar, em uma perspectiva dialética, o museólogo como um trabalhador social, cujas funções de coletar, preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio cultural de nada valeriam se não fossem

realizadas com o intuito de que a sociedade seja o maior beneficiário. Entretanto, a imagem do profissional muitas vezes esteve vinculada a um viés elitista e desconectada da realidade, bem como atrelada a um apadrinhamento no Serviço Público ou nele preterido.

"SENHOR - 41-1981"

No lançamento da correspondência de dois pioneiros da abertura cultural, um alerta para o abandono de nossos museus.

SR. E AS ARTES P. M. BARDI

MUSEUS, UM CABIDÃO DE EMPREGOS?

Fico pensando, às vezes, na saga dos diretores de museus espalhados pelo território nacional, quais pilotos, brevetados ou não, comandantes de empresas atuantes mas ainda confusamente marginalizadas, desconhecidas, à espera de resoluções governamentais, sejam elas federais, estaduais ou municipais.

Burocraticamente os museus (em número, eu diria, até demais) vegetam, cumprindo mais funções empregatícias do que realmente prestando algum serviço público. Há alguns anos, lembrome, o então secretário de Estado da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, defrontou-se com um problema muito sério nos quadros de sua Secretaria, que foi o de constatar a presença de dezenas e dezenas de professores nomeados através de favores políticos e que, oficialmente, exerciam a direção do *Museu* local na hinterlândia paulista.

Por acaso conheci um desses inventados, e portanto desqualificados diretores, por sinal além de educador também advogado e que muito circunspectamente *dirigia* um arsenalzinho de ferros velhos pomposamente denominado museu, função que lhe permitia retirar, mensalmente, um belo ordenado de professor lotado em escola onde nunca colocou os pés.

Como ele, mais de sessenta desfrutavam das benesses que a política lhes dera em troca de favores eleitores, e o secretário Nogueira Coutinho, severamente, mandou que eles voltassem às aulas, o que provocou uma revolta dos aproveitadores. Estou certo de que a maioria dos museus está clamando por uma intervenção saneadora, não de fiscalização acomodada e complacente, mas de eliminação pura e simples.

Há pouco, discursando no Masp por ocasião do lançamento de um livro que reúne a correspondência trocada entre Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade, o secretário de Cultura do Ministério de Educação anunciou que vai intervir visando uma melhor coordenação dos trabalhos dos museus federais, a fim de que eles participem com mais empenho em favor da Cultura, a qual (aqui entre nós), está passando por um dos seus piores períodos no contexto da história nacional.

Evidentemente, Aloísio Magalhães se refere aos museus federais. Mas como coordenar e animar os dependentes dos Estados, dos Municípios e mesmo os das universidades? Parece-me que em sua maioria estes estabelecimentos são os mais carentes de coordenação e animação, melhor, precisando ser devassados, lancetados se preciso for, a fim de que seja estirpada esta chaga curtidia por muitos que é a de "deixar como está para ver como fica".

Em sua maioria tais prepostos de curadores de museus pertencem àquela categoria dos pendurados no imenso cabidão de emprego, esta praga inextinguível que gera acomodação, rotina, preguiça, comprometendo assim esta nova atração que se chama museologia.

Observei, quando da reunião promovida para o lançamento do livro publicado pela *Memória* do MEC, a ausência de muitos interessados no caso, inclusive os da Escola de Museologia local. Tratava-se, no entanto, da lembrança para dois pioneiros que promoveram a abertura cultural nos tempos heróicos de criação do SPHAN.

Como empresário de um Museu, recorro ao *Mala tempora currunt* (para a cultura nacional). E

Retrato de Mário de Andrade, desenho a lápis de Lasar Segall

Mário de Andrade: Cartas de Trabalho divulga a correspondência entre o autor de Macunaíma e Rodrigo Mello Franco de Andrade



Figura 17: "Museus, um Cabidão de Empregos?".
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Os anos 1980, no Brasil, assistiram à "dinamização da ação cultural dos museus" e a introdução de "atividades educativas e de programas de ação comunitária" (SCHEINER, 1988, p. 187, apud CARVALHO, 2011, p. 49). Foram criados, neste período, o Programa Nacional de Museus e o Sistema Nacional de Museus (1986), iniciativas que padeceram no Governo

Collor, mas que se somaram aos esforços de pensar e articular a área.

Data desse período a criação do Ministério da Cultura, o MinC, em 1985, mediante o qual foi instituído, por meio da Portaria/MinC 313, de 16 de agosto de 1986, o antigo Sistema Nacional de Museus (SNM). O objetivo do SNM foi “[...] estabelecer uma política nacional para o setor que possuía programa de cursos, oficinas, publicações, orientação na formulação de projetos e revitalização dos museus” (TOLENTINO, 2013, p. 106), apresentando como proposta a criação de sistemas estaduais. O Programa Nacional de Museus foi um braço do SNM. Contudo, Santos (2008, p. 209, apud TOLENTINO, 2013, p. 106) elucida que:

A organização do Sistema Nacional de Museus foi, em todos os períodos, uma reivindicação da classe. Entretanto, a sua implantação não contribuiu para sanar os pontos críticos de forma mais satisfatória. O SNM não assegurou a distribuição de recursos nem a circulação de informação, de forma democrática e igualitária, entre as diversas regiões do país, embora tenham havido avanços na oferta de cursos de capacitação, na produção de material bibliográfico, na realização de eventos e na melhoria da infraestrutura de alguns museus.

A vida prática das relações no campo se efetivou em atos concretos que serviram para registrar e divulgar aquilo que as instituições forjavam como correto e adequado. Então, atender às demandas do crescimento desse campo de atuação, bem como assegurar à categoria o exercício profissional, fomentaram a necessidade de regulamentar a profissão.

4.4. O VII Congresso Nacional de Museus: Carta do Rio

Fernandes (2014, p. 28) esclarece que, a partir de 1981, a ABM, a fim de mitigar os imbróglis na tramitação da regulamentação da profissão, organizou sucessivos eventos, como o VII, VIII, IX e X CNM, em diferentes cidades, “escolhidas estrategicamente conforme o andamento do processo”. Destarte, foram sendo estabelecidas articulações políticas a fim de alcançar esse intento.

O VII CNM foi realizado no auditório do Serviço Geral de Documentação da Marinha, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 17 a 22 de maio de 1981, contando com 245 inscritos (FERNANDES, 2014, p. 29). Ao se iniciar o Congresso, em maio daquele ano, Therezinha de Moraes Sarmiento informou sobre o arquivamento do Processo 317.243/1979, o que provocou o encaminhamento de algumas recomendações sobre esse tema ao final do

encontro (Idem), sendo registrada também uma moção⁵⁵ sobre esse tema, em reconhecimento dos esforços empreendidos por todas as diretorias da ABM, “com obstinação e perseverança, em prol da regulamentação” (Idem). Segundo Fernandes (2014, p. 30), foi registrada a moção para que fosse:

escolhida pelo plenário do VII Congresso Nacional de Museus, outra comissão, composta de representantes dos diversos estados brasileiros aqui presentes, com o objetivo de divulgar, nos órgãos da Imprensa locais, a matéria redigida pela comissão, anteriormente proposta e recolher adesões, por escrito de profissionais de museus e de personalidades representativas das diversas culturas. Todo material compilado seja encaminhado à Presidência da Associação Brasileira de Museologia, com a finalidade de compor um *dossiê* que lhe dê subsídios para dar entrada em novo processo de regulamentação da carreira.

Destarte, a militância dos museólogos buscou utilizar os jornais como canal para divulgar breves notas e artigos em prol da regulamentação de sua profissão a fim de tentar sensibilizar a população e os políticos para sua proposição (BISERRA, 2013).

No *Jornal de Brasília*, de 4 de junho de 1983, sob a manchete “Regulamentação, principal aspiração dos museólogos”, foi noticiada a realização do VIII Congresso Nacional de Museus, em Brasília, estratégia providencial da presidente da ABM, Neusa Fernandes. Nesta matéria, ela informou que a classe aproveitaria a oportunidade para ir ao Congresso Nacional agradecer aos deputados e reforçar a necessidade de aprovação do projeto junto aos senadores. O *Jornal do Commercio* do Recife, em suas páginas de 26 de julho de 1984, noticiou que a “Regulamentação da profissão de museólogo entra em debate” também em terras pernambucanas, por ocasião da II Reunião Brasileira de Museologia, promovida pela ABM com o apoio da FUNDAJ, para organizar o Congresso Nacional de Museus a ser realizado em São Paulo no ano seguinte.

No VII Congresso Nacional de Museus, estudantes de Museologia encaminharam moção ao governador do Rio de Janeiro, Chagas Freitas, solicitando a “[...] nomeação de museólogos, formados pelas faculdades de Museologia existentes no Brasil, para exercerem o cargo técnico de Superintendente Coordenador de Museus da FUNARJ” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1981a), tendo sido a moção aprovada e recebido centenas de assinaturas constituindo um abaixo-assinado que foi encaminhado, pela ABM, ao Poder

⁵⁵ Nos Anais do VII Congresso Nacional de Museus, foram registradas moções sobre outros temas, como “a necessidade de ação integrada entre museólogos e arquitetos na preservação do patrimônio cultural do País”, “a utilização de alguns edifícios de significado cultural como Museus”, “a necessidade de fazer pesquisa de clientela do Museus no Brasil”, também sobre a criação do Sistema Nacional de Cultura, dentre outras.

Executivo.

As moções foram acompanhadas da Carta do Rio de Janeiro redigida pelos museólogos Neusa Fernandes, Auta Barreto e Fernando Menezes de Moura (FERNANDES, 2014, p. 30). A Carta do Rio foi assinada em 22 de maio de 1981 e, além das assinaturas de seus redatores, membros da ABM, cerca de mil assinaturas aderiram ao documento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1981b). A divulgação desta Carta não se restringiu aos Anais daquele Congresso e foi publicada também em jornais, conforme a monção de divulgação em jornais da situação da profissão de museólogo, também aprovada nesse CNM (BISERRA, 2013).



Figura 18: “A Carta do Rio de Janeiro”.

In: *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, de 16 e 17 de agosto de 1981.

Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Houve ainda reunião entre a ABM e a UNIRIO em 30 de março de 1982, no auditório do Globo, no Rio de Janeiro, congregando cerca de quatrocentas pessoas. Na oportunidade, foram recolhidas assinaturas em apoio ao projeto que tramitava no Ministério do Trabalho e

na Câmara dos Deputados. O documento foi encaminhado ao presidente do Conselho Nacional de Cultura e aos presidentes das Câmaras de Arte, Patrimônio, Ciências e Letras (BISERRA, 2003).



Figura 19: Mesa do Encontro ABM e UNIRIO.

In: *O Globo*, 31 de março de 1982.

Foto: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Participaram da mesa neste encontro: o reitor da UNIRIO, representado pelo Professor Antônio Caetano Dias (decano do Centro de Ciências Humanas); José Pedro Pinto Espozel, arquivista e diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense; Maria Mercedes Rosa, museóloga e diretora da Fundação Museu Carlos Costa Pinto/BA; Vanda Coelho e Silva, bibliotecária, professora da Universidade Santa Úrsula e membro do Conselho Federal de Biblioteconomia; Neusa Fernandes, museóloga, professora da Faculdade Estácio de Sá e membro da ABM; Therezinha Moraes Sarmento, museóloga, professora da UNIRIO e presidente da ABM; Tereza Scheiner, museóloga e professora da UNIRIO; e Solange Godoy, museóloga, professora da UNIRIO e diretora do MAM de Resende. Este encontro foi notícia no jornal *O Globo* nos dias 30 e 31 de março de 1982.

Além de coletas de assinaturas, a ABM enviou circular a “[...] todos os membros das

Comissões por onde tramitará o projeto de regulamentação na Câmara, bem como às altas autoridades da Câmara, Senado, Ministério do Trabalho, MEC e Executivo” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1982c, p. 20). Segundo Fernandes (2014, p. 31), “cópias da Carta do Rio de Janeiro foram distribuídas pelos congressistas, para a divulgação e coleta de assinaturas” e que a museóloga Marta Gertrudes, presente ao Congresso, “levou uma cópia ao Dr. Marcio Braga, presidente do Clube de Regatas do Flamengo, e amigo do seu marido”. Ainda segundo Fernandes (2014, p. 31), “o presidente do Clube ele interessou-se pela causa e inquiriu sobre a autoria do documento”.

Neusa Fernandes, em conferência ministrada na UNIRIO, por ocasião das comemorações do Dia do Museólogo, em 2012, esclareceu esse momento. Fernandes (2014) registrou o depoimento pessoal em edição comemorativa aos 30 anos da regulamentação, elaborada por ela. A autora registra que:

Marta Gerude deu-lhe o meu telefone. O Dr. Márcio Braga me telefonou dizendo que seria candidato a deputado federal e levaria a nossa reivindicação à Câmara. Pouco tempo depois, telefonou, outra vez, avisando-me que levaria ainda algum tempo para sua candidatura e, por isso, apresentou a nossa reivindicação ao deputado Álvaro Valle, seu amigo, e o responsável pelas regulamentações das profissões na Câmara. Nesse ínterim, fui eleita Presidente da ABM, em substituição a Therezinha de Moraes Sarmiento, e encaminhei anteprojeto de regulamentação da profissão ao Deputado Álvaro Valle. Segui um novo caminho, porque ofícios ao Ministério do Trabalho, há 21 anos não tinham êxito (FERNANDES, 2012, apud FERNANDES, 2014, p. 31).

Assim, os anos 1980 marcaram uma mudança de estratégia por parte da ABM. Após quase duas décadas tramitando a regulamentação junto aos Ministério do Trabalho e da Educação, resolveram voltar a articular com o Congresso Nacional.

4.5. DÉCADA DE 1980: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI E TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

Nesse período, vários eventos seguiram concomitantemente. O deputado Álvaro Valle (PDS/RJ) tomou conhecimento da Carta do Rio de Janeiro e do abaixo-assinado encaminhado ao Poder Executivo. A museóloga Neusa Fernandes, então presidente da ABM, remeteu a proposta do projeto de lei para o deputado, solicitando o encaminhamento do pleito no Congresso Nacional (FERNANDES, 2014).

Em 24 de novembro de 1981, o deputado Álvaro Valle apresentou, no plenário da

Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 5.654/1981, que dispunha sobre a regulamentação da profissão de museólogo. O deputado justificou o projeto de lei tendo como referência o documento da ABM encaminhado ao Ministério do Trabalho, tendo em vista que buscou concatenar as ideias e fortalecer o discurso em prol da regulamentação da profissão de museólogo.

O deputado destacou a trajetória de luta da classe em favor de sua regulamentação, bem como pela abrangência do seu campo de atuação, que, segundo ele, extrapolou o trabalho nos museus. Ressaltou ainda as atividades desse profissional associadas ao patrimônio cultural nacional, considerando a amplitude e tendência de crescimento do mercado de trabalho desse profissional, além da importância da formação do compromisso e a responsabilidade do Estado em garantir o direito à cultura, para tanto, evocou a Constituição Federal (1969), no seu capítulo IV, Artigo 180, que estabelece que “o amparo à cultura é dever do Estado” e diz ainda que:

O incomensurável patrimônio cultural inserido na vastidão do território brasileiro, necessitando em caráter de urgência de cuidados altamente especializados, é mercado de trabalho que não só aguarda como carece prioritariamente dos conhecimentos pertinentes ao formado em Museologia. A conscientização da importância educativa e cultural do patrimônio histórico, artístico e científico do Brasil, leva ao reconhecimento e valorização do trabalho do profissional de museu e à importância da efetiva integração do Museólogo no contexto cultural.

O PL 5.654/1981 constituía-se de cinco artigos que abrangiam as atribuições do museólogo e a necessidade de registro em Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, para o exercício profissional, que, por este projeto, em seu Artigo 1º, só era permitido:

- I - aos diplomados no Brasil, por curso superior de Museologia, reconhecido na forma da lei;
- II - aos diplomados no exterior, por cursos superiores de Museologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil, na forma da lei;
- III - aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos de atividades ininterruptas nos campos profissionais de Museologia.

Em 1º de dezembro de 1981, foi encaminhado o Despacho da Mesa Diretora da Câmara para as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Educação e Cultura (CEC) e de Trabalho e Leis Sociais (CTLS), sendo lido no plenário e a matéria remetida para publicação. Em 11 de março de 1982, o PL 5.654/81 passou pela CCJ sob os cuidados do relator deputado Péricles Gonçalves (PP/RJ), conforme Diário do Congresso Nacional, de 20

de março de 1982.

A campanha de articulação da ABM manteve contato com o deputado Álvaro Valle, que falou do substitutivo proposto pelo deputado Rômulo Galvão, relator da Comissão de Educação e Cultura, por conta da proposta apresentada pela Associação Baiana de Museologia (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1982d, pp. 21-23) e sugeriu que fosse feito contato com essa instituição⁵⁶. Destarte, o PL 5.654/1981 tramitava na Comissão de Educação e Cultura, concomitantemente, em 15 de março de 1982, ao processo do PL 4.858/81, sob os cuidados do deputado Rômulo Galvão.

Fruto da articulação da Associação Baiana de Museólogos, o Projeto de Lei 4.858/81, que dispunha sobre a regulamentação da profissão de museólogo, foi apresentado em 24 de junho de 1981, pelo deputado Octacílio Queiroz (PMDB/PB). O deputado, na justificativa para a elaboração do PL, discorreu sobre o esforço ao longo dos anos dos museólogos para regulamentar a profissão e destacou também a escassez desse profissional, haja vista a limitação de formação por três cursos: “(...) são, portanto, poucos em relação à necessidade do mercado. Na verdade, podemos dizer que são poucos abnegados que lutam anonimamente para conservar nossas riquezas”. A despeito do reduzido número de profissionais em relação à demanda do mercado, pretendia-se com proposição desse projeto de lei “[...] fazer justiça a uma classe que se dedica ao estudo, conservação e divulgação dos bens que formam o patrimônio cultural brasileiro”. Destarte, a ausência de recursos para investimento no patrimônio cultural seria equiparada à falta de pessoal qualificado:

Destacamos que a regulamentação da profissão de museólogo foi maximizada para abarcar não só o prejuízo desses profissionais, mas o detrimento da própria memória nacional, sendo a atuação de pessoal não habilitado à causa do problema pela falta de competência. Assim, o apoio à regulamentação seria um direito, um “ato de justiça a uma classe que se dedica ao estudo, conservação e divulgação dos bens que formam o patrimônio cultural brasileiro”.

O Projeto de Lei 4.858/1981 era constituído de seis artigos e, em seu Artigo 1º, permitia o exercício da profissão de Museólogo:

- I - Aos diplomados e titulares de graduação ou pós-graduação, no Brasil, por Faculdades, Escolas e Cursos de nível superior, oficiais ou oficialmente reconhecidos;
- II - aos diplomados por escolas estrangeiras de Museologia reconhecidas

⁵⁶ Segundo Coelho (2015, p. 152), no pronunciamento de Therezinha Sarmiento durante votação das recomendações do Grupo 4, no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, é possível identificar os percalços na comunicação e desencontro das informações com vários projetos correndo em paralelo.

pelas leis do país de origem e cujos diplomas hajam sido revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente;
 III - aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos de atividades nos campos profissionais de Museologia.

Os demais artigos davam conta das atribuições desse profissional, da necessidade do registro profissional na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e vedava o exercício da profissão aos “[...] concluintes de cursos resumidos, simplificados ou intensivos, de férias, por correspondência ou avulsos”.

O despacho do Projeto de Lei 4.858/1981 seguiu para apreciação das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e, ainda, de Trabalho e Legislação Social, em 30 de junho de 1981, sendo lido no plenário e a matéria remetida para publicação no mesmo dia. A partir de 18 de agosto de 1981, esse projeto de lei estava sob os cuidados da Comissão de Constituição e Justiça e teve como relator o deputado Jairo Magalhães (PDS/MG), que concluiu ser constitucional o Projeto de Lei e deu parecer favorável. A reunião da plenária dessa Comissão ocorreu em 3 de dezembro de 1981, com aprovação por unanimidade da constitucionalidade, jurisprudência e técnica legislativa nos termos do referido redator, como consta no Diário do Congresso Nacional (BISERRA, 2013).

Em 28 de abril de 1982, o parecer do relator deputado Péricles Gonçalves, sobre o PL 5.654/81 do deputado Álvaro Valle, recebeu aprovação. O Ofício 117, de 3 de maio de 1982, foi deferido com requerimento de anexação do projeto de lei 5.654/81 ao 4.858/81, “[...] por se tratar de matéria análoga, a fim de que seja oferecido parecer em conjunto” (BRASIL, 1983a, p. 675), segundo o deputado Rômulo Galvão. Ainda em seu relatório, este deputado destacou as tentativas de regulamentação envidadas pela classe e a colaboração da ABM e das Associações Regionais, das quais ressaltou a Associação Baiana de Museologia. Nesse sentido, o relatório retomou as argumentações e justificativas dos referidos projetos, considerando as diversas tentativas de aprovação desde 1963.

Em seu parecer, o deputado discorreu também sobre a insuficiência de recursos humanos na área do patrimônio cultural brasileiro e afirma que “[...] a regulamentação da profissão representará por certo valioso estímulo para a supressão dessa deficiência”. O voto do relator procedeu à fusão das duas proposições, num substitutivo que previa, no Artigo 2º, que o exercício da profissão fosse privativo:

I – dos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura;
 II – dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da

legislação;

III – dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta lei, contem pelo menos cinco anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovado.

No parágrafo único referente ao inciso III, do Artigo 2º, condicionava a apresentação da comprovação ao prazo de três anos a contar da vigência da lei, a se realizar perante os Conselhos Regionais de Museologia, a quem competiria julgar sua validade.

Em 30 de junho de 1982, na Comissão de Educação e Cultura, foi aprovado o parecer do relator deputado Rômulo Galvão, com o substitutivo por ele proposto. E, em 13 de agosto, o PL 4.858/1981 encontrou-se na Comissão de Trabalho e Legislação Social, avocado pelo deputado Adhemar Ghisi (PDS/RJ), cujo parecer foi aprovado, em 1º de dezembro, com substitutivo da CEC e subemenda proposta por ele. A subemenda da CTLS acrescia, ao Artigo 2º, o inciso IV, isto é, incluiu para o exercício da profissão os formados “em Mestrado e Doutorado em Museologia⁵⁷, por cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação” (Idem).

Em 17 de março de 1983, no plenário da Câmara dos Deputados, foram lidos os pareceres da CCJ, CEC e CTLS e remetida matéria com o PL 4.848-A/1981 para publicação. Em 25 de maio de 1983, o PL voltou ao Plenário em discussão única, com aprovação do substitutivo da CEC e da subemenda da CTLS, e o PL 5.654/1981, prejudicado pela aprovação do PL 4.858/81, sofreu então anexação a esse. Nesse mesmo dia, a Mesa Diretora elaborou o Despacho da Redação Final (BRASIL, 1981c).

Na Câmara dos Deputados, a redação final obteve aprovação unânime na Comissão de Redação, oferecida pela deputada Rita Furtado, sendo, em 8 de junho, aprovada no plenário da Câmara. O despacho sobre o PL 4.858-B/1981 seguiu da Mesa Diretora para o Senado Federal, e, em 14 de junho, foi remetido para o Senado Federal mediante o Ofício 322/83 (BRASIL, 1981b).

Nesse contexto, a então presidente da ABM, Neusa Fernandes, iniciou movimentações para que o Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, assinasse a Lei. Sobre esse momento, ela conta que:

Como presidente da ABM, procurei o teatrólogo Guilherme Figueiredo, irmão

⁵⁷ Sobre a discussão acerca da previsão de registro à pós-graduação *stricto sensu*, ver a tese de doutorado “Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso em Museologia no Brasil (1932-1985)”, desenvolvida por Priscila Arigoni Coelho, em 2015, no âmbito do Programa de pós-graduação em Memória Social, UNIRIO.

do Presidente da República e meu amigo pessoal, desde que fui diretora do Museu da Imagem e do Som, onde ele era conselheiro. Pedi para lembrar ao seu irmão que o projeto aguardava somente a assinatura dele (FERNANDES, 2012, apud FERNANDES, 2014, p. 35).

Ainda no âmbito das mudanças de estratégia da ABM em prol da regulamentação da profissão de museólogo, foi organizado o VIII CNM, em Brasília, de 1º a 6 de junho de 1983. Esse congresso seguiu a ideia dos outros, não somente na pauta sobre a regulamentação, mas também na escolha do local de sua realização como tática da ABM para aproveitar o ensejo do evento e promover a discussão sobre a regulamentação da profissão de museólogo junto ao Congresso Nacional e Ministérios.

4.6. O VIII CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS



Figura 20: VIII Congresso Nacional de Museus, Brasília, 1983.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

A ABM organizou o VIII Congresso Nacional de Museus, em Brasília, em junho de 1983, período em que os projetos de lei para regulamentação da profissão articulados no começo da década recebiam os pareceres finais na Câmara dos Deputados e seriam remetidos para o Senado Federal.

A ideia da promoção do VII CNM em Brasília era envolver os políticos nessa pauta, como conta Fernandes (2014, p. 33):

Pretendendo sensibilizar a classe política, o VIII Congresso reuniu centenas de profissionais, autoridades e importantes figuras políticas que defendiam a causa museológica: marcaram presença: o secretário de cultura do MEC, Marcos Vinicius Villaça; o deputado Rômulo Galvão; o ex-ministro do Trabalho Guido Fernando Mondim; Yeses Amoedo Passarinho, representante da ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz; o Ministro do Trabalho Almir Pazzianoto; o senador Marco Maciel [...].



Figura 21: VIII Congresso Nacional de Museus, 1983⁵⁸.
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

No plenário do CNM, o senador Marco Maciel explicou a situação do curso de Museologia de São Paulo, registrado como aperfeiçoamento (Coelho, 2015) e proferiu discurso também no Congresso Nacional, constante no Diário do Congresso, em sua Seção II, de 4 de junho de 1983, no qual ressalta a importância dos museus e diz querer referir-se aos “aspectos substancialmente sociais e, portanto, políticos, da museologia, à sua importância nítida no elenco de uma política cultural – que, por seu turno, é de vital significação para o país”. O senador Marco Maciel destaca também o ofício de museólogo para a sociedade brasileira. Segundo o congressista:

⁵⁸ Da esquerda para direita: Ruy Mourão, Marco Maciel e Neusa Fernandes. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

A respeito convém lembrar que a Câmara dos Deputados vem de aprovar o projeto de iniciativa do ilustre Deputado Álvaro Valle, com substitutivo de seu iminente par – Rômulo Galvão -, dispondo sobre a desejada regulamentação da carreira de museólogo. Estou certo de que, agora, a profissão terá, em sua tramitação, no Senado Federal, o mesmo apoio obtido na outra casa de representação popular, de sorte que se possa, no Brasil, dar o justo reconhecimento a tão desaparecida, quanto relevante, atividade. Tudo isso se impõe para que se faça da melhor forma a correta administração e operação dos museus, e seus acervos, graças – friso - à existência de pessoal devidamente formado e habilitado profissionalmente. Não estaria exagerando se dissesse que essas medidas compõem um quadro de aperfeiçoamento institucional - e por que não proclamar – democrático, que se almeja para a Nação (BRASIL, 1983c, pp. 2196-2197).

O desejo de intervir na afirmação legal do exercício da Museologia fez com que as instituições debatessem seus espaços de atuação, defendessem as posições que ocupavam e se expressassem a respeito do perfil de formação, de profissionais e de museus ideais para o campo. A regulamentação da profissão foi uma regra peculiar à área naquele contexto, que, mais do que reger a relação entre formação e atividade profissional efetiva propriamente, teve a função de demarcar o que era ou não parte do campo. Entretanto, a Museologia contava à época com três cursos de graduação e um de pós-graduação, o que esteve aquém da demanda por formação de profissionais para atuarem nos 895 museus (estimativa) do país (IBGE, 1985), considerando que um dos fundamentos da regulamentação diz que todo museu deve ter um museólogo como elemento profissional indispensável.

4.7. SANÇÃO DA LEI 7.287/1984

Em 29 de novembro de 1984, a Câmara recebeu o Ofício SM 413, do Senado Federal, comunicando a restituição do PL para sanção, e, em 18 de dezembro de 1984, transformado na Lei 7.287/1984. A Lei 7.287/84, dentre seus vinte e um artigos, prevê a designação do profissional museólogo, suas atribuições e as exigências para seu exercício, assim como a criação dos Conselhos e a regulamentação da lei no prazo de noventa dias. Por esta lei, o exercício profissional da Museologia é privativo:

- I – dos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura;
- II – dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura;
- III – dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação;
- IV – dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta Lei, contem pelo menos 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados.

A ação corporativista promovida pelos museólogos se diferenciou da ação do Estado por conta daquilo que lhe era inerente naquele momento: legitimar e regulamentar a função social da profissão de museólogo. Para Bourdieu (1989, apud AZEVEDO, p. 2), a sociedade se configura por vários espaços dotados de relativa autonomia e que são regidos por regras próprias. De acordo com o autor:

Os agentes constroem a realidade social; em dúvida, entram em lutas e relações visando impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vistas referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar.

A regulamentação da profissão de museólogo, projeto que se apresentou como meio de autoafirmação dos museólogos, foi um agente de mobilização e formação de uma comunidade museológica como também o reconhecimento de sua identidade técnica, trabalhista e científica.

4.8. O IX CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS: CARTA DE SÃO PAULO

Entre os primeiros desdobramentos da sanção da Lei 7.287/1984, esteve a fazer valer a existência do instrumento legal, o qual não dispunha do decreto que o regulamentasse. Para tanto, a ABM organizou o IX Congresso de Museus, realizado em São Paulo, entre os dias 18 e 24 de agosto de 1985, reunindo 428 inscritos, na Sala Pascoal Carlos Magno, no Teatro Sérgio Cardoso, com o objetivo de “pressionar a esperada regulamentação” (FERNANDES, 2014, p. 36). Fazendo menção ao contexto da redemocratização do país, afirmaram compreender que este fosse um assunto menos urgente diante do período delicado por que passou o país na transição do último governo, entretanto, demandaram que o presidente (o primeiro civil, eleito indiretamente, desde 1964) não faça como os anteriores ao protelar a questão.

Nesse CNM, foi formulada e divulgada a Carta de São Paulo, na qual os profissionais manifestaram seus sentimentos a respeito da regulamentação da profissão de museólogo e denunciaram o retardo na instituição de medidas legais para reger a Lei 7.287/1984, que, no seu Artigo 19, previa que fosse realizada dentro de noventa dias a contar da sua publicação.

Na Carta de São Paulo, foi elaborada uma breve retrospectiva quanto à profissionalização e dirigiu-se aos museólogos, a todos que trabalham em museus, instituições afins e órgãos do patrimônio e aos gestores públicos na área de cultura, educação

e trabalho, informando sobre a pendência quanto ao decreto que possibilita que a lei entre em vigor, fato que impediria a classe museológica de iniciar os atos normativos e os trâmites necessários para que disciplinem o exercício da profissão de museólogo, ficando condicionados a um ato complementar que é a regulamentação da própria Lei.

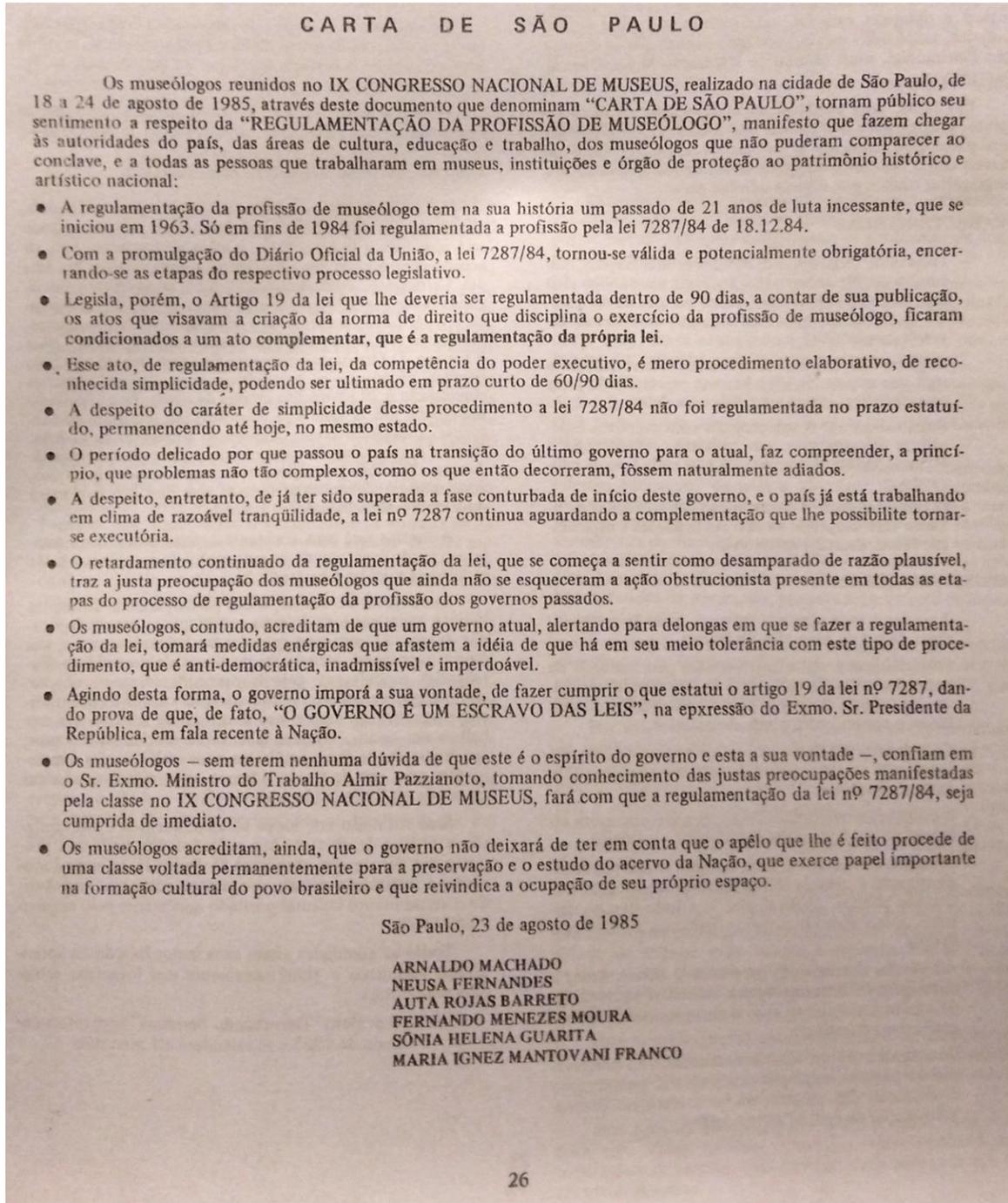


Figura 22: Carta de São Paulo, 1985.
Fonte: Anais do IX CNM. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Dois meses após a realização do IX CNM, o reconhecimento social e jurídico da profissão de museólogo se impôs com a ratificação da Lei 7.287/1984 por meio do Decreto 91.775/85 (FERNANDES, 2014, p. 38). Assim, a lei de regulamentação aparentemente descentraliza a capacidade de dizer quem faz parte do campo e institui uma legitimidade oficializada pelo Estado que, como regra geral, passa a ser um capital disponível, especialmente para identificar o que ou quem está fora do campo profissional da Museologia.

4.9. SANÇÃO DO DECRETO 91.775/1985

Em 14 de março de 1985, o Ofício SM-70/84, do Senado Federal, encaminhou este projeto para autógrafo, sendo então sancionado o Decreto 91.775/1985 em outubro daquele ano. No parágrafo único, referente ao artigo que expõe os termos acima descritos, trata-se do prazo e condições para os contemplados, no inciso IV, comprovarem sua situação aos Conselhos. Na época de sanção do decreto, o MEC havia se dividido em Ministério da Educação e Ministério da Cultura, o que conferiu ligeiras alterações aos termos empregados na designação do profissional museólogo, que, por este decreto, é concedida aos seguintes profissionais:

- I – dos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação;
- II – dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por escolas ou cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação;
- III – dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação pertinente;
- IV – dos diplomados em outros cursos de nível superior que, em 18 de dezembro de 1984, contem, pelo menos, 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados.

O estabelecimento de requisitos para o exercício da profissão de museólogo buscou colocar fim à improvisação técnica e profissional, ao diletantismo, ao menos no âmbito da norma (COSTA, 2002). Após a regulamentação da profissão, ao diploma de bacharelado em Museologia e ao registro profissional no Conselho Federal de Museologia que, como regra geral, passou a ser um capital disponível, especialmente para identificar quem está fora do campo, foi reservado um elevado poder simbólico. A obtenção do diploma e posterior registro fixaram as disposições dominantes, uma delegação simbólica que desapossou e distinguiu os menos competentes em favor dos mais competentes (BOURDIEU, 1996), isto é, estabeleceu legalmente uma fronteira que operou a separação entre os que são e os que não são museólogos.

Juntamente com a regulamentação da profissão de museólogo, existiu a possibilidade de habilitação de profissionais que atuassem em museus há mais de cinco anos, mediante comprovação. O parágrafo único do Artigo 2º mantinha a condição quanto aos contemplados no inciso IV, isto é, o prazo de três anos para comprovarem sua situação e a submissão dessa comprovação à avaliação do Conselho Regional. Fazia mister, então, a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Museologia a fim de que essa função do Estado de regulação da atividade profissional de Museologia começasse a ser exercida.

Os Conselhos Regionais de Museologia e o Conselho Federal, pelo Decreto 91.775/1985, constituem “[...] em seu conjunto, uma autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério do Trabalho e sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União”, cuja abrangência de sua jurisdição seria todo o território nacional. Os COREM e o COFEM são, por norma, os agentes de fiscalização voltados para o cumprimento do Código de Ética do Profissional Museólogo do Conselho Federal de Museologia (COFEM) e das leis afetas à profissão. Destarte, o papel dos Conselhos criados após a regulamentação da profissão seria justamente assumir o dever de Estado de fiscalização do exercício profissional de museólogo a fim de proteger e zelar pelos interesses da sociedade.

Do ponto de vista prático, a regulação aconteceu com a criação prevista na lei dos Conselhos Regionais e Federal de Museologia. Assim, os dispositivos legais da regulamentação da profissão descentralizaram a capacidade de dizer quem faz parte do campo e instituiria uma legitimidade oficializada pelo Estado, haja vista que, aos Conselhos Federal e Regionais de Museologia, coube o cumprimento do dever do Estado de regulação da atividade profissional de Museologia.

4.10. O X CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS: CARTA DE OURO PRETO

A regulamentação da profissão caracterizou a legitimação de sua existência pelo Estado, por meio de uma identidade jurídica e pública para o seu exercício. Mediante a regulamentação, atribuíram-se direitos e obrigações perante a sociedade aos profissionais que passaram a ter suas atividades reguladas e controladas por legislação específica. O reconhecimento social e jurídico da profissão de museólogo adveio então com a Lei 7.287/1984, regulamentada pelo Decreto 91.775, de 15 de outubro de 1985, e a partir desta legislação, se estabeleceram oficialmente o diploma universitário ou a titulação *stricto sensu* na área, juntamente com o registro profissional no Conselho como elementos que autorizam o exercício profissional como museólogo.

Os Conselhos Regionais organizaram-se e elegeram seus representantes para o Regional e para o Conselho Federal de Museologia. Pretéritas à Assembleia de formação do COFEM, foram realizadas reuniões para constituir os COREM, sendo estes, instâncias subordinadas ao COFEM com a finalidade de efetuar o registro dos museólogos e expedir sua Cédula de Identidade Profissional, apresentar sugestões ao COFEM, atuar como órgão consultivo do Governo quanto aos interesses dos museólogos, e, junto com o COFEM, fiscalizar o exercício da profissão.

Os COREM começaram a se organizar por estados da federação, porém havia maior concentração de profissionais em alguns estados e nesses, logo, se constituíram os COREM. Outros, com número reduzido de profissionais não conseguiram constituir o Conselho Regional em seus estados e se agruparam em representação por Região. Assim, se estabeleceram os nove primeiros Conselhos Regionais: Bahia, Centro-Oeste, Minas Gerais, Nordeste, Norte, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

Cada Conselho Regional conviveu com uma realidade de formação profissional diversa. Enquanto o Rio Grande de Sul se constituiu, majoritariamente, de provisionados, São Paulo se compôs inicialmente com os pós-graduados, advindos do Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e as demais regiões compuseram-se, sobretudo, de bacharéis, egressos das duas Universidades que dispunham de cursos de graduação em Museologia e que à época se concentravam no Rio de Janeiro e na Bahia. Na primeira reunião extraordinária do COFEM, realizada em 11 de novembro de 1987, na oportunidade do X Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto, a alteração das jurisdições dos COREM foi contestada pelos COREM São Paulo e Norte, absorvidos em outros COREM na Resolução 01/87 do referido Conselho. Na reunião ordinária do COFEM, realizada em 12 de novembro de 1987, foi decidida a permanência dos COREM São Paulo e Norte.

O trabalho dos Conselhos foi iniciado com a orientação aos profissionais, sobre o que representava para a Museologia a criação de um Conselho de Fiscalização, quais eram as suas atribuições e as dos profissionais. Os Conselhos Regionais deveriam, além de, inicialmente, promover maior divulgação da Lei e do Decreto de Regulamentação, orientar sobre a função do Conselho e da obrigatoriedade de todos os profissionais e pessoas jurídicas se registrarem. Entretanto a realidade do mercado de trabalho demonstrava que mesmo com a Lei em vigor os profissionais ainda não eram reconhecidos por ela, especialmente no serviço público, onde profissionais de outras áreas, não provisionados conforme previsto na Lei

7.287/1984 e no Decreto 91.775/1985, estavam sendo nomeados para funções previstas na legislação, apesar da atuação dos COREM.

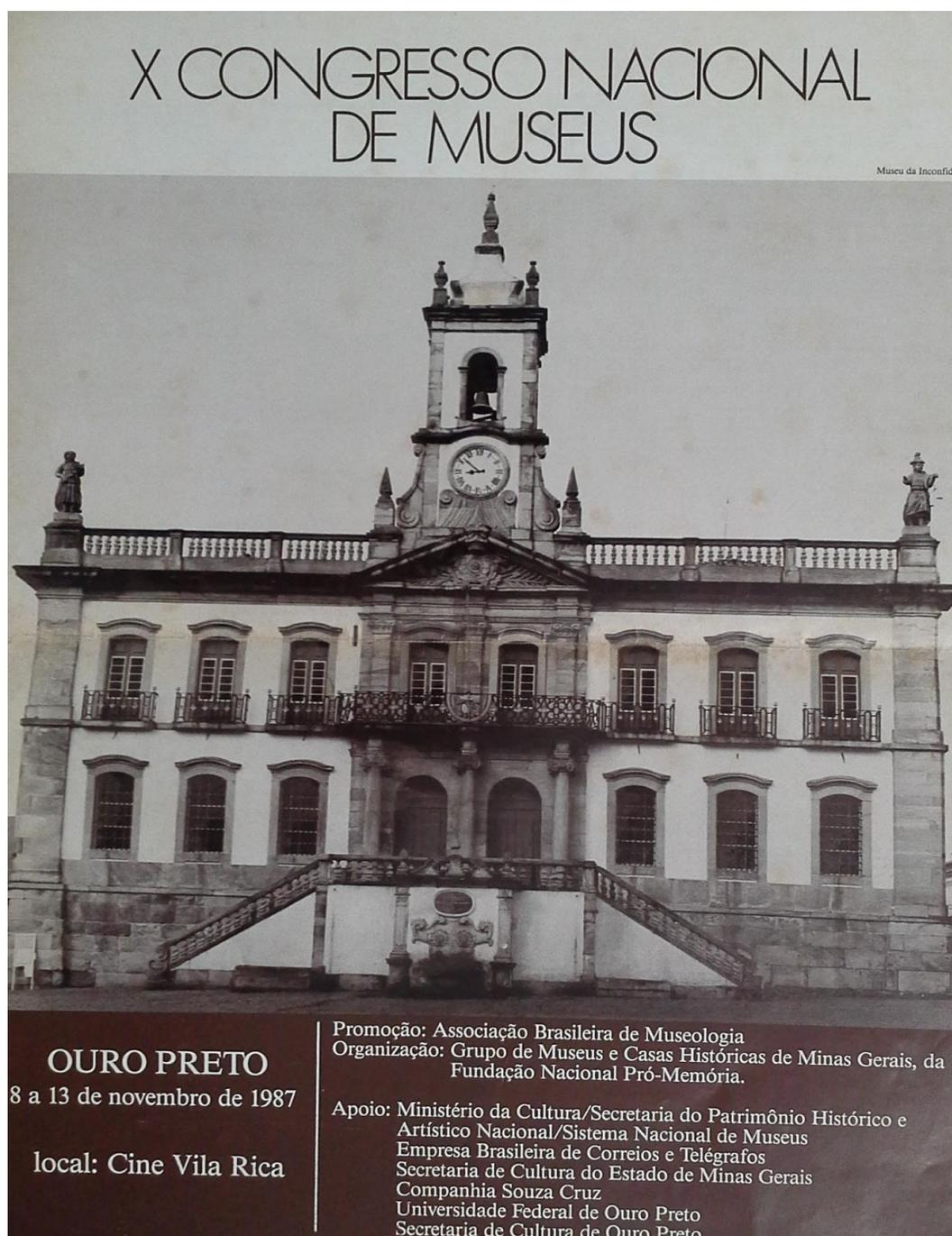


Figura 23: Cartaz do X CNM, OURO PRETO, 1987
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Destarte, não somente a constituição e a jurisdição dos Conselhos foram discutidas em Ouro Preto. A morosidade no cumprimento da legislação acerca da regulamentação da profissão foi alvo de mais um CNM. A aplicabilidade e o cumprimento do Decreto 91.775/85

foram alvos do X CNM promovido pela ABM, em Ouro Preto, entre 8 e 13 de novembro de 1987. Ao final deste CNM, foi aprovada a Carta de Ouro Preto, na qual os museólogos manifestam sua preocupação acerca das:

reiteradas demonstrações por parte de autoridades públicas de descontentamento da Lei nº 7.287/84, ou de indiferença por sua aplicação, em face de nomeações para cargos e funções de museologia de pessoas sem a devida qualificação profissional, o que constitui desobediência ao preceito legal imperativo. Por essas razões, os museólogos e demais profissionais de museus presentes ao X Congresso Nacional de Museus, bem como os que defendem o cumprimento da lei e que nela reconhecem um instrumento salutar do exercício da atividade profissional, decidem manifestar formalmente seu inconformismo pelo não cumprimento à risca da lei que regulamenta a profissão e que assegura à classe a credibilidade que lhe é devida e, sobretudo, necessária nessa importante fase de afirmação profissional. (In: FERNANDES, 2014, p. 38-39).

Além da organização dos Conselhos e da Carta de Ouro Preto, um dos desdobramentos desse Congresso foi a definição de encontros anuais “que servissem como espaço para as discussões temáticas e apresentação de projetos e pesquisas desenvolvidas nos museus nordestinos” (IPHAN, 2000, p. 11), sendo realizado no ano seguinte o I Fórum Nordeste de Museologia, bem como também teve raízes nesse evento a Revista de Museologia do Instituto de Museologia de São Paulo (FESP). Criada, em 1989, com intenção de dirimir a demanda pela sistematização, abertura e aprofundamento das discussões, teve por finalidade contribuir com “[...] a formação de um repertório em comum para os profissionais e para o avanço científico dos estudos museológicos no Brasil” (FESP, 1989, p. 4), ratificando a necessidade de publicações para a área.

As sanções da lei e do decreto completaram um ciclo de processos de institucionalização estruturantes para o campo museológico no Brasil, sendo a ABM um dos seus principais atores. A regulamentação da profissão de museólogo representou o encerramento de um conjunto de processos voltados à institucionalização do campo museológico iniciados com a fundação da ABM, em 1963. Após a regulamentação da profissão, a ABM contribuiu para a constituição dos Conselhos Regionais e Federal de Museologia, que deveriam ser criados por implicações do Decreto 91.775/85, e com eles pactuou-se apoio na defesa dos interesses do campo profissional da Museologia no Brasil, entendendo que, nem por estar regulamentada a profissão, as dificuldades se reduziriam. Faz-se mister manter e enriquecer o comportamento de um profissional de quem se exige ter melhor formação, bem como clareza de sua responsabilidade social e ética para além das questões internas da classe.

Segundo Diniz (2001), as profissões exibem a mesma escala de variações no que diz respeito à coesão e capacidade de mobilização de seus membros. Ainda segundo a autora, todas elas reivindicam estima social e monopólios e “as mais bem-sucedidas obtêm do Estado o fechamento de mercado para seus serviços com base em uma expertise atestada pelas credenciais educacionais”. No Brasil, a obtenção do diploma de nível superior em Museologia, desde a criação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, configuraria um dos instrumentos legais para definir competências, isto é, começaria a estabelecer as disposições dominantes, uma delegação simbólica que desapossaria e separaria os menos competentes em favor dos mais competentes (BOURDIEU, 2007), e com a regulamentação da profissão, essa condição se legitima.

Diniz (2001, p. 87) assevera ainda que é possível articular uma sequência de eventos associados ao desenvolvimento das profissões corporativas no Brasil, que seria: a criação de escolas profissionais; o surgimento das associações profissionais para garantir aos seus membros vantagens e privilégios ocupacionais com base nas credenciais educacionais; a criação pelo Estado de “reservas de mercado” na burocracia pública por meio de posições de cargos reservados aos diplomados pelas escolas profissionais; a ampliação das mobilizações das associações para aumentar a “reserva”; a regulamentação da profissão pelo Estado, criando-se monopólios; e a criação de “escassez” pela restrição do acesso às credenciais acadêmicas, ou seja, pelo controle da “produção de produtores”.

A Museologia no Brasil se desenvolveu como profissão ao longo do século XX, cumprindo os itens elencados por Diniz (2001), porém não exatamente na sequência estruturada pela autora. No caso da Museologia, a formação profissional e a incipiente inserção na burocracia do Estado precedem então o associativismo e estão voltadas inicialmente a um campo museal, envolvendo uma diversidade de profissionais de museus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre as contribuições para a institucionalização do campo de atuação profissional da Museologia, por meio de uma breve [re]construção da memória da Associação Brasileira de Museologia, desde sua fundação, em 1963, até a conquista, em 1985, de um compromisso por ela assumido – a demanda pela regulamentação da profissão de museólogo, e que constitui um dos marcos na institucionalização do campo museológico no Brasil, possibilitou o entendimento do processo de constituição de um *habitus* e de um campo de atuação profissional.

A esse processo, é possível atribuir o desenvolvimento das práticas de Estado e das instituições museais que sofreram forte ascendência no decorrer do século XX no Brasil, haja vista a apropriação dos museus para a divulgação das ideologias de Estado. Não seria incorreto afirmar que os processos de institucionalização do campo museológico na modernidade são desencadeados por essas instituições, sendo seu maior espólio herdado da ação do Estado. Constituídas, primeiramente, em torno da organização e da disponibilização de acervos museológicos, vão acarretar uma profissionalização especializada para o tratamento destes, que ficará a cargo inicialmente dos conservadores de museus. Essa perspectiva dos grupos e memórias coletivamente relacionadas pelo espaço - e suas possibilidades de negociações e reconstruções - interessa à institucionalização do campo museológico, já que esse processo foi deflagrado pelos investimentos feitos por grupos hegemônicos para criarem instituições e consolidarem o Estado nacional.

Assim, os conservadores de museus (posteriormente os museólogos), no Brasil, poderiam ser categorizados como atores sociais, munidos do capital intelectual (conhecimento, técnica) e do capital social (redes sociais), agrupados inicialmente em torno da problemática da preservação dos acervos abrigados em estabelecimentos museais. Dada a precariedade de uma linha política em relação aos acervos musealizados, bem como do enquadramento funcional dos conservadores de museus na estrutura pública, estes se organizaram como sociedade civil por meio de uma associação profissional (*habitus*) em prol de uma regulamentação do seu campo. O associativismo, no caso da Museologia no Brasil, agiu como um dos agentes estratégicos na conformação de um espaço de atuação do profissional, em que se constituíram, em meados do século XX, a Museologia e o museólogo, na medida em que assumiu a demanda pela ampliação da reserva de mercado e articulou com Estado a regulamentação da profissão de museólogo.

Alinhamo-nos ao pensamento de Bourdieu, ao compreender que uma trajetória de vida ou institucional torna-se inverossímil quando se despreza o conjunto de relações objetivas,

que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço de possibilidades. Nesse trabalho, percebemos que, na construção do campo profissional da Museologia, muitos agentes institucionais e profissionais atuaram para estruturá-lo, e que a memória desses grupos precisaram ser [re]construídas para possibilitar uma discussão mais ampla acerca da prática profissional em Museologia no Brasil.

Nessa dissertação, identificamos as contribuições da ABM, uma das associações que compuseram o associativismo, inicialmente, entre os profissionais de museu, ao longo do século XX, no Brasil, e que promoveu o debate de questões ligadas desde as políticas públicas das instituições de museu até as atividades de formação acadêmica e técnica para o devido exercício das atividades laborais nos museus e colaborou para a regulamentação da atividade profissional no campo museal. Os museólogos brasileiros aparentemente interrogaram-se: o que é preciso saber para ser um museólogo? Como esse conhecimento é certificado e qual a perspectiva de sua atuação profissional? São perguntas potentes e, a despeito da regulamentação profissional disposta desde 1984/1985, compreender a função social do museólogo e seu compromisso com a sociedade, interrogar a especificidade de sua atuação e sua distinção para além do diploma e do registro profissional - isto é, o que é exercer o ofício de museólogo? - faz-se mister para pensar uma atuação ética para além da deontologia, ainda hoje.

A ABM ocupou o espaço público e assumiu a reflexão sobre a atividade museológica juntamente com as instituições e o Estado, em um processo dialético que resultou, dentre outros, na regulamentação da profissão de museólogo. Entretanto, o protagonismo da ABM foi pulverizado no final do século XX e, a despeito da existência legal da ABM, sua atuação hoje é invisível. Entendemos que a memória social é um processo coletivo e, quando ocorrem situações em que há uma dispersão do grupo social, e a falta de comunicação entre as gerações, torna-se difícil a socialização das lembranças e a fixação da memória porque há uma descontinuidade dos acontecimentos. Com essa pesquisa, esperamos ter contribuído para a discussão sobre a Museologia como espaço institucionalizado de profissão no Brasil, ao construir um estudo tendo por foco a memória da participação da Associação Brasileira de Museologia nesse processo. Entretanto, entendemos que estamos nas primeiras camadas da escavação (no sentido que Walter Benjamin nos traz) dessa memória e como disse Guimarães Rosa, no Entremeio como vaqueiro Mariano, narrar é resistir.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

A CARTA DO RIO DE JANEIRO. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 16/17 ago.1981. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. Estatuto. Rio de Janeiro: ABM, 1963. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. Salão Nobre do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 02 de dezembro de 1963b. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 9-11. Coleção ABM.

_____. Salão Nobre do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 23 de março de 1964a. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 12-14. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 4 de maio de 1964b. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 15-18. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 1º de junho de 1964c. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 19-21. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 3 de agosto de 1964d. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 23-24. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 5 de abril de 1965a. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 30-33. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 20 de outubro de 1965b. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 39-46. Coleção ABM.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 1, ano 1, 1966a. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 26 de junho de 1966b. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 52-55. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 19 de setembro de 1966c. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 57- 73. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 17 de julho de 1967. Diretoria; Livro 1963-1967. pp. 89-99. Coleção ABM.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 2, 1968a. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 9 de novembro de 1968b. Diretoria; Livro 1967-1972. pp. 6-7. Coleção ABM.

_____. Auditório Regina Monteiro Real do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 19 de junho de 1970a. Diretoria; Livro 1967-1972. pp. 13-16. Coleção ABM.

_____. Sede da ABM. Ata da reunião realizada no dia 16 de setembro de 1970b. Diretoria; Livro 1967-1972. pp. 21-22. Coleção ABM.

_____. Sede da ABM. Ata da reunião realizada no dia 30 de setembro de 1970c. Livro 1967-1972. pp. 23-24. Coleção ABM.

_____. Auditório do MHN. Ata da reunião realizada no dia 21 de outubro de 1970d. Livro 1967-1972. pp. 25-26.

_____. Auditório do MHN. Ata da reunião realizada no dia 1º de dezembro de 1970e. Livro 1967-1972. pp. 29-33.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 3, 1971a. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 9 de fevereiro de 1971b. Livro 1967-1972. pp. 34. Coleção ABM.

_____. MNBA. Ata da reunião realizada no dia 11 de março de 1971c. Livro 1967-1972. pp. 35-36. Coleção ABM.

_____. MNBA. Ata da reunião realizada no dia 13 de maio de 1971d. Livro 1967-1972. pp. 36-37. Coleção ABM.

_____. Auditório do MNBA. Ata da reunião realizada no dia 3 de dezembro de 1971e. Livro 1967-1972. pp. 39-40. Coleção ABM.

_____. Residência do Vice-Presidente, Sólon Leontínis. Ata da reunião realizada no dia 28 de abril de 1972a. Livro 1967-1972. pp. 40-41. Coleção ABM.

_____. Residência da 1ª Secretária, Auta Rojas Barreto. Ata da reunião realizada no dia 16 de agosto de 1972b. Livro 1967-1972. pp. 41-42. Coleção ABM.

_____. Fundação Casa de Rui Barbosa. Ata da reunião realizada no dia 13 de novembro de 1979. Livro Conselho Deliberativo. pp. 8-9. Coleção ABM.

_____. Biblioteca Euclides da Cunha/Ministério da Educação e Cultura. Ata da reunião realizada no dia 7 de janeiro de 1980a. Livro Conselho Deliberativo. pp. 9-11. Coleção ABM.

_____. Biblioteca Euclides da Cunha/Ministério da Educação e Cultura. Ata da reunião realizada no dia 7 de abril de 1980b. Livro Conselho Deliberativo. pp. 11-13. Coleção ABM.

_____. Biblioteca Euclides da Cunha/Ministério da Educação e Cultura. Ata da reunião realizada no dia 7 de julho de 1980c. Livro Conselho Deliberativo. pp. 13-14. Coleção ABM.

_____. *Anais do VII Congresso Nacional de Museus*. Rio de Janeiro, 1981a. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 1, set. /out. /nov. 1981b. Coleção ABM.

_____. Biblioteca Euclides da Cunha/Ministério da Educação e Cultura. Ata da reunião realizada no dia 18 de janeiro de 1982a. Livro Conselho Deliberativo. pp. 18-19. Coleção ABM.

_____. Biblioteca Euclides da Cunha/Ministério da Educação e Cultura. Ata da reunião realizada no dia 12 de abril de 1982b. Livro Conselho Deliberativo. pp. 19-20. Coleção ABM.

_____. Biblioteca Euclides da Cunha/Ministério da Educação e Cultura. Ata da reunião realizada no dia 22 de junho de 1982c. Livro Conselho Deliberativo. pp. 20. Coleção ABM.

_____. Auditório do Museu do Índio. Ata da reunião realizada no dia 24 de setembro de 1982d. Livro Conselho Deliberativo. pp. 21-23. Coleção ABM.

_____. Auditório do Museu do Índio. Ata da reunião realizada no dia 24 de setembro de 1982e. Livro Conselho Deliberativo. pp. 24-26. Coleção ABM.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 5/6, jan. /jun., 1983a. Coleção ABM.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 7, jul. /set. 1983b. Coleção ABM.

_____. *Anais do VIII Congresso Nacional de Museus*. São Paulo, 1983c. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. *Regimento do VIII Congresso Nacional de Museus*. São Paulo, 1983d. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 9, ago., 1985a. Coleção ABM.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 10, set. /dez., 1985b. Coleção ABM.

_____. *Anais do IX Congresso Nacional de Museus*. São Paulo, 1985c. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. *Boletim da Associação Brasileira de Museologia*, n. 11, jan. /mar., 1986. Coleção ABM.

_____. *Anais do X Congresso Nacional*. Ouro Preto, 1987. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. *Anais do XIII Congresso Nacional de Museus*. Brasília, 1993. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

COREM/RJ. *Boletim Informativo*. Rio de Janeiro, junho de 1986a. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. *Circular PRESI – 01/86*. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1986b. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Curso de Museus (Mandato Universitário)*. Rio de Janeiro: MHN, 1956. Coleção Escola de Museologia, UNIRIO.

_____. *Projeto que dispõe sobre a profissão de museólogo e regula seu exercício*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962. Coleção do Museu Histórico Nacional.

_____. *Minuta de um anteprojeto de regulamentação da profissão de Museólogo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1968. Coleção do Museu Histórico Nacional.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco de. O Patrimônio Histórico e Artístico e a missão da universidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, [S. l.], no .31, p. 83-87, 2005.

_____. Na inauguração do Museu da Inconfidência. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MINC/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação PróMemória, 1987, pp.165-168.

ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. A memória do pensamento museológico contemporâneo. *Documentos e depoimentos*. São Paulo. Comitê Brasileiro do ICOM/FFLCH/USP, 1995.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. Espaço social, campo social, habitus e conceito de classe social em Pierre Bourdieu. *Revista Espaço Acadêmico*. São Paulo, ano 3, n. 24, maio 2003.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

BAREMBLIT, Gregório F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BARROSO, Gustavo. A Carreira de Conservador. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 8, 1947.

_____. *Introdução a Técnicas de Museus*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946.

BENOIST, Luc. *Musée et museologie*. Paris: PUF, 1971.

BISERRA, Natália de Figueirêdo. *Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos: alguns itinerários para a regulamentação da profissão no Brasil*. Monografia (Escola de Museologia). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

_____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Le champ scientifique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, jun. 1976, pp. 88-104. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1976_num_2_2_3454. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 79-181.

_____. *La noblesse d'Etat: grands écoles et esprit de corps*. Paris: Les éditions de Minuit, 1989 In: AZEVEDO, Mario Luiz Neves de, op. cit. p. 2.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Ce que parler veut dire*. L'Économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 2009.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

_____; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. A construção do objeto e O racionalismo aplicado. In: *A profissão do sociólogo*. Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, pp. 45-97.

_____; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

_____; DARBEL, Alain. *O Amor pela Arte - Os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Editora Zouk, 2007.

BRASIL. Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional. *Diário Oficial da República nº 191*. Anno LXI 34º. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. Decreto 21.129, de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". *Diário Oficial da República nº 61*. Ano LXXI 44º. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. *Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional"*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937a. *Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 25 jun 2017.

_____. Lei nº. 452, de 5 de julho de 1937b. Por essa Lei, a Universidade do Brasil absorveu a Universidade do Rio de Janeiro e a Escola de Minas, por exemplo. Passou a integrá-la também instituições como o Museu Nacional.

_____. Decreto-Lei nº. 92, de 21 de dezembro de 1937c. Cria o Serviço Nacional de Teatro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-92-21-dezembro-1937-350840-norma-pe.html> Acesso em: 25 jun 2017.

_____. Decreto-Lei nº. 93, de 21 de dezembro de 1937d. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 jun 2017.

_____. Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938a. *Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Decreto-Lei nº. 526, em 1938b. Institue o Conselho Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 jun 2017.

_____. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 6.689, de 13 de julho de 1944a. *Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6689-13-julho-1944-452521-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Decreto nº 16.078, de 13 de julho de 1944b. *Aprova o Regimento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-Lei nº 6.689, de 13 de julho de 1944*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. *Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4084-30-junho-1962-353848-normaactualizada-pl.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Projeto de Lei 801/1963. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 13 de agosto de 1963, Seção I, pp. 5.370-5.371. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13AGO1963.pdf#page=30>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Decreto 58.800. Regimento do Curso de Museus. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. 13 de julho de 1966a. *Diário Oficial [Estados Unidos do Brasil]*. 18 de julho de 1966. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966b. *Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 10 de março de 1967, p. 554.

_____. Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969a. *Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-773-20-agosto-1969-374734-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 971/69b, de 5 de dezembro de 1969, sobre o currículo mínimo de Museologia*. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. *Regimento e Currículo do Curso de Museus*. Parecer nº4127/74, CFE/MEC, de 6 dez. 1974. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Culturais. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira. Recife: MEC/DAC/IJNPS, 1976.

_____. Ministério da Educação e Cultura. CFE/CESU. Resolução nº 14, de 23 de novembro de 1977. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo. Brasília, DF, 5 dez. 1977. Seção I, p. 16.631.

_____. Lei nº 6.555, de 05 de junho de 1979a. *Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6655-5-junho-1979-365777-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979b. *Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 26 de junho de 1981a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25JUN1981.pdf#page=64>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 4.858/1981. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 1º de julho de 1981b, Seção I, p. 6.742. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01JUL1981.pdf#page=66>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 5.654/1981. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 02 de dezembro de 1981c, Seção I, pp. 14.213-14.214. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02DEZ1981.pdf#page=29>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 27 de março de 1982. Seção I, p. 1.505. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=15821&seqPaginalInicial=1&seqPaginaFinal=16>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 18 de março de 1983a. Seção I, pp. 672-675. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18MAR1983.pdf#page=49>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 26 de maio de 1983b. Seção I, p. 4.017. ERRATA: *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 08 de junho de 1983. Seção I, p. 4.724. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08JUN1983.pdf#page=106>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Senado Federal. *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 04 de junho de 1983c, pp. 2.196-2.197. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=4659&seqPaginalInicial=1&seqPaginaFinal=54>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 9 de junho de 1983d. Seção I, pp. 4.779. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09JUN1983.pdf#page=53>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 16 de junho de 1984a. Seção I, p. 5.330. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4BD6700EA39C9EB57B683AC7616655D5.node1?codteor=1112423&filename=Tramitacao-PL+4858/1981. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Senado Federal. OF SM 413. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 6 de dezembro de 1984b. Seção I, p. 16.266. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06DEZ1984.pdf#page=164>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Lei nº 7.287/1984c. Dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 1984c. Seção I, p. 19.033. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7287.htm. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Decreto nº 91.775/1985. Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 out. 1985. Seção I, p. 15.068. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91775-15-outubro-1985-441776-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Lei nº 10.750, de 24 de outubro de 2003. *Altera a denominação da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10750-24-outubro-2003-460018-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. COFEM, Conselho Federal de Museologia. *Código de Ética Profissional do Museólogo*, de 18 de dezembro de 1984, modificado em 23 de outubro de 1992. Disponível em: http://cofem.org.br/?page_id=22. Acesso em: 01 dez. 2013.

BRULON SOARES, B. C. Caminhos da Museologia: transformações de uma ciência do museu. *Senatus*, Brasília, v. 7, n. 2, pp. 32-41, dez. 2009. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/183232/000876474.pdf?sequence=6>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. *et al.* O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *Anais do Museu Histórico Nacional - 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 46, 2014, pp. 244-262.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretária de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, pp. 31-81, 2010.

_____. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

_____. *A Formação Profissional e os Museus Brasileiros: Conquistas e Desafios*. 23ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus, 2013. Disponível em: <http://www.ICOMrio2013.org.br/pt/news/professional-training-and-brazilian-museums-achievements-and-challenges>. Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. Teoria Museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. *Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia*. América do Norte. 10 jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/297>. Acesso em: 02 dez. 2013.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia. (org.). *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, pp. 09-20.

_____. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. In: III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, entre os dias 23 e 25 de maio de 2007. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br:8080/bitstream/fcrb/451/2/Calabre%2C%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>. Acesso em: 02 mar. 2016.

CARMARGO-MORO, Fernanda de; NOVAES, Lourdes. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993). Documento de base: cronologia do ICOM 1946-1993. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretária de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p.31- 81, 2010.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23. Rio de Janeiro, 1990.

CARRAZZONI, Maria Elisa. O que é um conservador de museu?. *Revista MEC*, n. 37, ano VIII, pp. 32-33. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967.

CARVALHO, Luciana Menezes de. *Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2008. 107 p. Orientador: Tereza Cristina Moletta Scheiner. Co-orientador: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda.

_____. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - Dois caminhos, um único objetivo: discutir Museu e Museologia. *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 4, pp. 147-158, 2011. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/185/171>. Acesso em: 13 out. 2016.

_____; SCHEINER, Tereza. Reflexões sobre Museologia: documentação em museus ou museológica? *XV ENANCIB*. Belo Horizonte, 2014.

CERAVOLO, Suely Moraes. *Da palavra ao termo – um caminho para compreender Museologia*. 2004. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 12, n. 1, dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142004000100019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2016.

CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Editora Argos, 2006.

_____. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MINC/IPHAN/DEMU, 2007. p.12.

_____. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

_____; GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*. v. 27, pp. 31-59, 1995.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001, p. 282.

COELHO, Edmundo C. *As Profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, Priscilla Arigoni. *Metáforas em Rede no Processo de Institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)*. 2015. 261p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS/UNIRIO. Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, Heloisa Helena F. G. da. Formação em Museologia – o caso da Bahia. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: v. 41, pp. 239-253, 2009.

COSTA, Icleia Thiesen. *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1997. Tese de doutorado.

COSTA, Ludmila Leite Madeira. *Termo/Conceito Museólogo: Identificando e definindo sua atuação em coleções de artistas plásticos contemporâneos*. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

_____; LIMA, Diana Farjalla Correia. O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos. In: ENANCIB 2013 - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (14), 2013, Florianópolis. *Anais XIV ENANCIB 2013, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação*. Florianópolis: ANCIB, UFSC, 2013, pp. 1-21. Disponível em:

<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/26/21>. Acesso em: 15 nov. 2015.

COSTA, Lygia Martins. De museus, museologia e museólogos. *Parecer de 12 de abril de 1982 no processo de regulamentação da profissão de museólogo*, em atenção ao pedido de Aloísio Magalhães quando o documento foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação. In: BARROS, Clara Emília Monteiro de. (org.). *Lygia Martins Costa: De museologia, arte e política de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, pp.61-68.

_____. Entrevista-depoimento. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, pp. 275-309, 2005.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. *Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus - ICOM-BR, 2008. (Monografia premiada em concurso).

_____; SÁ, Ivan Coelho de. *Do horizonte do passado ao horizonte do futuro: 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932-2007)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

CRUZ E SOUZA, Luciana Christina; MORAES, Nilson Alves de. Museu e museologia: instituição e conhecimento em mudança. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013) GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação Comunicação Oral. Disponível em:

<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/311/394>.

Acesso em: 06 out. 2016.

CRUZ, Maria de Lourdes Otero Brabo. *Bourdieu e a linguística aplicada*. Disponível em:

<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3859/3555>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CURY, Marília Xavier. Museologia: marcos referenciais. Cadernos do CEOM (UNOESC). Chapecó (SC): n. 21, pp. 45-73, 2005.

_____. Museologia: novas tendências. In: GRANATO, Marcus (org.). MAST Colloquia - Museu e Museologia. Interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MCT, MAST, v. 11, pp. 25-41, 2009.

DESVALLÉES, Andre; MAIRESSE, François. *Conceptos claves de la Museología*. Tradução Armida Córdoba. Paris: ICOM, 2010.

_____; _____. *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Ed. Armand Colin, 2011.

_____; _____. (dir.) *Vers une redéfinition du musée? Avant-propos de Michel Van Praët*. Paris: l'Harmattan, 2007.

DINIZ, Marli. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FERNANDES, Neusa. *A ABM e a regulamentação da profissão de museólogo*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014. (Coleção Memória e Preservação da Museologia no Brasil: História).

FESP. Regulamento. *Revista de Museologia*, n. 1, ano 1. São Paulo: Instituto de Museologia de São Paulo, 1989.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. Da modernização à participação: a Política Federal de Preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. MEC, n. 24, 1996.

_____. *O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niteroi: Muriaquitã, 2008.

FREYRE, G. *Ciência do homem e museologia: sugestões em torno do museu do homem do nordeste do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife: I JNPS, 1979.

GOMES, Yuri Queiroz. Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza (org.). *Memória e patrimônio – Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 21-29.

_____. Os museus e a representação do Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, pp. 254-273, 2005.

_____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: 2007.

GONDAR, Jô. Quatro preposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (org.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

_____. *Los marcos sociales de la memoria*. México: Anthropos, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

ICOM, International Council of Museum. *Resoluções da 8ª Assembleia Geral do ICOM*, Nova Iorque, 1965. <http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icom-general-assemblies-1946-to-date/new-york-1965/> Acesso em. 20 jun. 2017.

_____. Comitê Nacional Português. Comitê Brasileiro. *Código Deontológico do ICOM para Museus*. Versão lusófona, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. Memória do Fórum Nordestino de Museologia. Aracaju: IPHAN, 2000.

_____. *Caderno de diretrizes museológicas 1*. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2ª ed.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (org.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997, pp. 93-114.

LAPASSADE, George. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LIMA, Diana Farjalla Correia. *Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: informação em arte, um novo campo do saber*. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). IBICT-UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Museologia, Informação, Comunicação e Terminologia: pesquisa Termos e Conceitos da Museologia. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins. (org.). *MAST COLLOQUIA*. Rio de Janeiro: MAST, 2008, v. 10, pp. 181-199.

LOURAU, René. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: O Museu, v. 34, 2002.

_____. Colecionando relíquias: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretária da Cultura do Estado de Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 49).

MAROEVIC, Ivo. Towards the new definition of a museum. In: MAIRESSE, François; MARANDA, Lynn; DAVIES, Ann (org.). *Defining the museum*. Bélgica: ICOM, ICOFOM; Paris: Harmattan, 2007.

_____. Museology as a field of knowledge, Study series Cahiers d'études, Paris, n. 8, p. 5, 2000.

MENSCH, Peter van. Museology as a profession. *Study series Cahiers d'études*, Paris, n. 8, 2000.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, nº 4, v. 2, jul. 1987, pp. 65-87.

MENSCH, Peter van. *Towards a Methodology of Museology*. 1992. Tese de PHD. Universidade de Zagreb. Zagreb, 1992.

MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MORAES, Nilson A. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Museologia e Patrimônio* - vol. II, nº 1, jan./jun. de 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.62.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em: 25 out. 2016.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos. (Org.) *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. Brasília: IBRAM; MinC; Programa Ibermuseos, 2012. Texto em espanhol, português, inglês e francês. v.2.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: PUC, 2004.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil; entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1989, pp. 3-15.

_____. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1992, pp. 200-215.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. In: RONANO, Ruggiero (dir.) *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1994, v. I, pp. 52-86. Memória-História.

_____. Memória: atlas, documento/monumento, fóssil, memória, ruína/restauro. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42 (Sistemática), pp. 507-516.

POULOT, Dominique. Les origines du conservateur. In: *Musées et collections publiques de France*, n. 221/222, dez.1998/mar.1999, pp. 31-40.

_____. *Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. *Museu e Museologia*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Ensaio Geral).

PROSPERI, Adriano. *Dar a alma: história de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

RANGEL, M. F. Políticas públicas e museus no Brasil. In: GRANATO, Marcus et al. (org.). *MAST Colloquia - O Caráter Político dos Museus*. Rio de Janeiro: MCT, MAST, v. 12, p. 119-135, 2010.

_____. A cidade, o museu e a coleção. *Linc em Revista*, v. 7, pp. 301-310, 2011.

RIVIÈRE, Georges Henri. *La Museología. Curso de Museología*. Textos y testimonios. Madrid: Akal, 1993.

RÚSSIO, Waldisa. *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FESP, 1977. Acervo Centro de Documentação da FESPSP.

_____. [untitled]. *MuWoP: Museological Working Papers = DoTraM: Documents de Travail en Muséologie*. Interdisciplinarity in Museology, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, v. 2, pp. 56-57, 1981.

_____. [untitled]. In: SYMPOSIUM COLLECTING TODAY FOR TOMORROW. Leiden: ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM. 1984. p. 51-59. (ISS: *ICOFOM Study Series*, n. 6).

_____. Presença dos museus no panorama político-científico-cultural. *Cadernos Museológicos*. Rio de Janeiro: Sphan – Pró-Memória, n. 2, 1989, p. 75.

_____. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. In: *Cadernos Museológicos*, n. 3, 1990. pp. 7-12.

_____. Existe um passado museológico brasileiro? *O Estado de S. Paulo*, 29 jul. 1979. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, pp.86-95, 2010a.

_____. Formação Profissional. *Conferência apresentada em Encontro do Comitê Brasileiro do ICOM*, em Belo Horizonte, 21 de maio de 1986. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.).

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, pp.224-231, 2010b.

_____. Formação do museólogo: por que em nível de pós-graduação? BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, pp. 232-236, 2010c.

_____. Museu, Museologia, museólogos e formação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, pp.243-252, 2010d.

_____. Museologia: formação no Brasil – a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo/FESP. Conferência apresentada no I Seminário Latino-Americano de Museologia, organizado pelo Instituto de Museologia de São Paulo/FESP-SP. São Paulo, 1990. BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, pp. 253-262, 2010e.

SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 39, pp. 10-43, 2007.

_____. Subsídios para a história da preservação no Brasil: a formação em conservação-restauração no Curso de Museologia da UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 44, pp. 11-32, 2012.

_____. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. *Acervo* 26.2 (2013): 31-58.

_____. Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorato (org.). *90 anos de Museu Histórico Nacional em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp. 223-243, 2014.

_____; SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN, 1932-78: Alunos Graduandos e Atuação Profissional*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, n. 41. 1999.

SANTOS, Maria Célia T. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a práxis e a formação. In: _____. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2008.

_____. Capítulo VI – A formação do museólogo e o seu campo de atuação. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 19, n. 19, june 2002. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/365>. Acesso em: 02 dez. 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlvida dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2002. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>>. Acesso em: 11 out 2016.

_____. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2002. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SANTOS, Nubia Melhem; NONATO, José Antonio (org.). *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

SCHWARCZ, Lilia K. M. O Nascimento dos Museus Brasileiros (1870-1910). In: MICELLI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, v. 1, 2001, pp. 29-90.

SCHEINER, Tereza. Society, Culture, Heritage and Museums in country called Brazil. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND DEVELOPING COUNTRIES – HELP OR MANIPULATION? Hyderabad: ICOM, International Committee for Museology/ ICOFOM, 1988. pp. 179-193. ISS: *ICOFOM Study Series*, n. 15. Disponível em: http://network.ICOM.museum/fileadmin/user_upload/minisites/ICOFOM/pdf/ISS%2015%20%281988%29.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. *Apolo e Dionísio no Templo das Musas*. Museu: gênese, ideia e representações nos sistemas de pensamento da sociedade ocidental. Dissertação de Mestrado. Orientador: Paulo Vaz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1998, 152 p.

_____. As Bases Ontológicas do Museu e da Museologia. *Museology and Philosophy. ICOFOM STUDY SERIES* n. 31. Coro, Venezuela, 1999. pp. 103-172.

_____. *Imagens do "não lugar": comunicação e os "novos patrimônios"*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. Museologia e Pesquisa: perspectivas na atualidade. *MAST Colloquia – Museu: Instituição de Pesquisa*. Rio de Janeiro, v. 7, pp. 85-100, 2005.

_____. O Museu como processo. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. Belo Horizonte: Superintendência de Museus, 2008, pp. 35-47.

_____. Museologia ou Patrimoniologia? Reflexões. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (org.). *Museu e museologia: Interfaces e Perspectivas*. MAST Colloquia. Rio de Janeiro: MAST, 2009, v. 11, pp. 43-59.

_____. Conceitos, Termos e Linguagens da Museologia: novas abordagens. In: FREIRE, Isa et al. (org.). *Anais do XV ENANCIB*. Além das Nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação. Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014, pp. 4.645-4.664.

SILVA, Léo Fonseca e. Museologia, um estudo sistemático do passado, também tem curso. *Revista Esso*. Ano 30, n. 2, pp. 21-24, 1967. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

SILVA, Eliezer Pires da Silva. *Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil*. Tese (Doutorado em Memória Social). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

SILVA, Maria Leonilda Reis da, *História e Memória do Arquivo Central da FGV*. 2010. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

SIMÕES, Janaína Machado e; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. A trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil. In: *V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, entre 27 a 29 de maio de 2009*. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19507.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2012.

SIMON Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny, Vanda Maria Ribeiro Costa. *Tempos de Capanema*. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, *Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra*, 2000.

SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2009.

SOFKA, V. My adventurous live with ICOFOM, museology, museologists and anti-museologists, giving special reference to ICOFOM Study Series. *ICOFOM Study Series ISS*, v. 1-20, v. 1-19 by Vinos Sofka, v. 20 and reprint edited by Martin R. Schaer. 1 Reprint. International Committee for Museology, pp. 1-25, 1995.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. Sobre o tema “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?” (1980). *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPGPMUS Unirio/MAST*, v. 1, n.1, jul./dez. de 2008, p. 101-105. Tradução Tereza Scheiner. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/10/5>. Acesso em: 31 mar. 2015.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. A trajetória do Ensino da Museologia no Brasil. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Museologia e Interdisciplinaridades*, v. 2, n. 3, pp. 76-77, 2013.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales: Europe XVIIIe-XIXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2001, passim.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Governança em rede: o caso do Sistema Brasileiro de Museus. *Revista CPC*. São Paulo: 2013, pp. 101-118. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_colecao_arquivo_pdf/16_101-118.pdf. Acesso em: 25 nov. 2013.

TORRES, Heloísa Alberto. [Carta] 6 dez. 1968, Rio de Janeiro [para] SILVA, Léo Fonseca e, Rio de Janeiro. Reconhece o esforço dispensado no projeto de regulamentação da profissão de museólogo. In: MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

VIEIRA, Liszt. *Argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.